

Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos

Ciência, Tecnologia
e Inovação

Relatório de execução do Contrato de Gestão - 2024

2024

XX



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Relatório
anual de
gestão

Relatório de execução do Contrato de Gestão - 2024



Brasília - DF
2024

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Diretor-presidente
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Diretores
ANDERSON STEVENS LEONIDAS GOMES
CAETANO CHRISTOPHE ROSADO PENNA

Diretor administrativo financeiro
GERALDO NUNES SOBRINHO (A PARTIR DE
07/08/2024)
CARLOS ROBERTO FORTNER (ATÉ 29/07/2024)

EQUIPE

Supervisão
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Coordenação
PAULO ROBERTO BONFIM MEDEIROS (CHEFE DE
GABINETE)

Equipe Técnica
BRUNO MATOS GALVÃO
CARLSON BATISTA DE OLIVEIRA
ELAINE MARA MICHON NEHME
ELIZAMA RAMOS DOS SANTOS CORREIA
FÁBIO ANDRÉ SILVEIRA
FABÍOLA BRANDÃO MAIA CREMA MARQUES
JEAN MARCEL DA SILVA CAMPOS
KÁTIA REGINA DE ARAÚJO ALENCAR
LORENNIA RODRIGUES ARARUNA
RENATA BARBOSA SANTOS
ROBERTO MEIRELLES PESSOA JUNIOR
VERA SACCHI BOEIRA

Revisão
BIANCA TORREÃO / MAISA CARDOSO / JEAN
CAMPOS

Capa, diagramação e elementos visuais
CLEYTON SANTOS

Conselho de Administração (composição em 31/12/2024)

Membros natos (Titulares):
Raphael Padula (MCTI)
Rubens Diniz Tavares (MCTI)
Celso Pansera (Finep)
Ricardo Magnus Osório Galvão (CNPq)
Denise Pires de Carvalho (MEC)
Francilene Procópio Garcia (SBPC)
Álvaro Toubes Prata (ABC)
Rafael Esmeraldo Lucchesi (CNI)
Roberto Lúcio Rocha Brant (CNA)

Membros eleitos (Titulares):
Lucia Carvalho Pinto de Melo (Representante dos Associados)
Odir Antonio Dellagostin (Confap)
Sílvia Márcia Ferreira Meletti (Foprop)
Marcela Chami Gentil Flores (Anpei)
Agnaldo de Almeida Dantas (Sebrae)

Conselho fiscal (31/12/2023):
Titular:Sérgio Benedito Ferrara
Titular: Walter Mallas Machado De Barros
Titular: Sérgio Cruz (MCTI)

C389r
Relatório de execução do Contrato de Gestão 2024. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2025.
132 p.: il.

1. Ciência, Tecnologia e Inovação. 2. Agenda de CT&I. 3. Evolução Institucional. 4. Estudos. I. CGEE. Título II. CGEE.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, SCS Qd 9, Bl. C, 4o andar, Ed. Parque Cidade Corporate, 70308-200, Brasília, DF, Telefone: (61) 3424.9600

 @CGEE_oficial |  www.cgee.org.br |  @CGEE
 @CGEE_oficial |  @Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Sumário

01. Apresentação	07
02. Visão geral da organização social	09
03. Destaques da organização social 2024	13
04. Carteira de Projetos 2024 – Composição e Situação dos Projetos	43
05. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão – demandante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	50
06. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão – demandante Ministério da Educação	79
07. Relatos dos projetos de Contrato Administrativo	82
08. Quadro síntese do Contrato de Gestão	88
09. Indicadores e metas do Contrato de Gestão	90
10. Gestão Operacional do CGEE	102
11. Auditoria Interna	125
12. Cumprimento das recomendações da CAA	127
13. Anexos	132

1. Apresentação

Este relatório resume as ações e os resultados obtidos pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) durante o ano de 2024. Todas as atividades foram planejadas de acordo com a missão institucional de subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica, baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Em 2024, desempenhamos um papel fundamental em diversas iniciativas que promoveram a participação social, a formulação e a avaliação de políticas públicas, e a sustentabilidade. Entre as ações de destaque, estão a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), nossa contribuição na elaboração do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), além do lançamento de diversos estudos inéditos.

A participação em eventos estratégicos, como a 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP 29), destaca nosso papel como interlocutores qualificados em ciência, tecnologia e inovação. Essas iniciativas reforçam nossa atuação na disseminação do conhecimento, fomentam o debate acadêmico e subsidiam a formulação de políticas públicas.

A articulação com os atores do SNCTI resultou em dezenas de eventos, muitos com grande repercussão nacional e internacional. As etapas preparatórias da 5ª CNCTI, por exemplo, reuniram mais de 100 mil participantes, tanto presencialmente quanto online, incluindo estudantes, professores, empresários, movimentos sociais, agentes públicos e membros da sociedade civil. Para ampliar nosso alcance e engajar novos públicos, estamos intensificando esforços na esfera digital, adotando novas estratégias e ferramentas tecnológicas para melhorar a comunicação e a disseminação de informações.

Os resultados obtidos em 2024 demonstram a eficácia e a relevância das atividades que desenvolvemos, evidenciando o impacto positivo de nossas ações no SNCTI e na sociedade. O apoio contínuo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), assim como a parceria com diversos outros atores, tem sido fundamental para a concretização desses projetos.

Não poderia deixar de registrar que, no ano de 2024, alcançamos um marco histórico: a 100ª Reunião do Conselho de Administração do CGEE. Ao longo de mais de duas décadas, somos guiados pela liderança inspiradora de presidentes, diretores e membros do Conselho, que nos trouxeram até este momento. Durante essa reunião especial, tivemos a honra de receber a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e o secretário-executivo do MCTI, Luis Fernandes, em um evento de celebração e homenagens.

Agradecemos a todos que, ao longo dos anos, contribuíram para o fortalecimento do CGEE. Reconhecemos o empenho de cada colaborador e parceiro envolvido, cuja dedicação, desde a concepção até a execução dos projetos, reflete o espírito de cooperação e compromisso com a promoção do conhecimento e o desenvolvimento científico. Seguimos empenhados em avançar, juntos, em direção a um futuro mais inovador e sustentável.

Faça uma boa leitura!

Fernando Cosme Rizzo Assunção
Diretor-presidente do CGEE



2. Visão geral da organização social



O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, nos termos da Lei nº 9.637/98 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.724.690/0001-82

Criado em 2001, o CGEE faz parte de um conjunto de medidas que buscavam a modernização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Desde a sua fundação, a instituição tem entre seus

propósitos lidar com a crescente complexidade e sofisticação do ambiente da CT&I e fortalecer a capacidade do País de formular e conduzir políticas e programas estratégicos, com foco no aumento da competitividade de setores econômicos selecionados.

O escopo de atuação do Centro abrange diversas áreas, incluindo formação de recursos humanos e suas relações com o mercado de trabalho, desenvolvimento regional, financiamento e estratégias de inovação, entre outros temas relevantes.

O Centro tem mantido uma trajetória de especialização institucional em estudos de futuro e avaliação de políticas e grandes programas no âmbito da CT&I, sendo capaz de mobilizar os atores relevantes e, complementarmente, acessar, tratar e processar grandes volumes de informação para gerar conhecimento novo sobre alternativas de investimento. Os resultados dessas atividades são apresentados em formatos que comunicam o essencial para a tomada de decisão de alto nível, em formatos modernos e de fácil assimilação.

Linhas de ação

O CGEE definiu cinco Linhas de Ação que orientam a elaboração da sua agenda de trabalho junto ao MCTI:

- Estudos, Análises e Avaliações
- Articulação
- Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCTI
- Disseminação de Informação de CT&I
- Desenvolvimento Institucional

Diretrizes organizacionais do Centro

Missão:

Subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia, inovação e educação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI.

Objetivos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços;
- Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, dos programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos;
- Difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial;
- Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas;
- Prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

Principais diretrizes orientadoras da atuação do Centro nos próximos 10 anos:

I. Fortalecimento da transversalidade da CT&I, da parceria entre entes públicos e privados, assim como da interação do CGEE com atores em ciência, tecnologia, inovação e educação;

II. Consolidação do seu papel de instituição de excelência no SNCTI como provedora sistemática de inteligência estratégica e prospectiva em ciência, tecnologia, inovação

e educação para formulação, gestão e avaliação de programas e de políticas públicas;

III. Atuação na expansão, diversificação e consolidação da matriz de financiamento de CT&I no País, inclusive no apoio à gestão de recursos financeiros extra orçamentários;

IV. Ampliação da capacidade de atrair e manter equipe própria

de alto nível, além de sua rede de consultores, tendo como referência parâmetros de mercado;

V. Fortalecimento da competência em metodologias que aumentem o impacto dos trabalhos de inteligência do CGEE nas políticas públicas de ciência, tecnologia, inovação e educação, com o envolvimento da diversidade de atores do SNCTI.

Principais atos normativos de orientação da organização

As bases orientadoras da administração do CGEE estão contidas no seu estatuto e regimento interno, bem como em outros atos normativos que apoiam a concretização das ações para seu pleno funcionamento.

Nos endereços eletrônicos listados a seguir estão dispostos para leitura os referidos documentos.

Lei das Organizações Sociais



https://www.cgee.org.br/legislacao/-/asset_publisher/c204roaN92xC/content/lei-das-organizacoes-sociais?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.cgee.org.br%2Flegislacao%3Fp_id%3D101_INSTANCE_c204roaN92xC%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3

Decreto de qualificação do CGEE como OS (Organização Social)



https://www.cgee.org.br/legislacao/-/asset_publisher/c204roaN92xC/content/decreto-de-qualificacao-do-cgee-como-os-organizacao-social?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.cgee.org.br%2Flegislacao%3Fp_id%3D101_INSTANCE_c204roaN92xC%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3

Regimento Interno



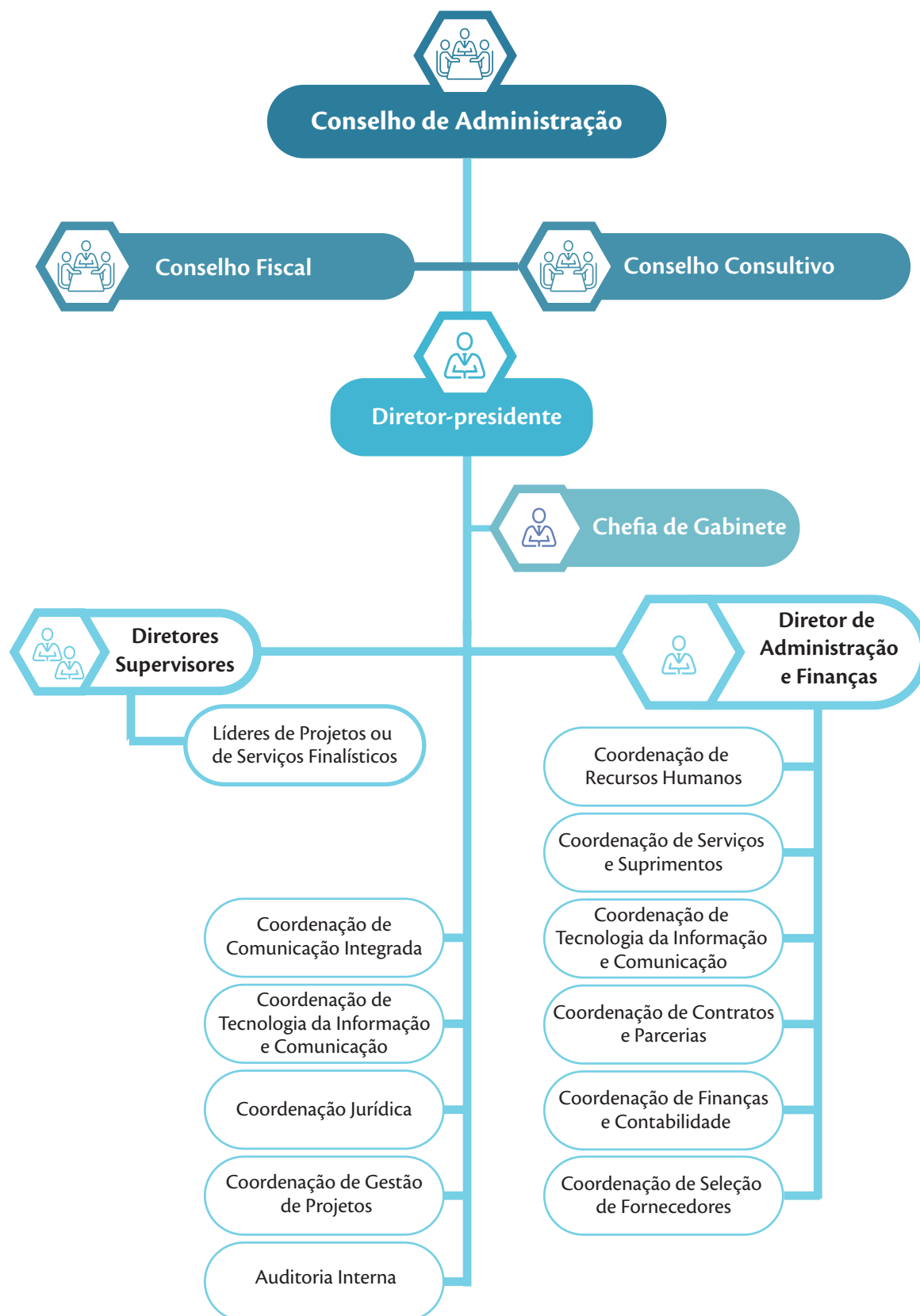
<https://www.cgee.org.br/documents/10182/23827/Regimento+Interno+CGEE/fe30900f-29ea-4901-9fce-756f6c425802?version=1.8>

Estatuto



<https://www.cgee.org.br/documents/10182/23827/Estatuto+do+CGEE/e2af9c01-0658-47f5-b732-3df3a67c1832?version=1.1>

Organograma da organização social



3. Destaques da organização social





O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), fiel ao seu compromisso institucional de subsidiar a tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação (CT&I), pauta-se pela busca contínua de excelência, pela criação de processos inovadores e pelo desenvolvimento e aplicação de tecnologias, métodos e análises adequados às dinâmicas da CT&I e às necessidades do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Desde a sua criação, o CGEE tem se destacado pelos seus estudos prospectivos, baseados na gestão da

informação e do conhecimento, e pelo desenvolvimento de bases metodológicas robustas para o trabalho em rede. A articulação eficaz entre atores relevantes, as contribuições significativas para o aprimoramento dos marcos legais em CT&I e a atuação no tratamento, visualização e disseminação de informações estratégicas têm sido pilares de sua atuação.

Entre os principais destaques do ano de 2024 estão a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), que reuniu milhares de pessoas,

entre lideranças, especialistas e sociedade civil, para discutir os rumos da CT&I no Brasil, e o 5º Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza (SbN), que consolidou o CGEE como referência em estudos sobre práticas de sustentabilidade e resiliência urbana. Além disso, o lançamento dos estudos “Percepção Pública da Ciência de 2023” e “Brasil: Mestres e Doutores 2024” forneceu análises detalhadas essenciais para a formulação de políticas públicas, enquanto os boletins dos observatórios monitoraram tendências e ofereceram insights

sobre o desenvolvimento de CT&I. A participação em eventos estratégicos como a 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP 29) reforçou o papel do CGEE como interlocutor qualificado em CT&I.

O Centro também seguiu apoiando políticas, programas e projetos estratégicos de órgãos como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Ministério das Comunicações (MCom), Ministério da

Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Agência Espacial Brasileira (AEB). Para isso, manteve sua ampla rede de relacionamentos, mobilizando competências e agregando informações e conhecimentos que subsidiam a tomada de decisão qualificada na área de CT&I.

O CGEE continuará focado em fortalecer seu papel como facilitador de inovação e desenvolvimento sustentável, sempre buscando ampliar

sua capacidade de influenciar positivamente as políticas públicas de CT&I. Por meio de colaborações estratégicas, a implementação de novas metodologias e a constante atualização de suas práticas, o Centro busca antecipar as necessidades do SNCTI e promover o avanço científico e tecnológico no Brasil.

Confira, a seguir, os principais destaques.



5CNCTI



O principal evento da ciência brasileira em 2024, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) foi realizado nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto, em Brasília (DF), após um hiato de 14 anos. Organizada pelo CGEE, com a realização do MCTI, a conferência contou com mais de 200 etapas preparatórias, que mobilizaram cerca de 100 mil pessoas em todas as regiões do país, configurando um marco para a ciência, tecnologia e inovação nacional.

Os preparativos para o encontro começaram ainda no primeiro semestre de 2023 com reuniões organizadoras e o lançamento

oficial da iniciativa, que foi realizado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da assinatura do decreto presidencial nº 11.596/23, que instituiu a conferência.

Já no ano passado, foram organizadas as etapas preparatórias, sendo 18 reuniões temáticas e 157 conferências livres, divididas pelos seguintes eixos: recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para programas e projetos estratégicos nacionais; e CT&I para o desenvolvimento social.

Além disso, foram realizadas 27 conferências estaduais; 14 municipais; e cinco conferências regionais. Os eventos, que foram presenciais e virtuais, contaram com a participação de mais de 100 mil pessoas e foram essenciais para definir o que seria discutido na 5ª CNCTI.

O CGEE esteve à frente de todo esse processo, articulando os recursos necessários para viabilizar a realização do maior evento de debate das políticas públicas do setor.





No dia 30 de julho de 2024, em Brasília (DF), a 5ª CNCTI foi realizada com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; e do secretário-geral da conferência, Sergio Rezende, que realizou a abertura oficial. O primeiro dia do encontro reuniu mais de 15 mil pessoas, em formato presencial e

virtual, incluindo representantes de instituições científicas, setores empresariais e acadêmicos.

Durante os três dias, a conferência abordou temas de grande relevância, como transição digital, combate à desinformação e à anti-ciência, mudanças climáticas, energia renovável, infraestrutura para a reindustrialização e financiamento à ciência. Esses

debates visaram traçar diretrizes estratégicas para o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Com 54 sessões de debates, divididas em 9 agendas simultâneas por turno (manhã e tarde), e 7 reuniões plenárias, a 5ª CNCTI alcançou mais de 30 mil participações e visualizações.

21
etapas
preparatórias

54
sessões e
debates
simultâneos

30 mil
pessoas na
conferência

Público recorde
+100 mil
pessoas mobilizadas
em todo Brasil

PBIA



Outro destaque da 5ª CNCTI foi a entrega do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) ao presidente Lula, durante a abertura do encontro. Um marco importante para o setor de tecnologia no país, o plano prevê um investimento de R\$ 23 bilhões de 2024 a 2028, com recursos provenientes de diversas

fontes, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e parcerias com o setor privado.

A construção do PBIA envolveu

um processo participativo de quatro meses, coordenado pelo CGEE, que contou com mais de 300 pessoas, realização de oficinas e conversas bilaterais com a iniciativa privada, especialistas e sociedade civil organizada. O plano tem como objetivo que o Brasil garanta sua autonomia e soberania nessa área, por meio de:

- ✦ infraestrutura tecnológica avançada com alta capacidade de processamento alimentada por energias renováveis;
- ✦ desenvolvimento de modelos avançados de linguagem em português, com dados nacionais que abarcam nossas características culturais, sociais e linguísticas;
- ✦ promoção da liderança global do Brasil em inteligência artificial, por meio do desenvolvimento tecnológico nacional e ações estratégicas de colaboração internacional.

Observatórios



O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) reúne um conjunto de observatórios que desempenham um papel crucial no apoio à formulação de políticas públicas e estratégias nacionais. Entre eles, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) se destaca no monitoramento ambiental e na gestão de recursos naturais, utilizando tecnologias espaciais para promover o

desenvolvimento sustentável. O Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics), por sua vez, identifica práticas inovadoras que contribuem para a resiliência e sustentabilidade das cidades, oferecendo soluções para os desafios urbanos contemporâneos.

Além disso, o CGEE abriga o Observatório de Ciência,

Tecnologia e Inovação (Octi), que fornece dados e análises sobre o cenário de inovação no Brasil, auxiliando na definição de políticas de CT&I. O Observatório de Bioeconomia (Obio) apoia estratégias para o desenvolvimento da bioeconomia, essencial para um crescimento econômico sustentável. Para concluir, o RHCTI compila informações

sobre a formação e o vínculo profissional da base técnico-científica, oferecendo subsídios para a melhoria da qualificação e inserção desses profissionais. Esses observatórios são instrumentos estratégicos que ampliam a capacidade de análise e planejamento do CGEE, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável do país.

Os estudos, divulgados por meio de boletins, publicações e outros formatos, ampliaram a atuação do CGEE, que agora vai além do contrato de gestão com o MCTI. O Centro passou a oferecer suporte aos estados brasileiros na formulação e avaliação de suas políticas públicas, fortalecendo o desenvolvimento regional e nacional.

OBio



O Observatório de Bioeconomia (Obio) se destacou, durante o ano de 2024, com o lançamento de diversas publicações e participações em eventos importantes. A missão do observatório é apoiar o desenvolvimento da bioeconomia brasileira, fornecendo inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas, acadêmicas e empresariais. Além disso, atua como um espaço integrado e interativo para a criação, análise e o compartilhamento de conhecimento sobre bioeconomia.

O Obio divulgou seu quarto boletim temático de bioeconomia, "CT&I para a sociobioeconomia amazônica: um diagnóstico de conhecimento da

região". Além do lançamento, com a participação de mais de 150 pessoas, o boletim também foi apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e em conferências livres da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No âmbito do observatório, também foi elaborado e lançado o "*Summary for Policy Makers, Bioethanol: fast track to Mobility Decarbonization*". Um produto encomendado pela presidência do G20 no Brasil. A publicação foi lançada no evento do Clean Energy Ministerial, em Foz do Iguaçu (PR), e apresentada em um *side event* da 29ª edição da Conferência das

Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O órgão contribuiu, ainda, com a Secretaria de Bioeconomia do MMA na geração de insumos para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, especialmente ao participar do painel científico realizado pela secretaria; e

esteve presente no acompanhamento das reuniões da Iniciativa de Bioeconomia do G20.

No final de 2024, o CGEE foi escolhido para elaborar os insumos para o desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, que será uma das principais agendas do observatório em 2025.

Oics



No período do primeiro semestre do ano de 2024, algumas ações previstas para a evolução do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics) ficaram em suspenso aguardando o necessário alinhamento entre CGEE e MCTI. Atividades como a criação de um Conselho Consultivo e a elaboração de um documento com soluções promissoras para o Brasil foram descontinuadas, considerando os recursos disponíveis e a atual configuração da equipe do projeto.

Nesse período, o observatório se consolidou como uma fonte de informação confiável em torno do tema “cidades sustentáveis”, em especial diante da tragédia ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, período em que o número de acessos triplicou, chegando a nove mil usuários mensais. O Oics atuou, ainda, como fonte de referência para jornais impressos, tendo atendido o jornal Estado de São Paulo, O Globo e a TV Cultura.



O Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) lançou o volume 8 da série “Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Posicionamento, Navegação e Tempo (PNT)”. No PNT, foram identificadas tendências tecnológicas, sistema com potencial ruptura tecnológica e possibilidade de desenvolvimento de um sistema brasileiro. Foi traçado um panorama da situação no Brasil em relação à existência de competências, infraestrutura e meios disponíveis para esse desenvolvimento. O documento apresenta, ainda, possíveis ações para o desenvolvimento de um sistema PNT nacional.

Além disso, a equipe do OTE deu sequência aos trabalhos relacionados ao Micro Lançador Brasileiro (ML-BR), que visa preencher uma lacuna no programa espacial nacional. O CGEE é responsável pelo gerenciamento tecnológico, de

riscos técnicos e de cerceamento para o consórcio de empresas que está desenvolvendo o foguete ML-BR.

O projeto possui abordagem inovadora, que representa uma oportunidade única para o Brasil avançar na tecnologia de veículos lançadores, superando desafios históricos. Isso envolve a adaptação de tecnologias existentes, aproveitando a experiência brasileira em foguetes de sondagem e outros recursos disponíveis.

Vale ressaltar, ainda, a elaboração de proposta de viabilidade de um sistema de comunicação e internet com satélites de pequeno porte e o reconhecimento internacional do artigo “Towards the Thousandth CubeSat: A Statistical Overview”, publicado em 2019 pela equipe do OTE no International Journal of Aerospace Engineering, que possui mais de 410 citações.



Reconhecido como um dos principais produtos do CGEE, o Boletim Anual do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) chegou à sua quarta edição em 2024. A publicação foi lançada no dia 18 de dezembro, com transmissão online via YouTube, e contou com a participação de parceiros nacionais e internacionais, como a Universidade de Granada (Espanha), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap).

A publicação foi estruturada em três seções principais. A primeira trouxe o posicionamento da produção científica brasileira em bases de artigos internacionais, como *Web of Science* (WoS) e

Scopus, destacando os principais parceiros científicos e as áreas de maior relevância no Brasil.

Já a segunda fez uma análise inédita sobre as relações entre as instituições científicas, considerando as conexões locais, intraestaduais, interestaduais e internacionais, além de apresentar os dados sobre impacto por *cluster*, ação também inédita na sua linha de monitoramento.

Na terceira parte foi apresentada a base *SciELO* Brasil, explorando o posicionamento do país em uma das plataformas de artigos com maior foco na produção regional e em áreas menos representadas na WoS, como as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Iniciativas Regionais

No primeiro semestre, o Octi lançou o 6º Boletim Temático - Indicadores da Geografia e Panorama da CT&I na Amazônia Legal, apresentando dados estratégicos sobre a região, que compreende nove estados brasileiros. O documento aborda temas cruciais como desenvolvimento sustentável,

inovação, biodiversidade, mudanças climáticas e a redução das desigualdades regionais no Brasil.

Além disso, o observatório esteve à frente da elaboração do Plano Estadual de CT&I do Espírito Santo (PCTI-ES), um projeto do Centro com o Governo Capixaba para a construção das missões e eixos estratégicos que vão mudar a cara da CT&I do estado pelos próximos anos. O plano, que ainda está em elaboração, teve no mês de dezembro a finalização do Diagnóstico da CT&I no estado, após a imersão da equipe em oficinas presenciais no Espírito Santo.



Foram seis encontros que reuniram mais de 170 atores de CT&I, gestores públicos, representantes do setor produtivo e da área acadêmica. As oficinas contemplaram quatro macrorregiões capixabas para levantamento de informações sobre o setor. As reuniões tiveram mais de mil contribuições que embasarão o plano que está em construção.

O projeto se configura como um caso de sucesso, em decorrência da sua grandeza e transversalidade. Vale ressaltar que, mesmo sendo um dos menores estados do país, o Espírito Santo é um destaque em investimento e empreendimentos em ciência, tecnologia e inovação. O Sistema estadual de CT&I tem mais de 400 empresas/instituições e habitats de inovação; alto investimento em editais, por meio da fundação de Amparo à Pesquisa, agências de fomento, fundos de investimento e empresas privadas, além de cerca de 250 startups.

O CGEE e Governo Capixaba trabalham para o lançamento do plano até maio deste ano, quando o estado comemorará 490 anos.

O Octi reuniu, ainda, dados estratégicos sobre as competências instaladas no Estado do Rio Grande do Sul. Para concluir, o observatório firmou um contrato com o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) para implementar uma nova metodologia cientométrica para analisar as competências distribuídas no Brasil e sua integração no setor econômico e industrial.

“Brasil: Mestres e Doutores 2024”



Com base nos dados de titulações de mestrado e doutorado (Plataforma Sucupira Capes/MEC) e no emprego desses profissionais (Rais/MTE), foi lançado o estudo “Brasil: Mestres e Doutores 2024”, a 5ª edição desse levantamento. Publicado em formato de relatório *web*, o documento oferece uma análise abrangente sobre a formação e o emprego de mestres e doutores no Brasil de 1996 a 2021, com o suporte de gráficos e um extenso conjunto de tabelas detalhadas.

O relatório inclui capítulos sobre Títulos, Emprego, Regional, Mulheres e uma análise sobre Programas e Cursos, destacando a expansão dos programas de pós-graduação no país.

O “Painel de Busca” também foi atualizado, incorporando dados de formação, emprego, remuneração e mobilidade, com a inclusão de quatro anos adicionais de titulações (2017 a 2021). Novas análises sobre remuneração, categorias de mestres e doutores e raça/cor estão em desenvolvimento e poderão ser incluídas no relatório nos próximos meses.

Em 4 de junho, o CGEE lançou o estudo “Brasil: Mestres e Doutores 2024” em evento que contou com 173 participantes ao vivo e 1.358 visualizações no YouTube, reunindo instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e diversas universidades nacionais e internacionais.

A pesquisa de satisfação mostrou que 64,7% dos participantes estavam “muito satisfeitos” e 35,3% “satisfeitos”, com elogios à logística, programação e comunicação. Antes da programação, o estudo foi embargado para diversos veículos de comunicação, gerando grande repercussão com reportagens sobre o tema em canais como o Jornal da Globo, O Estado de São Paulo, Agência Brasil, G1, DFTV, Carta Capital, entre outros.

6ª edição da pesquisa “Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil”

Uma nova edição da Pesquisa sobre a Percepção Pública da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil foi realizada para compreender a visão, o interesse e o nível de informação da população em relação à C&T

no país, contribuindo para a formulação de políticas públicas em educação científica e popularização da C&T. O estudo, uma demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi realizado em parceria

com o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



A pesquisa buscou produzir dados comparáveis com estudos nacionais e internacionais e com as edições anteriores de 1987, 2006, 2010, 2015 e 2019, permitindo acompanhar a evolução da C&T ao longo do tempo. Esta edição trouxe inovações em abordagens e temas, considerando as novas fronteiras de comportamento, como as mudanças no padrão de consumo e acesso à informação nos últimos anos.

No dia 15 de maio, foi realizado o evento de lançamento da 6ª edição da pesquisa “Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil” na sede do CGEE, em Brasília (DF). Transmitido ao vivo pelo YouTube, o evento teve 1.616 visualizações e 150 participantes simultâneos.

Dos participantes que responderam à pesquisa de satisfação, 68,6% declararam

estar “muito satisfeitos” e 31,4% “satisfeitos”. Após o lançamento, a divulgação continuou nas mídias sociais do Centro com peças curtas destacando os principais resultados. Os resultados também foram apresentados em uma mesa científica na Septuagésima Sexta Reunião Anual da SBPC.

Agenda internacional - COP e G20



O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) participou da 29ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada de 11 a 22 de novembro em Baku, no Azerbaijão.

A instituição integrou quatro programações oficiais, debatendo temas como biocombustíveis, transferência internacional de tecnologia, descarbonização e energia limpa, além de manter um *stand* para apresentar projetos sobre sustentabilidade e mudança do clima.

No dia 15, uma representante do CGEE participou do painel sobre NDCs de 2025 e cooperação internacional reforçada, discutindo a ambição e implementação das novas contribuições determinadas e a transferência de tecnologia.

O CGEE também esteve presente no pavilhão da Aliança Global de Biocombustíveis, discutindo soluções de descarbonização no setor de transportes. A participação incluiu uma palestra sobre desenvolvimento e transferência de tecnologia para descarbonização, com

os representantes do Centro acompanhando discussões sobre temas como cidades sustentáveis, bioeconomia e inovação. No *stand*, foram apresentadas publicações e materiais institucionais, em parceria com o *Nordic Folkcenter for Renewable Energy* (NFVE).

No âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi elaborado um relatório para a classificação de projetos segundo os ODS, e as atividades de implementação do sistema começaram em parceria com equipes internas.

O Brasil assumiu, pela primeira vez, a presidência do G20 e colocou na pauta novas prioridades: a reforma da governança global; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental); e o combate à fome, pobreza e desigualdade.

O G20 é organizado em duas faixas paralelas de atuação, que conversam entre si: a Trilha de Sherpas

e a Trilha de Finanças. Com a iniciativa de ampliar os debates e alcances da instância, foram se instituindo, ao longo dos anos, grupos temáticos de atores sociais, que visam influenciar o encontro da cúpula. São os chamados grupos de engajamento, dos quais o CGEE contribuiu com diversos debates.

Entre eles:

- ✦ 3ª Reunião do Grupo Técnico de Tecnologia e Inovação do Grupo dos 20 (G20), com o tema “A Inovação Aberta para o Desenvolvimento Justo e Sustentável”;
- ✦ 3ª Reunião da Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, realizada em Belém (PA), com debates que visaram alinhar os esforços globais de financiamento para ações de mitigação climática;
- ✦ “Força tarefa para a mobilização global contra as mudanças climáticas do G20”, realizado em Brasília (DF). Na ocasião, foram abordados temas como “princípios comuns para guiar o futuro conectado ao planejamento climático frente aos desafios da década;
- ✦ Science 20, um grupo de engajamento do G20 focado em questões relacionadas à ciência e tecnologia, realizado no Rio de Janeiro (RJ), com o tema “Ciência para a Transformação Mundial”;
- ✦ Fórum internacional dos *think tanks*, no Rio de Janeiro (RJ).

Gestão Estratégica

Em 2024, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) contou com a expertise de um corpo técnico qualificado para garantir uma gestão eficiente dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos. Esse trabalho garantiu o desenvolvimento dos projetos com excelência, apoiado por uma estratégia bem estruturada, que envolveu a organização de processos, a otimização de fluxos operacionais e a adoção de soluções inovadoras.

Ao longo do ano, foram implementadas transformações estratégicas para modernizar a estrutura organizacional, aprimorar os processos internos e fortalecer a governança administrativa e financeira. Entre as principais iniciativas, destacam-se a atualização do Regimento Interno, a adoção de plataformas integradas de monitoramento e a otimização dos fluxos administrativos, reafirmando o compromisso do CGEE com a inovação e a

melhoria contínua. Além disso, foram revisados normativos essenciais, como os relacionados à administração patrimonial e às viagens corporativas, visando maior transparência, eficiência na aplicação dos recursos e significativa diminuição de processos burocráticos.

No âmbito financeiro, 2024 apresentou desafios significativos, especialmente diante da redução dos aportes. Para mitigar esses impactos, o



CGEE iniciou um processo de diversificação das suas fontes de financiamento e aprimorou a gestão orçamentária, garantindo a execução dos projetos e a entrega dos produtos pactuados nos Contratos de Gestão e Administrativos.

A modernização tecnológica foi um pilar central da gestão, com investimentos em infraestrutura

de Tecnologia da Informação (TI), automação de processos, internalização de Inteligência Artificial (IA) e aprimoramento dos serviços para usuários internos e externos do CGEE. A aquisição de hardwares e a contratação de serviços e *softwares* modernizaram o ambiente. Paralelamente, a política de teletrabalho e controle de ponto foi atualizada para atender melhor

às necessidades dos colaboradores e às recomendações da auditoria externa e do Conselho Fiscal.

Para 2025, o CGEE seguirá aprimorando suas práticas de gestão, consolidando mudanças estruturais e buscando alternativas sustentáveis para fortalecer sua atuação no cenário de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Comunicação Pública da Ciência: popularizando o conhecimento científico



Cumprindo sua missão de disseminar informações, experiências e projetos para a sociedade, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) vem, ao longo dos anos, incorporando os princípios da Comunicação Pública da Ciência (CPC) em suas ações de divulgação. De forma sistemática, o CGEE desenvolve estratégias para tornar o conhecimento científico mais acessível e envolvente, promovendo um diálogo contínuo com diferentes públicos. Mais

do que uma prestação de contas, essa abordagem busca informar, engajar na implementação de políticas públicas e ampliar a circulação do conhecimento científico. Ao adotar esse modelo, o CGEE reafirma seu papel essencial na produção e tradução de conteúdos para diversos públicos, fortalecendo a interação entre ciência e sociedade, combatendo a desinformação e tornando a ciência mais acessível, compreensível e relevante para todos.

Essas iniciativas contaram com a colaboração integrada das equipes de Jornalismo e Assessoria de Imprensa, Publicidade e Design, Eventos e Editoração. Entre as ações, destacam-se: a realização da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), o 5º Seminário Internacional de

Soluções Baseadas na Natureza (SbN), o lançamento dos estudos “Percepção Pública da Ciência de 2023” e “Brasil: Mestres e Doutores 2024”, a divulgação dos boletins do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), e a participação em eventos estratégicos nacionais e internacionais.

Confira outros detalhes a seguir.

V Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza (SbN)



Nos dias 3 e 4 de setembro, em Brasília (DF), o V Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza destacou-se como um dos eventos mais relevantes do ano. O seminário reuniu 161 participantes presenciais e alcançou 1.749 visualizações online no primeiro dia, enquanto o segundo dia contou com 101 participantes presenciais e 814 visualizações online. O evento promoveu discussões aprofundadas sobre sustentabilidade urbana e adaptação às mudanças

climáticas, com a colaboração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Ministério das Cidades (MCTIC). Entre os resultados práticos do seminário, destaca-se a criação de um grupo de trabalho interministerial voltado para políticas públicas de sustentabilidade.

Com o tema “Avanços na agenda de SbN no Brasil: desafios e oportunidades”, a programação reuniu especialistas, gestores públicos e representantes da

sociedade civil para discutir os principais avanços e desafios da agenda de Soluções baseadas na Natureza no país. Ao longo de dois dias, 31 palestrantes compartilharam experiências e perspectivas sobre a implementação de SbN em diversas áreas, com destaque para a integração dessas práticas nas políticas públicas federais.

A iniciativa teve, ainda, o apoio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e da Aliança Bioconexão Urbana.

21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

De 5 a 10 de novembro, o CGEE participou da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília (DF). O evento teve como tema “Biomias do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais”, destacando a proteção da biodiversidade brasileira.

O CGEE apresentou o curta de animação “De olho no futuro 2”, uma continuação do filme lançado na edição de 2023. A produção aborda, de forma lúdica e didática, os desafios das emergências climáticas. A história acompanha Sol, uma menina curiosa que, ao lado de um robô, aprende lições valiosas sobre a preservação ambiental de sua cidade, incentivando o público a refletir sobre práticas sustentáveis.



A exibição do curta no Cine CGEE atraiu mais de 2.000 espectadores, conquistando públicos de todas as idades.

Uma pesquisa de satisfação revelou que 73% dos participantes consideraram a experiência “muito satisfatória”, enquanto os demais a classificaram como “satisfatória”, demonstrando a relevância do conteúdo apresentado.

76ª Reunião Anual da SBPC



O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) participou da 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada de 7 a 13 de julho, no Campus Guamá da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. No *stand* da ExpoT&C, destacou projetos como os Observatórios de

Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi), Bioeconomia (Obio) e Tecnologias Espaciais (OTE).

O CGEE também promoveu debates sobre inteligência artificial, políticas públicas e apresentou o estudo “Brasil: Mestres e Doutores 2024”, que mostrou o crescimento

expressivo de empregos dessa parcela da população no país. Além disso, utilizou o evento para coletar contribuições à 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), reforçando seu papel no fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).



Seminários fortalecem colaboração internacional

Em 2024, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) promoveu uma série de sete seminários sob o tema “Desafios e Oportunidades da Colaboração Internacional em Estudos Estratégicos: Aportes para a Atuação Internacional do CGEE a partir do Conceito de Diplomacia Científica”.

Esses eventos foram projetados para sensibilizar nosso corpo técnico sobre as dimensões políticas e estratégicas envolvidas na prática de colaborações internacionais em ciência, tecnologia e inovação. Além de buscar contribuições para o aproveitamento de oportunidades e mitigação de riscos, os seminários também proporcionaram uma plataforma para a troca rica de conhecimentos e experiências, graças à participação diversificada de acadêmicos, pesquisadores, representantes governamentais e profissionais da indústria de tecnologia e inovação.

Essa série de eventos teve um papel crucial em enriquecer o diálogo sobre como a colaboração internacional pode ser eficazmente aprimorada para

promover o desenvolvimento sustentável e a inovação global.

Com o sucesso desses encontros, o CGEE está motivado a continuar a série em 2025. O objetivo para o próximo ano é expandir essas discussões e explorar novos temas que são essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A série, que ocorreu de agosto a dezembro de 2024, teve seminários quinzenais, e adotou um formato híbrido, permitindo a participação tanto presencial quanto remota. Cada seminário contou com dois conferencistas, um moderador e um debatedor do CGEE, criando um ambiente dinâmico para discussões enriquecedoras e troca de experiências.

Foram abordados tópicos essenciais para a compreensão e prática da diplomacia científica,

como Cooperação Internacional, Financiamento Global e Brics, Integração na América Latina, Diáspora Brasileira, Inteligência Artificial, Tecnologias Estratégicas, Perspectivas pós-COP-29 e Relações Sul-Sul (2025).

Importantes instituições nacionais e internacionais participaram das discussões, como os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Relações Exteriores (MRE), Fazenda (MF), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Saúde (MS), além de universidades como USP, UnB e Unicamp. Também estiveram presentes o New Development Bank (NDB), a Escola de Guerra Naval (EGN), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para a Diplomacia Científica e Tecnológica (INCT.DD).



Conexão CGEE: Um Olhar para o Futuro



Em 2024, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) celebrou 23 anos de atuação com o evento “Conexão CGEE: Um Olhar para o Futuro”, composto por duas edições que reuniram especialistas e colaboradores para refletir sobre o futuro da instituição e explorar novas abordagens de gestão.

Na primeira edição, a diretoria do CGEE recebeu personalidades de destaque no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Entre os convidados, estiveram os ex-presidentes do CGEE, Lúcia Melo e Mariano Laplane, além de Sérgio Rezende, ex-ministro da Ciência, Tecnologia

e Inovação, e Carlos Pacheco, então secretário-executivo do MCTI durante a criação do Centro. O debate abordou os desafios e oportunidades para o futuro do CGEE, com foco em inovação, desenvolvimento e no fortalecimento do compromisso com a pesquisa e a política científica.

A segunda edição teve como tema central a gestão ágil em Organizações Sociais. Motivado pela DAF e em consonância com as diretrizes da atual gestão, o encontro contou com painéis interativos que incentivaram a participação ativa dos colaboradores, promovendo

alinhamento estratégico e troca de ideias. Participaram do debate personalidades como Nelson Simões (RNP), José Roque (CNPEM) e Jorge Guimarães (Embrapii), que compartilharam práticas para aumentar a eficiência e a adaptabilidade na gestão.

O sucesso das edições de 2024 motivou o CGEE a planejar a continuidade desses encontros em 2025. A proposta é aprofundar as discussões e implementar estratégias que garantam a liderança do Centro na promoção da inovação e na gestão estratégica no cenário nacional.

Desempenho nas Redes Sociais e Divulgação Institucional



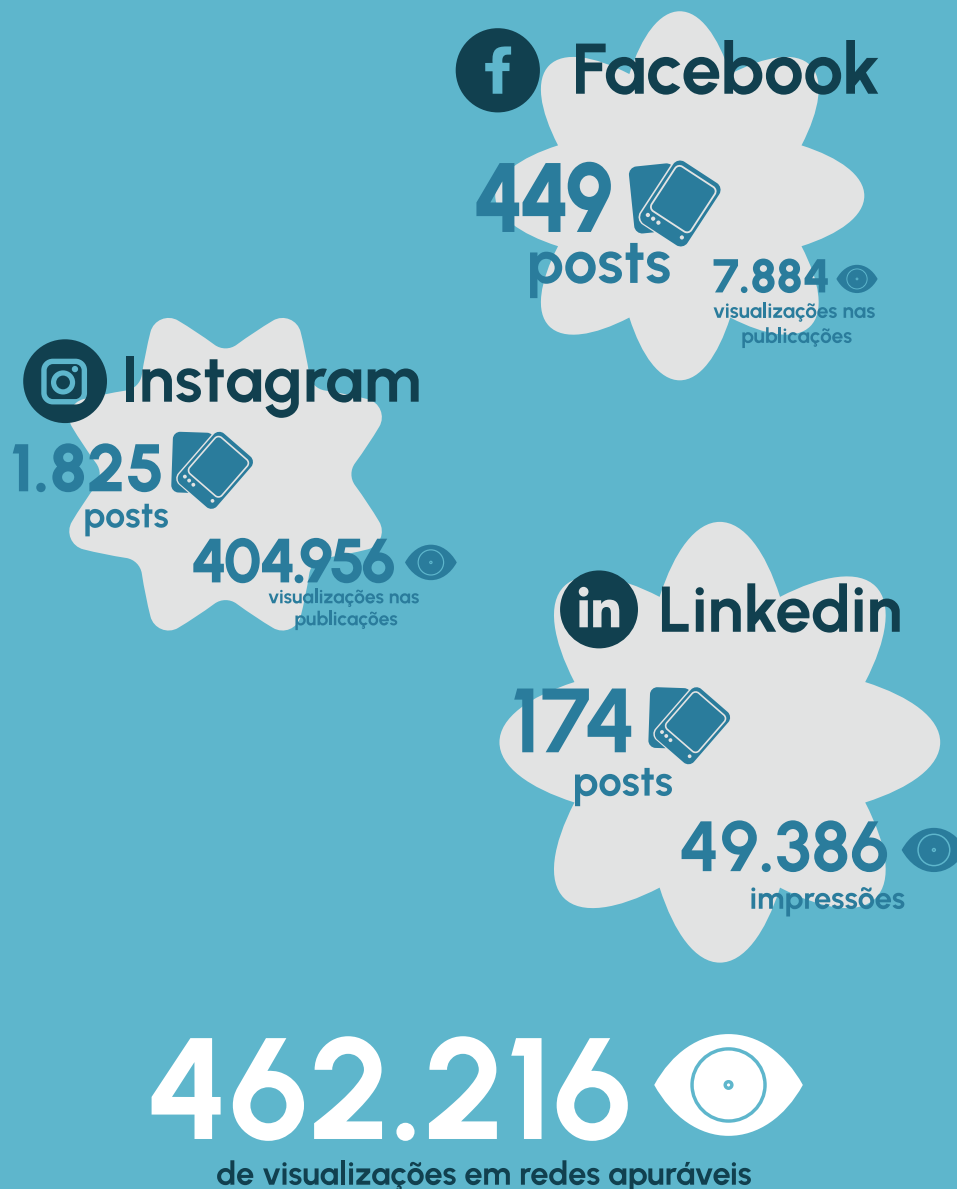
A presença nas mídias sociais é essencial para disseminar informações confiáveis sobre ciência, especialmente diante do crescimento da desinformação. Esses canais não apenas permitem que o CGEE alcance públicos diversos de forma ágil, mas também complementam e ampliam as iniciativas de comunicação institucional.

Ao mesmo tempo, o CGEE valoriza a produção dos canais tradicionais, como o site institucional, promove *newsletters* e busca estreitar o relacionamento com a imprensa tradicional (TVs, rádios, jornais e sites) para divulgar suas ações e projetos. Dessa forma, a área de Assessoria

de Imprensa e Jornalismo do CGEE atuou para a democratização do conhecimento e assegura que informações relevantes e de qualidade alcancem diferentes segmentos da sociedade, contribuindo para a valorização da ciência e tecnologia no Brasil.

Durante o ano, foram produzidos os seguintes resultados: no Facebook, foram 449 posts, incluindo *feed* e *stories*, com 7.884 visualizações nas publicações; no Instagram, foram publicados 1.825 conteúdos, incluindo *feed* e *stories*, totalizando 404.946 visualizações; no LinkedIn, foram divulgados 174 posts, gerando 49.386 impressões.

Quase meio milhão de visualizações em publicações sobre CT&I



Para o Twitter, não foi possível mensurar os dados.

Ainda no contexto da divulgação institucional e popularização da ciência, foram produzidos **255 textos**, abrangendo convites, campanhas da área de tecnologia da informação e comunicados internos.

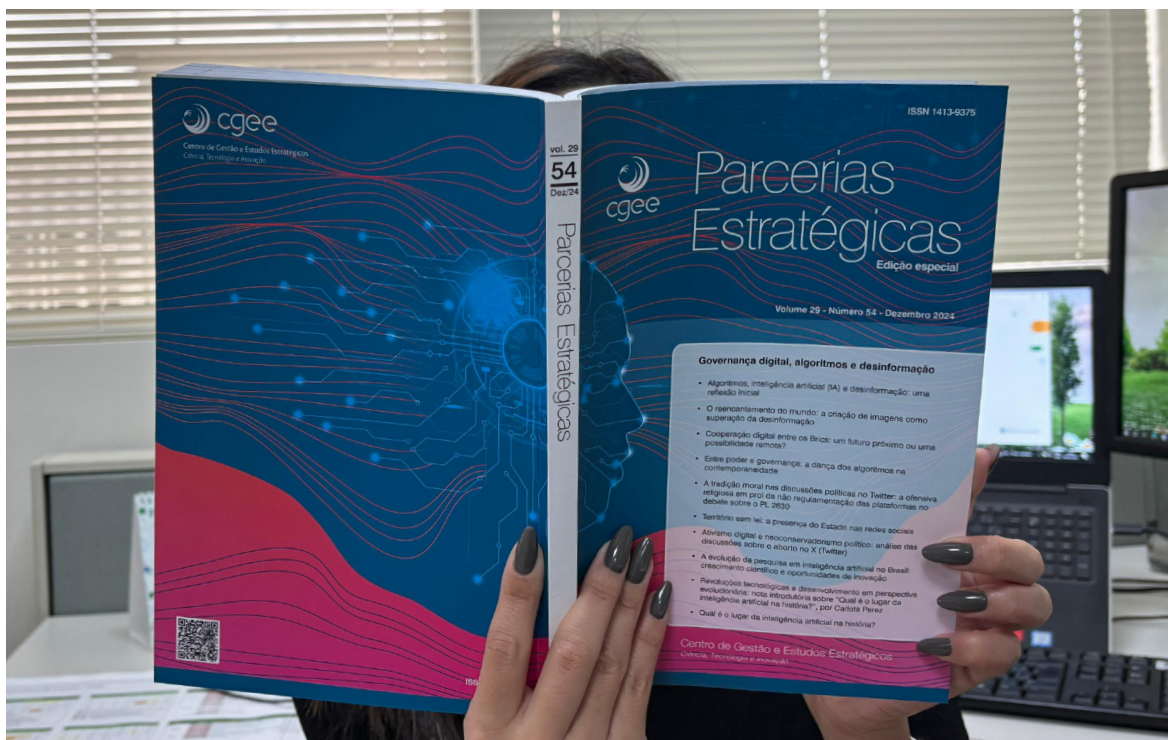
 <https://www.cgee.org.br/>

 **370 mil** acessos ao longo do ano

 **269 notícias** para o site, sendo **143** pautas exclusivas do CGEE.

Edição Temática

Revista Parcerias Estratégicas foca em governança digital, algoritmos e desinformação



O CGEE lançou em 2024 a 54ª edição da revista Parcerias Estratégicas, consolidando sua trajetória de mais de 20 anos como um importante espaço de reflexão sobre temas estratégicos para o Brasil e o mundo. Esta edição abordou temas como governança digital, o impacto dos algoritmos e os desafios da desinformação, além de artigos sobre inteligência artificial, ativismo digital e a regulamentação de plataformas.

O lançamento ocorreu durante a 100ª reunião do Conselho de Administração do Centro, evidenciando o compromisso da instituição em fomentar discussões que conectam ciência, tecnologia e sociedade.

A edição contou com análises de diferentes perspectivas que integram sociedade civil, Executivo, Legislativo e Judiciário, enriquecendo os debates sobre os desafios do mundo digital. Entre os destaques, uma reflexão sobre a influência dos algoritmos e da inteligência artificial na gestão de dados e na moderação de redes sociais, com ênfase em suas implicações para a democracia.

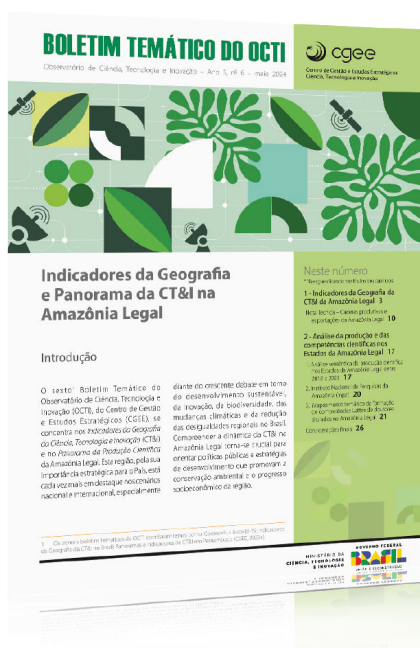
A publicação também abordou o combate à desinformação e a regulamentação de plataformas digitais, destacando a cooperação entre os países do Brics e o papel da administração pública na proteção de direitos sociais em meio às transformações tecnológicas.

Publicações

As publicações científicas desempenham um papel fundamental na sociedade ao documentar e disseminar o progresso científico e tecnológico, facilitando a tomada de decisões informadas e o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Em 2024, o CGEE lançou oito publicações que abordam temas estratégicos para o país, como indicadores de ciência e tecnologia,

percepção pública da ciência, inteligência artificial, reciclagem de eletrônicos, células a combustível, cooperação científica internacional e soluções baseadas na natureza. A área de Editoração assegura a qualidade técnica e a padronização dessas obras, contribuindo para a construção de um conhecimento acessível e relevante para diversos públicos.

Confira as principais publicações lançadas:



1) Boletim Temático do OCTI - Indicadores da Geografia e Panorama da CT&I na Amazônia Legal



2) Percepção Pública da C&T no Brasil – 2023



3) Benchmarking de Indicadores de Inteligência Artificial (Documento Técnico nº 34)



4) Reciclagem e Reúso de Equipamentos Eletrônicos (Documento Técnico nº 35)



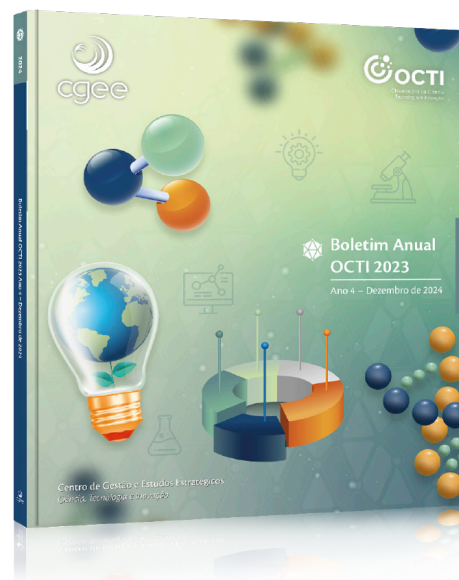
5) 2º Informe ISES - Células a Combustível: Produção Científica e Patentes



6) Policy Paper: Cooperação Científica Internacional e ODS – Aportes do Mapeamento da Ciência Brasileira para Identificação de Agendas Comuns



7) Resumo Executivo do V Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza



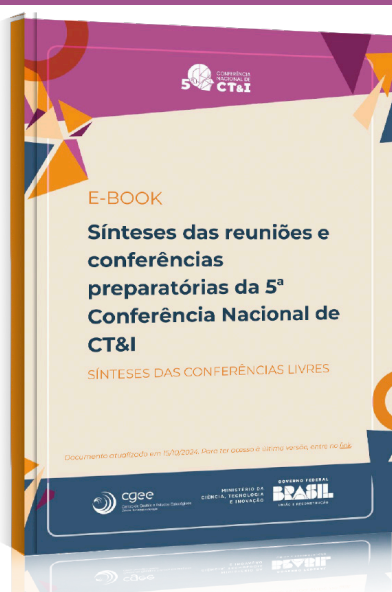
8) Boletim Anual OCTI 2023
Ano 4 - dezembro de 2024

Estas e outras publicações estão disponíveis na página do CGEE em: www.cgee.org.br/publicacoes

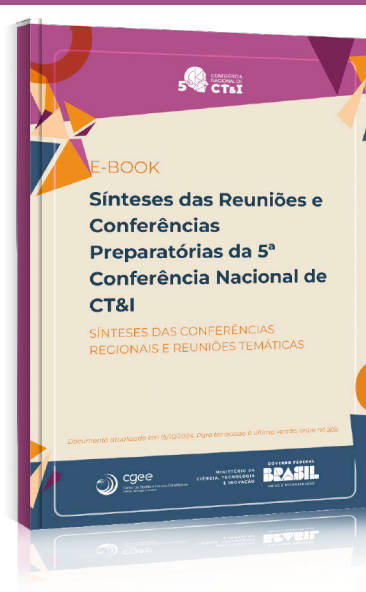
Acesse pelo QR Code:



Publicações da 5ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação

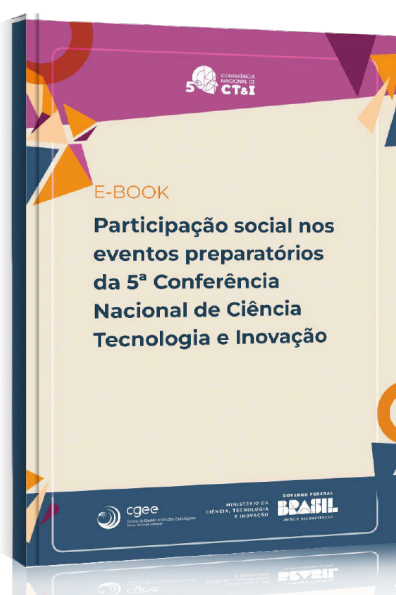


9) Síntese das reuniões e conferências da 5ª Conferência Nacional de CT&I: Síntese das conferências livres

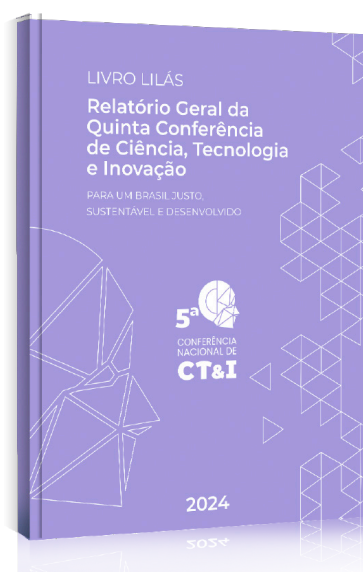


10) Síntese das reuniões e conferências da 5ª Conferência Nacional de CT&I: Síntese das conferências regionais e reuniões temáticas

Acesse as publicações da 5CNCTI:



11) Participação social nos eventos preparatórios da 5ª Conferência Nacional de Tecnologia e Inovação



12) Livro Lilás: Relatório Geral da Quinta Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação - Para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido



4. Carteira de Projetos 2024

Composição e situação dos projetos



As cinco Linhas de Ação do CGEE foram definidas como forma de organizar a execução de seus trabalhos e orientar a elaboração da sua agenda de atividades, tanto junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na condição

de órgão supervisor do Contrato de Gestão (CG), quanto no atendimento às demandas advindas do Ministério da Educação (MEC), interveniente ao CG e dos contratos administrativos, quais sejam:

✦ Estudos, Análises e Avaliações

O CGEE busca, permanentemente, agregar valor aos processos de tomada de decisão em alto nível do SNCTI, a partir de visões prospectivas obtidas por meio de processos modernos e participativos de gestão da informação e do conhecimento, em articulação com os principais atores envolvidos.

✦ Articulação

Um importante aspecto a ser destacado no âmbito das ações do Centro é o estabelecimento de bases metodológicas para trabalho em rede, um elemento importante para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os seus fundamentos devem considerar, entre outras questões, as necessidades de conhecer e discutir os principais modelos de rede nascidos de experimentos científico-tecnológicos, político sociais e artístico-culturais já existentes no Brasil. O CGEE busca, ainda, contribuir para o aprimoramento institucional do SNCTI, com destaque para as questões de segurança jurídica e marco regulatório.

✦ Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCTI

A missão institucional do CGEE é melhor atendida na medida em que se consolidam subsídios para a formulação de políticas públicas e para a gestão estratégica do SNCTI, particularmente no que se refere aos aspectos ligados ao financiamento (fontes orçamentárias e não orçamentárias); ao aprimoramento dos marcos legais em CT&I; à busca de sinergias entre os seus principais atores; e, aos ganhos em eficiência na gestão programática de natureza estratégica.

✦ Disseminação de Informação de CT&I

Os dados e as informações, públicas e privadas, são os principais insumos para os trabalhos conduzidos pelo CGEE. A sua aquisição, o seu tratamento, a sua visualização e a sua disseminação são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas estratégicos de interesse nacional na área de CT&I. Atualmente, o número de fontes de informação cresce de forma exponencial, em âmbito nacional e internacional, exigindo do Centro constante aprimoramento e evolução na construção de ferramental e métodos para que seja possível a consecução das etapas anteriormente destacadas. Nessa Linha de Ação, estão, também, as atividades de editoração e disseminação dos principais resultados obtidos pelo Centro, a partir dos trabalhos realizados no âmbito dos seus serviços, observatórios e projetos.

✦ Desenvolvimento Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte das atividades principais do Centro, incluindo a interação com grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE também moderniza, permanentemente, as suas metodologias de trabalho (métodos e ferramentas), com vistas a proporcionar maior eficiência à execução dos seus estudos, análises e avaliações.

Dentro dessas linhas de ação, os projetos são classificados da seguinte maneira:

Projetos Temáticos - São classificados como projetos que se desenvolvem com uma temática específica e com escopo definido pelos órgãos supervisor ou interveniente do Contrato de Gestão, visando atender uma demanda pontual de estudo, análise ou avaliação.

Projetos Administrativos - São projetos firmados por meio de contratos administrativos diretamente com órgãos públicos

ou entidades privadas, fora do escopo do Contrato de Gestão.

Projetos de Atividade - são classificados como projetos que compõem o desenvolvimento de uma Atividade do CGEE. Esses projetos diferenciam-se dos temáticos por terem seus escopos redefinidos anualmente, no interesse de cada atividade desenvolvida e visando o fortalecimento da missão institucional do Centro. Dessa

forma, o prazo de execução desses projetos é indeterminado.

Serviços de Atividade - Diferentemente dos projetos de Atividade, os projetos assim classificados se caracterizam como uma operação continuada, baseados em um processo de trabalho bem definido, com entregas padronizadas e com periodicidade definida. Por serem ligados a uma Atividade do CGEE, o prazo de conclusão é indeterminado.

Composição da Carteira de Projetos em 2024

No primeiro semestre de 2024, não foram firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. No entanto, cinco termos aditivos foram assinados no 2º Semestre/2024.

- O 5º Termo Aditivo (TA) ordinário, assinado em 8 de julho, teve como objeto o planejamento anual de 2024 e a reprogramação de saldos financeiros do Contrato de Gestão do ano de 2023, com o objetivo de assegurar os meios para a continuidade do fomento das atividades consubstanciadas no referido Contrato de Gestão.
- O 6º Termo Aditivo teve por finalidade viabilizar a inclusão de um Projeto Temático, **“Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC”**, possibilitando a alocação de recursos financeiros destinados ao fomento da atividade relacionada aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

- O 7º Termo Aditivo teve por finalidade viabilizar a inclusão de 03 (três) Projetos Temáticos, a saber: 1. “Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID III”; 2. “Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA”; 3. “Construção do Plano Nacional de Bioeconomia”, possibilitando a alocação dos recursos financeiros destinados ao fomento da atividade relacionada aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do MCTI.
- O 8º Termo Aditivo tem por finalidade viabilizar a inclusão do Projeto Temático Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), possibilitando a alocação de recursos

financeiros destinados ao fomento da atividade relacionada aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do Ministério da Educação (MEC).

- O 9º Termo Aditivo atualiza a programação de trabalho de 2024, as estimativas de gastos e as correspondentes previsões de datas de conclusão.

Para melhor compreensão, vide Linha do Tempo de 2024 sobre os termos aditivos assinados no ano:

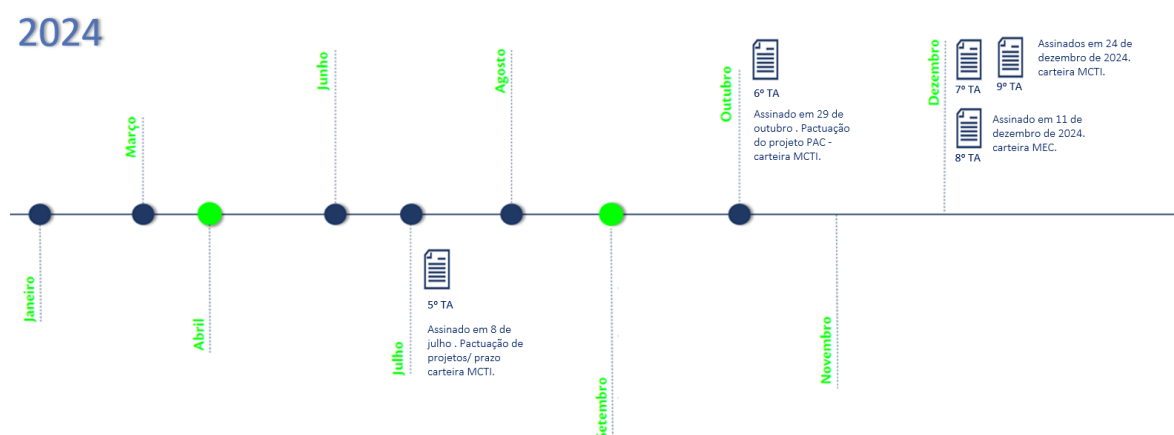


Figura 1 – Linha do Tempo dos termos aditivos assinados em 2024.

No Gráfico 1, é possível identificar a distribuição da carteira de projetos, segundo a sua classificação, composta por 37 projetos em 2024:

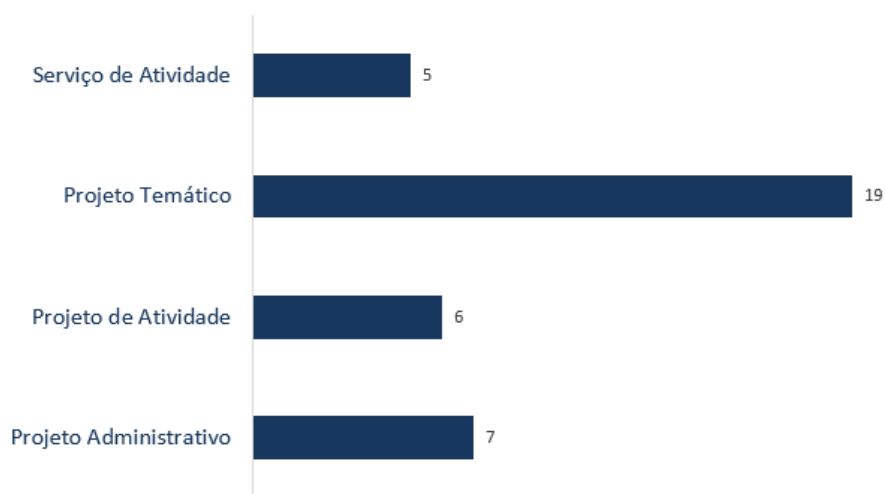


Gráfico 1 – Quantidade de projetos presentes na carteira por classificação ao término de 2024.

Considerando todos os projetos, vide no Gráfico 2 a quantidade de projetos por demandante na composição da carteira em 2024.

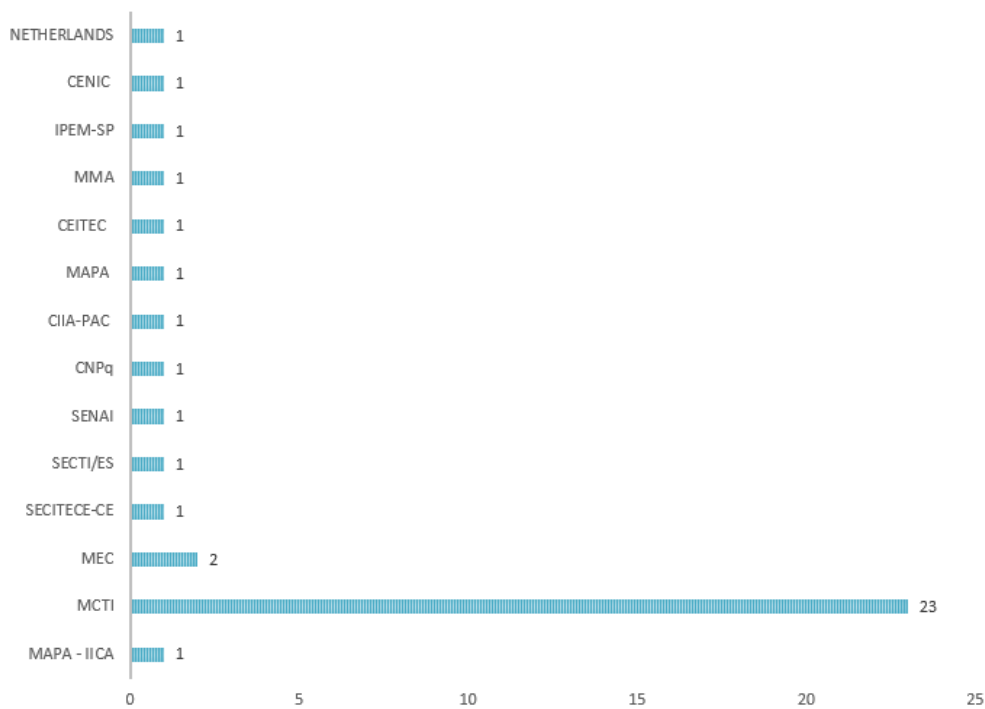


Gráfico 2 – Quantidade de projetos presentes na carteira por demandante em 2024.

Situação dos Projetos

A carteira de projetos finalizou 2024 com o total de 37 projetos, sendo 30 em andamento, 1 suspenso e 6 concluídos.

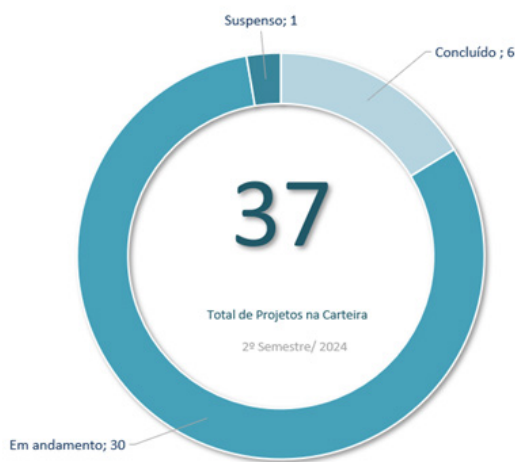


Gráfico 3 – Quantidade de projetos presentes na carteira por situação em 2024.



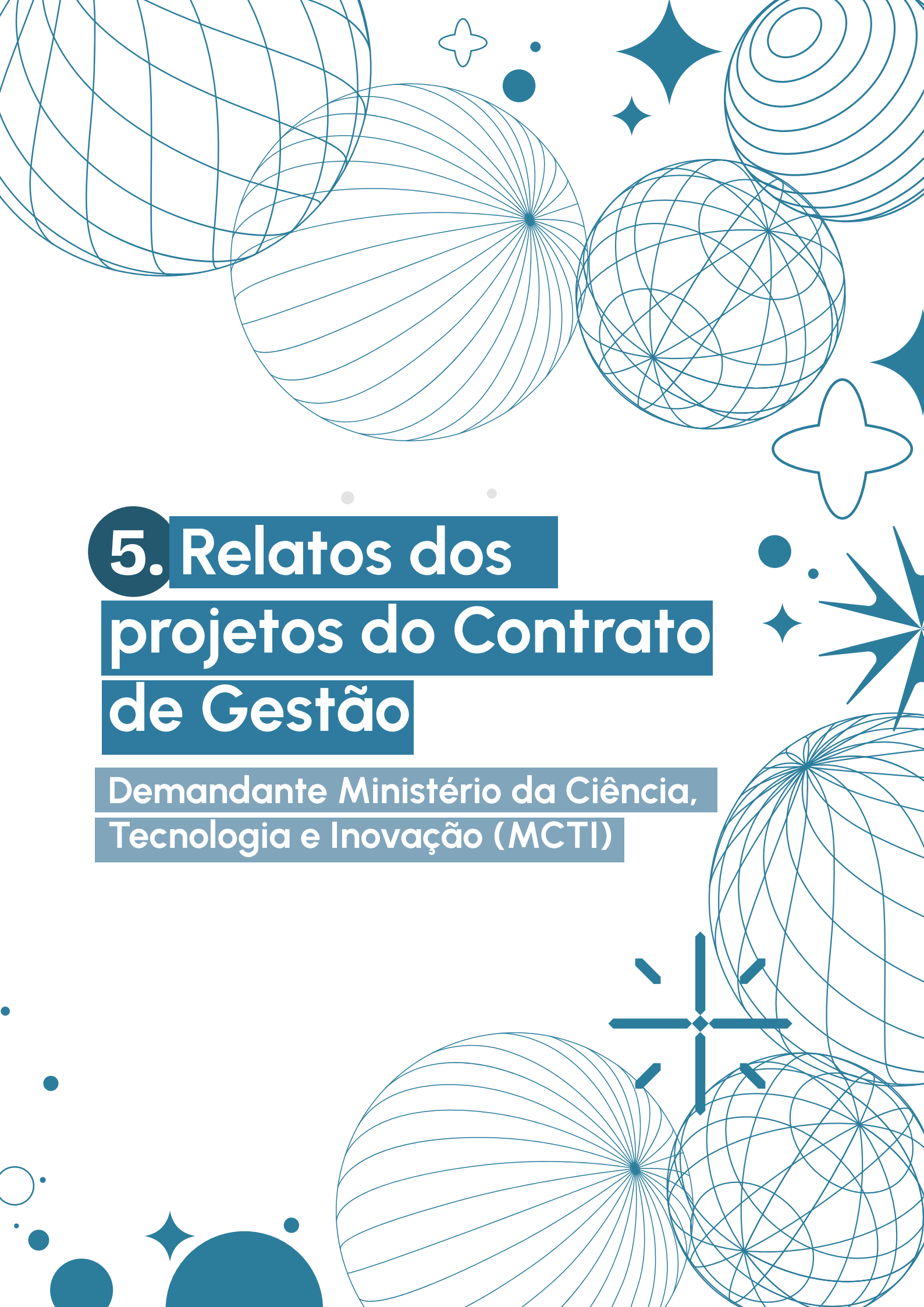
A tabela a seguir apresenta a situação da carteira de projetos em 31/12/2024, com a classificação de cada projeto e seus respectivos demandantes.

Tabela 1 – Situação da carteira de projetos em 31/12/2024

Em andamento 30		
Classificação do Projeto	Projetos	Demandante
Projeto Temático	Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics)	MCTI
Projeto Temático	Percepção Pública de CT&I no Brasil	MCTI
Projeto Temático	Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq	CNPq/MCTI
Projeto Temático	Cerceamento Tecnológico	MCTI
Projeto Temático	Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC	MCTI
Projeto Temático	Subsídios para Políticas de CT&I para a Amazônia	MCTI
Projeto de Atividade	Apoio técnico às comissões temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia	MCTI
Projeto de Atividade	Agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável	MCTI
Projeto Temático	Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária	MAPA/MCTI
Projeto Temático	Subsídios técnicos para a elaboração da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação	MCTI
Projeto Temático	Conexão para inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis	MCTI
Projeto Temático	Carbeto de Silício como alternativa para o reposicionamento da Ceitec: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica	MCTI
Projeto de Atividade	Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI	MCTI
Projeto de Atividade	Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital	MCTI
Projeto de Atividade	Estruturação do serviço de monitoramento, avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I	MCTI
Projeto de Atividade	Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	MCTI
Projeto de Atividade	Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	MCTI
Projeto de Atividade	Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - Octi	MCTI
Projeto de Atividade	Observatório de RH para CT&I	MCTI
Projeto de Atividade	Serviço de Exploração de dados e visualização da informação - EDVI	MCTI
Projeto Temático	Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA	MCTI
Projeto Temático	Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – Icid III	MCTI
Projeto Temático	Construção do Plano Nacional de Bioeconomia	MMA/MCTI
Projeto Administrativo	Reposicionamento estratégico - Ipem/SP	Ipem
Projeto Administrativo	Gerenciamento de riscos técnicos e requisitos para Microlançador Brasileiro ML-BR	MCTI
Projeto Administrativo	Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo	Secti/ES
Projeto de Atividade	Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal da EPT	MEC
Projeto Temático	Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)	Capes/MEC
Projeto Administrativo	3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Áridas, Semi-Áridas e Subúmidas Secas (Icid)	Secitece-CE
Projeto Administrativo	Panorama de Tecnologias Estratégicas	Netherlands

		Concluído (6)
Classificação do Projeto	Projetos	Demandante
Projeto Temático	Avaliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - Padis	Setad/MCTI
Projeto Temático	Subsídios para Políticas Orientadas por Missão (POM)	Sexec/MCTI
Projeto Temático	Subsídios para a 5ª Conferência Nacional de CT&I	GM/MCTI
Projeto Temático	Pensar Alcântara 2040	Sedes/MCTI
Projeto Administrativo	Mapeamento e análise da produção técnica e científica das competências alocadas nos Institutos Senai de Inovação	Senai
Projeto Administrativo	Subsídios para a 1ª Conferência Nacional - Suasa	Mapa (IICA)

		Suspenso (1)
Classificação do Projeto	Projetos	Demandante
Projeto Temático	Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho	Setec/MCTI



5. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão

Demandante Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação (MCTI)

5.1 Avaliação do Programa de Apoio ao Desenv. Tec. Indústria de Semicondutores (Padis)

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Concluído

Data de conclusão: 30/06/24

Entre janeiro e março deste ano, as atividades do projeto foram concentradas na finalização do Relatório da Pesquisa de Campo realizada com as empresas beneficiárias do Padis, conduzida no segundo semestre de 2023. Além disso, foram desenvolvidas ações relacionadas, incluindo a oficina de apresentação dos resultados da pesquisa, realizada em abril para os interlocutores que participaram do estudo. Após a conclusão da oficina, foi conduzida uma avaliação dos resultados com esses interlocutores, alcançando uma taxa de resposta superior a 50%, o que garantiu boa representatividade.

Para a divulgação dos resultados, foi elaborado um resumo executivo, atualmente em fase de editoração. A publicação completa do estudo está prevista para o final do ano, incluindo os resultados consolidados da fase 2, que abrangeu

as ICTs no âmbito da Lei de TICs. Paralelamente, com o apoio de um especialista em dados, foi dada continuidade à prospecção das capacidades científicas do Brasil em semicondutores e painéis fotovoltaicos, com base na produção de artigos indexados na Web of Science (WoS). Concluída em maio, essa prospecção foi pontualmente estendida para aprofundar alguns resultados relevantes, avaliando a significância da participação brasileira em áreas de produção nacional relativamente maior, comparando-a com outros países. Esse esforço teve início em janeiro, com a colaboração de acadêmicos e pesquisadores especialistas nas áreas de interesse. A finalização da prospecção está prevista para julho, e os resultados serão apresentados aos especialistas que participaram das etapas anteriores. Embora o projeto tenha sido encerrado, há possibilidade de novos estudos em 2025, a depender do orçamento do MCTI.

Produto Pactuado: Documento contendo recálculo de rota para o Programa de apoio à indústria de semicondutores

5.2 Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics)

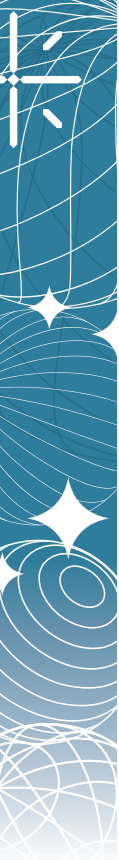
Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES **Classificação:** Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Ao longo de 2024, a implementação de uma estratégia voltada à disseminação e divulgação

de soluções inovadoras e dos conteúdos mapeados pelo projeto foi priorizada pelo OICS.



Nesse contexto, foram desenvolvidos produtos de comunicação para ampliar o engajamento na plataforma, além da realização e participação em eventos voltados à sustentabilidade urbana. As atividades de disseminação reforçaram o papel do OICS como projeto articulador de agendas governamentais em torno do tema, reunindo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério das Cidades (MCTIC) como parceiros organizadores do V Seminário Internacional sobre Soluções baseadas na Natureza (SbN) e atuando ativamente nas atividades do Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR), política nacional referência para abordar a temática.

A média de usuários acessando o OICS aumentou de 1.200 em 2023 para 3.200 em 2024. Os números de acesso à plataforma foram os mais altos registrados desde o início do projeto, em 2018. Em um único mês, foram contabilizados seis mil novos usuários, resultando em um total de 15 mil visualizações de páginas. No acumulado do ano, a plataforma alcançou 107 mil visualizações de páginas e 38 mil usuários, representando um crescimento de 165% em relação a 2023. O aumento gradual no número de acessos indica a efetividade da estratégia de disseminação e divulgação, ampliando o alcance entre os interessados na temática. Além disso, o desastre climático ocorrido no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impulsionou a busca por informações sobre o tema, reforçando a plataforma como uma fonte de referência segura em sustentabilidade urbana.

Ao longo de 2024, a participação em eventos nacionais e internacionais permitiu a manutenção

da articulação com pontos focais dos municípios brasileiros. No entanto, a ausência de uma estratégia de longo prazo para o projeto inviabilizou a execução de atividades que demandavam maiores investimentos, como a atualização do banco de dados e a liberação do cadastro de usuários para a inclusão de novas soluções. Embora o formato colaborativo e dinâmico da plataforma ainda não tenha sido implementado, o mapeamento de estudos de caso em soluções baseadas na natureza foi ampliado para a atualização da plataforma. Considerando a equipe reduzida, focou-se na temática onde o CGEE possui maior notabilidade, o tema de soluções baseadas na natureza, sobre o qual realizamos o Seminário e uma publicação de recomendações. Além disso, o OICS passou a integrar formalmente o Grupo de Estudos Especiais da ABNT para a formulação de diretrizes sobre o tema, consolidando o CGEE como um centro de referência em informações baseadas em evidências para subsidiar a tomada de decisão.

No próximo semestre, as ações serão voltadas para o fortalecimento da agenda de soluções baseadas na natureza, com a atualização da plataforma por meio da inclusão de novos estudos de caso, políticas municipais implementadas e o status de maturidade de projetos em SbN, com foco na priorização da gestão pública. Considerando a atual disponibilidade de recursos humanos e financeiros, as iniciativas seguirão concentradas em atividades de maior impacto para o público-alvo do projeto, os gestores públicos municipais. Para 2025, está prevista a implementação de uma estratégia de captação de recursos junto a potenciais parceiros públicos e privados, visando diversificar as fontes de financiamento, garantir a sustentabilidade financeira do OICS e viabilizar a expansão de suas atividades.

Produto Pactuado: Relatório de disseminação de soluções inovadoras e estratégias de inovação para cidades sustentáveis

5.3 Percepção Pública de CT&I no Brasil

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Este projeto dá continuidade à série histórica da Pesquisa sobre a Percepção Pública da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, com o objetivo de compreender a visão, o interesse e o nível de informação da população sobre C&T. Os resultados subsidiam a formulação de políticas públicas de CT&I, com foco em educação científica, popularização e divulgação da ciência. Demandado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e realizado em parceria com o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o estudo manteve a comparabilidade com edições anteriores (1987, 2006, 2010, 2015 e 2019) e pesquisas internacionais, além de incorporar novas abordagens sobre dinâmicas de consumo e acesso à informação, refletindo mudanças recentes nos hábitos da população.

No primeiro semestre de 2024, o projeto entrou na fase de análise e divulgação. Os dados, revisados com apoio de consultores e especialistas em estatística, foram consolidados em infográficos, gráficos dinâmicos e um painel interativo chamado “Faça sua Análise”, disponível no website do estudo, permitindo acesso direto aos dados históricos. Em maio, foi realizado um evento estratégico de lançamento, integrando o resumo executivo, o painel interativo e

o site do projeto. Com ampla repercussão na mídia, o evento contou com a participação do MCTI e parceiros, e incluiu a apresentação de um estudo complementar sobre a percepção digital de CT&I no Brasil, desenvolvido em parceria com o INCT-CPCT. Na sequência, o projeto iniciou uma campanha de divulgação ampliada, com a produção de conteúdo para redes sociais. A equipe também participou de eventos relevantes, como a 76ª Reunião Anual da SBPC, o aniversário do IPEA, a reunião anual da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e ações no ecossistema de CT&I em Goiânia.

O projeto prevê dois desdobramentos principais:

- 1) Novo Estudo: Foco na percepção de professores da rede pública, abrangendo níveis básico e médio de ensino, para identificar desafios e disparidades regionais e aprimorar políticas públicas de CT&I.
- 2) Percepção Digital: Realização periódica do estudo sobre a percepção digital de CT&I no Brasil, aprofundando análises sobre o acesso e consumo de informação científica. O projeto reforça o compromisso do CGEE em gerar análises robustas e acessíveis, alinhadas às transformações sociais e às novas fronteiras do conhecimento. Com isso, contribui para o avanço da ciência e tecnologia no Brasil e para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências.

Produto Pactuado: Site da Pesquisa sobre Percepção Pública

5.4 Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/07/2025

O projeto tem como objetivo contribuir para a avaliação de programas selecionados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A iniciativa integra o plano anual de Monitoramento e Avaliação, em conformidade com a Portaria nº 670, de 19 de novembro de 2021, que instituiu a Política de Monitoramento e Avaliação da instituição. As atividades incluem a colaboração de técnicos do CNPq no acompanhamento e na participação no desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação elaboradas pelo Centro, visando a sua capacitação. Em complemento às atividades de avaliação, o projeto objetiva dar apoio técnico para definição e modernização/aperfeiçoamento da base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), considerando o potencial dessa plataforma como ferramenta de planejamento e avaliação.

Além do apoio à modernização do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), o CNPq definiu três objetivos de avaliação dentre os oito inicialmente previstos: o Programa de Capacitação em Taxonomia (PROTAX), o programa Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação (EEC) e o Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af). Em 2024, a execução do projeto enfrentou atrasos devido a mudanças na equipe de consultores do CGEE, exigindo a redefinição de prioridades. Assim, embora tenham sido alcançados resultados relevantes no subprojeto do DGP, os esforços ao longo do ano concentraram-se nas avaliações dos programas Pibic-Af e PROTAX. A execução do subprojeto EEC foi adiada devido

à necessidade de aquisição de dados sobre o ingresso na graduação das bolsistas participantes do programa, solicitados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

As atividades realizadas incluíram a coleta de dados qualitativos por meio de questionários aplicados a coordenadores e bolsistas, o cruzamento de dados cadastrais dos bolsistas com informações sobre pós-graduação da plataforma Sucupira (CAPES) e com dados de trabalho e emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego). Além disso, foram levantados dados sobre redes de colaboração a partir da plataforma Lattes e realizadas análises bibliométricas da produção científica e tecnológica indexada na Web of Science. Os relatórios preliminares das avaliações dos programas Pibic-Af e PROTAX foram entregues ao CNPq no segundo semestre. O relatório do Pibic-Af foi analisado e devolvido para ajustes, sendo as correções e sugestões incorporadas ao relatório de atividades do projeto em 2024.

Entre os principais resultados do programa Pibic-Af, destaca-se que os egressos apresentam taxas de conclusão da graduação superiores à média, tanto entre estudantes de reserva de vagas quanto de ampla concorrência. Além disso, tendem a concluir seus cursos em menor tempo, em comparação à média de ingressantes por cotas de ações afirmativas. Uma parcela significativa desses bolsistas prosseguiu para a pós-graduação e integrou redes de colaboração científica em diversas subáreas do

conhecimento. No caso do PROTAX, observou-se que a maioria das bolsas teve ao menos 75% da vigência máxima de cada modalidade, garantindo formações e capacitações alinhadas aos objetivos do programa. Além disso, foi identificada uma produção científica expressiva por parte dos egressos, com publicações de relevância para a área, incluindo a descrição de centenas de novas espécies. Essas atividades reforçaram a ampliação das redes de pesquisa nacionais e internacionais em taxonomia.

Como desafios para próximas chamadas públicas, foram identificadas possíveis lacunas de formação em microbiologia e em alguns dos biomas do País. O projeto foi estendido por mais um semestre, quando deverão ser recebidos os comentários do CNPq sobre o relatório do PROTAX e a realização da avaliação de resultados do EEC, após o recebimento de dados do Inep sobre egressas do programa.

Produto Pactuado: Relatório de atividades desenvolvidas em 2024

5.5 Cerceamento Tecnológico

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Durante este ano, foram elaborados os relatórios técnicos sobre a identificação de interlocutores dentro das diversas estruturas organizacionais do governo federal envolvidos com tecnologias críticas e sensíveis da área de defesa; a base conceitual e a base normativa do tema, a partir dos quais foi construído o mapeamento preliminar das tecnologias críticas e sensíveis. Para avançar na primeira fase do estudo, será elaborada uma proposta de metodologia para avaliação de riscos de cerceamento tecnológico em projetos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Uma limitação inerente aos estudos sobre cerceamento em tecnologias críticas e/ou sensíveis abrange e perpassa as relações entre ciência, tecnologia e poder, gerando barreiras ou resistências de diferentes ordens para o acesso a dados e informações sobre as manifestações do objeto estudado. Isso implica a adoção de recursos metodológicos que permitam explorar bases limitadas de dados, de modo a identificar casos reais

ou potenciais e, a partir deles, desenvolver tipologias e definições operacionais para constructos e conceitos complexos. Nesse sentido, a criação de uma base conceitual é essencial para estabelecer uma linguagem adequada ao tema. Por isso, no início do projeto, foram elaborados glossários gerais e específicos.

Uma outra limitação identificada diz respeito ao uso de diferentes tipologias e graus de agregação temática na construção de listas. Áreas tecnológicas, projetos e produtos se alternam ou se misturam, dificultando uma visão mais clara e sistematizada das tecnologias críticas e/ou sensíveis. No caso do mapeamento preliminar, o Seminário “Autonomia Tecnológica e Desenvolvimento”, realizado no âmbito do CGEE e do Ministério da Defesa (MD), representou uma grande contribuição ao estudo, possibilitando a construção de listas de tecnologias de interesse da Defesa que podem ter algum grau de criticidade.



No próximo semestre, será relevante um esforço de consolidação da base conceitual afeta aos temas em discussão, permitindo uma análise mais precisa das contribuições, alinhada às definições e tipologias adotadas. Será conveniente incorporar a contribuição das instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) do setor de Defesa, assim como a visão das entidades representativas da Base Industrial de defesa e da Academia, completando o circuito da chamada tríplice hélice. Será possível também avançar na análise dos dados obtidos durante mapeamento preliminar feito, assim como no refinamento das tipologias e áreas/níveis de agregação e na priorização das tecnologias críticas, passo necessário e fundamental para a formulação de políticas públicas de estímulo e indução, que viabilizem

o aumento da autonomia nacional na produção de tecnologias críticas sujeitas a cerceamento.

A perspectiva mais ampla é identificar gargalos produtivos, tecnológicos e institucionais para subsidiar a formulação de políticas públicas, gestão estratégica e alocação racional de estímulos e recursos do Estado para o fomento e o desenvolvimento autônomo de produtos inovadores que reduzam a dependência tecnológica externa. Por fim, cabe perscrutar soluções e alternativas para superar ou contornar as barreiras de acesso a tecnologias críticas ou sensíveis de interesse da defesa e do desenvolvimento nacional.

Produto Pactuado: Relatório contendo identificação preliminar de tecnologias críticas e sensíveis em setores prioritários

5.6 Estudo de Prospecção de Temas Relacionados às Prioridades do PAC

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto “Estudo e Prospecção de Temas Relacionados às Prioridades do PAC” é uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, em parceria com o MCTI, e financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) por meio do Programa Política Com Ciência. Seu objetivo é gerar conhecimento e produzir documentos técnicos para apoiar a implementação e maximização dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, buscando contribuir para o desenvolvimento industrial, a sustentabilidade e a geração de emprego e qualificação profissional no Brasil.

A fase preparatória foi conduzida ao longo do primeiro semestre de 2024 e concluída com a aprovação do documento Marco Inicial. Esse documento estabelece as estratégias metodológicas, os principais produtos e os eixos de atividades previstos para a execução do projeto. Sua elaboração envolveu diversas reuniões com os demandantes, visando ao refinamento do escopo e à definição das estruturas de governança. A versão final foi aprovada em julho de 2024 durante reunião do Comitê Supervisor do projeto.

O projeto está estruturado em três trilhas temáticas

e uma trilha transversal, cada qual com atividades e produtos exclusivos, mas todas com interface e conexão com as demais. A Trilha 01, cujo objetivo é fornecer subsídios técnicos à Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do PAC (CIIA-PAC), finalizou o ano de 2024 com duas importantes realizações: a conclusão do estudo de mapeamento de produtos estratégicos da cadeia produtiva de Linhas de Transmissão Energética; e um estudo de maior porte sobre o PAC-Saúde. Em ambos os casos, os estudos desenvolvidos visam apoiar o Governo Federal na definição e uso de instrumentos de fortalecimento das cadeias produtivas nacionais em alinhamento à Nova Política Industrial (NIB).

A Trilha 02 foi concebida para dar suporte à Comissão interministerial Qualifica-PAC, cujo objetivo é apoiar a geração de oferta de qualificação profissional visando ao pleno funcionamento dos empreendimentos do PAC. Ao longo do segundo semestre foram realizadas reuniões com os principais atores envolvidos para explorar as bases de dados existentes e necessários aprimoramentos visando ao desenvolvimento de um mecanismo de busca ativa para identificar e conectar a oferta de mão de obra e a demanda por profissionais. Foram finalizados documentos técnicos que orientam a incorporação de dados do SISTEC (base do Ministério da Educação) e o desenvolvimento de um exercício piloto para identificar os limites atuais dos sistemas e dados a serem utilizados.

A Trilha 03 do projeto refere-se ao desenvolvimento de subsídios para a incorporação de novos parâmetros de sustentabilidade em empreendimentos do PAC, com foco na adaptação e resiliência de construções

urbanas. Esta trilha ganhou uma relevância ao longo do segundo semestre a partir da constituição de grupo de instituições, coordenado pela Casa Civil, visando à articulação de políticas e iniciativas que contribuam potencialmente para a transição ecológica da construção civil brasileira. Nesse sentido, o CGEE recebeu diversas reuniões do referido grupo e iniciou processo de redefinição dos produtos a serem desenvolvidos em 2025 a partir das demandas e orientações do colegiado, em particular do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e seu novo programa Cidades Verdes e Resilientes. A Trilha Transversal visa garantir o bom funcionamento das instâncias de governança do projeto e a articulação constante entre as trilhas temáticas. Em novembro, foi instalado o Conselho Consultivo do projeto, instância planejada para prover recomendações e subsídios técnicos ao projeto por meio de reuniões com 19 especialistas de renome em áreas relacionadas ao tema do projeto.

Novas reuniões do Conselho Consultivo estão previstas para 2025, com destaque para a criação de grupos temáticos. Além disso, serão realizadas reuniões de governança específicas para cada trilha temática e encontros do Comitê Supervisor, instância que reúne a Casa Civil da Presidência da República e os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); e da Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI). A articulação e a parceria contínua desse seleto grupo de atores foram fundamentais para o bom funcionamento do projeto e para as perspectivas de 2025, que incluem a entrega de diversos produtos em cada trilha, além da realização de eventos técnicos, como workshops e reuniões.

Produto Pactuado: Contribuições para a promoção de adensamento produtivo e upgrade tecnológico em eixos do PAC



5.7 Subsídios para a 5ª Conferência Nacional de CT&I

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Em 2024, foi realizada a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que se consolidou como um marco estratégico e histórico na promoção de debates e articulações voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e à construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Entre as principais ações realizadas, destacam-se os mais de 270 encontros preparatórios ao longo de 12 meses, culminando na etapa nacional, realizada entre 30 de julho e 1º de agosto de 2024.

Este amplo processo mobilizou todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, envolvendo mais de 100 mil pessoas em atividades regionais, estaduais, municipais, seminários temáticos e conferências livres. A etapa nacional reuniu mais de 30 mil participantes, presencial e virtualmente, promovendo debates intensos e uma rica troca de conhecimentos. Como resultado, foi realizada uma ampla sistematização das contribuições, registradas em e-books e publicações impressas, incluindo os volumes “Livro Lilás” e “Livro Violeta”, que compilaram as principais recomendações e subsídios dos três dias de debates nacionais. Esse material estratégico servirá de base para a formulação da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2030 e para o desenvolvimento de um plano de ações alinhado às demandas da sociedade brasileira.

A realização de um evento de alta complexidade apresentou desafios significativos, considerando a participação de diversos atores, a multiplicidade

de percepções e o alto volume de atividades de naturezas distintas. Isso tornou mais difícil compilar, de maneira assertiva, os insumos extraídos, de forma a melhor auxiliar a Subcomissão de Sistematização e Documentação na elaboração dos e-books e dos livros. Outro obstáculo foi a governança fragmentada, caracterizada por uma grande quantidade de decisores, cada qual com seu perfil ideológico e enfoques temáticos, o que exigiu esforços adicionais para atender às diferentes demandas de maneira eficaz. Além disso, a alteração no período de realização da Conferência, motivada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, gerou a necessidade de aditar contratos e prorrogar contratações, ampliando a complexidade da gestão do evento.

Essa experiência evidenciou que a equipe possui um conjunto de habilidades essenciais para gerenciar projetos complexos, destacando-se pela capacidade de resolver conflitos, alta flexibilidade, competência para atender demandas simultâneas e aptidão para planejar e executar estratégias de contingência. A diversidade de perfis ideológicos e temáticos reforçou a importância de uma comunicação estratégica e a necessidade de resiliência, bem como de um registro contínuo das diferentes demandas dos atores envolvidos, garantindo a organização eficiente das entregas e da prestação de contas. Essas lições aprendidas são particularmente valiosas para futuras iniciativas, especialmente em contextos complexos e com múltiplos atores.

Produto Pactuado: Relatório final de realização da 5ª CNCTI

5.8 Subsídios para Política de CT&I para Amazônia

Linha de Ação II - ARTICULAÇÃO

Classificação: Projeto de atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto tem como objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas e iniciativas que fortaleçam a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na Amazônia, integrando os princípios de sustentabilidade ao desenvolvimento econômico e social local. Em 2024, foram alcançados marcos importantes que refletem a relevância e o impacto das atividades desenvolvidas.

No primeiro semestre de 2024, as oficinas presenciais e online foram concluídas em oito estados da Amazônia Legal, com resultados consolidados que guiarão as próximas fases do projeto. Em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), foram realizadas outras nove oficinas online, envolvendo representantes de povos originários, extrativistas e organizações locais. Essas interações ampliaram a diversidade de vozes e prioridades consideradas no projeto.

Com base nas informações coletadas e priorizadas, foram selecionadas quatro cadeias de pesquisa e produção - babaçu, castanha, cupuaçu e açaí - além de dois temas estratégicos: restauração florestal e energia fotovoltaica. Esses elementos foram analisados em termos de desafios, gargalos e potencialidades, fornecendo uma base sólida para ações futuras. Paralelamente, foram estruturados os requisitos e elaborado o plano final para a construção de uma plataforma eletrônica.

Essa ferramenta será essencial para promover a divulgação contínua, dinâmica e interativa do projeto, engajando atores-chave e contribuindo para o desenvolvimento econômico local inclusivo e sustentável. Em alinhamento com a Secretaria

Executiva do MCTI e a Subsecretaria para a Amazônia, o projeto inicia uma nova fase voltada ao mapeamento de capacidades de CT&I na região. Esse esforço busca integrar as cadeias produtivas priorizadas e os temas estratégicos à infraestrutura científica existente, fortalecendo a base de CT&I da Amazônia. Essa abordagem visa respeitar e valorizar as características locais, enquanto se alinha aos objetivos nacionais de inovação e desenvolvimento econômico. Entre os destaques do período, em parceria com o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), foi lançado um boletim temático voltado para a Amazônia Legal.

O boletim, dividido em dois capítulos, aborda a geografia da CT&I na região, incluindo infraestrutura científica, recursos humanos e colaborações estratégicas. Também analisa a produção científica, com ênfase em temas como sustentabilidade e saúde pública, e oferece um painel interativo para análises detalhadas, contribuindo para a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável. Nos últimos seis meses, o projeto concentrou esforços na sistematização de uma ampla base de informações coletadas ao longo de sua execução. Esse trabalho resultou na elaboração de um resumo executivo abrangente e de nove cadernos estaduais.

Esses materiais destacam as particularidades regionais, abordando cadeias produtivas, capacidades instaladas, indicadores estratégicos e políticas públicas relevantes. O lançamento desses documentos está previsto para o primeiro semestre de 2025, em parceria com os atores locais, reforçando o caráter colaborativo e a construção coletiva do projeto.

5.9 Apoio Técnico às Comissões Temáticas Do CCT e Geração de Subsídios para a Formulação de Políticas e Estratégias Nacionais de Ciência e Tecnologia

Linha de Ação II - ARTICULAÇÃO

Classificação: Projeto de atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Durante este ano, duas ações ocorreram de forma distintas: o CGEE, com apoio direto do diretor Caetano Penna e sua equipe, apoiou de forma decisiva a elaboração do PBIA, cujo formato final foi entregue ao presidente da República na abertura da 5a CNCTI. Na segunda ação, desenvolveu-se um conjunto de estratégias para orientar os trabalhos das quatro comissões temáticas criadas pelo CCT, com base em temas definidos pelo MCTI. Essas atividades culminaram na elaboração de quatro notas técnicas, uma para cada comissão, que integram o Relatório com Subsídios para a Priorização de Temas. As principais ações realizadas incluíram:

I) Definição e envio de perguntas estratégicas: elaboração de cinco perguntas reflexivas enviadas previamente aos membros das comissões para serem respondidas antes das reuniões. Essas questões estimularam uma análise aprofundada sobre temas emergentes e urgentes, com foco no desenvolvimento justo e sustentável do país. As respostas recebidas embasaram um documento inicial produzido pelo CGEE, que sintetizou os principais temas estratégicos identificados. Esse documento foi discutido na primeira reunião, enquanto o segundo encontro foi dedicado ao refinamento das notas técnicas desenvolvidas pelo CGEE;

II) Reuniões técnicas e debates colaborativos: realização de encontros técnicos e discussões com as comissões temáticas setoriais, buscando identificar

os principais desafios estruturais no campo de ciência, tecnologia e inovação (CT&I);

III) Sistematização de dados e informações estratégicas: compilação de insumos fornecidos pelos membros das comissões, análises internas do CGEE e contribuições técnicas relevantes;

IV) Elaboração das notas técnicas: as notas técnicas foram estruturadas com base nos eixos estratégicos previamente definidos, refletindo os temas prioritários discutidos nas reuniões. O resultado desse esforço foi um relatório, consolidando uma visão integrada sobre as prioridades estratégicas nacionais em CT&I. O documento apresenta orientações concretas para fortalecer a ciência, tecnologia e inovação como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a competitividade global do Brasil.

No entanto, foi necessário enfrentar desafios significativos durante o processo. Entre os principais obstáculos, destacamos:

a) Negativa para aplicação da metodologia planejada: inicialmente aprovada, a proposta metodológica, que incluía o uso da ferramenta Strateegia e suporte de Inteligência Artificial para sintetizar insumos das reuniões, foi posteriormente vetada. Essa ferramenta visava facilitar as oficinas de grupo e agilizar a criação de documentos estratégicos. Uma alternativa sugerida foi o uso da ferramenta Mentimeter que, embora adquirida pelo CGEE, também teve seu uso negado;

b) Necessidade de adaptação na condução das reuniões: coube ao CGEE, especialmente à líder do projeto do CCT, à líder do projeto PBIA (Plano Brasileiro de Inteligência Artificial) e aos assessores técnicos, facilitar as reuniões e elaborar o documento orientador para os debates;

c) Elaboração das notas técnicas sem consultores externos: a proposta de contratação de dois consultores para dividir a responsabilidade pela elaboração das notas técnicas foi recusada. Assim, a tarefa ficou sob responsabilidade das líderes mencionadas, que precisaram conciliar essa demanda com outras responsabilidades de alta complexidade, exigindo um esforço adicional para garantir a qualidade acadêmica e técnica do produto entregue;

d) Limitação no registro e documentação das

reuniões: o pedido para gravação e degravação das reuniões, feito pelo supervisor do projeto, foi negado, dificultando o processo de sistematização e refinamento das notas técnicas.

Esses desafios evidenciaram a necessidade de aprimorar os mecanismos de diálogo com os diferentes atores do MCTI, além de destacar a importância de o CGEE contar, internamente, com ferramentas digitais que facilitem o processo de brainstorming, permitindo o levantamento e a consolidação de informações estratégicas de forma mais eficiente. Isso reduziria a dependência de autorizações externas, promovendo maior eficiência no desenvolvimento de produtos colaborativos. Apesar dos obstáculos, o resultado reflete o comprometimento do CGEE em contribuir para o planejamento estratégico de CT&I no Brasil.

Produto Pactuado: Relatório com subsídios para priorização de temas a serem propostos pelas Comissões Temáticas Setoriais - CCT

5.10 Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

Linha de Ação II - ARTICULAÇÃO

Classificação: Projeto de Atividade

O projeto Agenda Positiva da Mudança do Clima e do Desenvolvimento Sustentável avançou em 2024 com atividades centradas na bioeconomia, transição energética e cooperação internacional. No eixo de bioeconomia, destacou-se o lançamento do quarto boletim com análises inéditas sobre a bioeconomia amazônica e a parceria com o Ministério do Meio Ambiente para a construção e elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, a ser lançado em 2025.

No eixo de transição energética, lançou o 2º Informe

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

em Soluções Energéticas Sustentáveis (iSES) sobre células a combustível e iniciou a elaboração do 3º iSES. O eixo também incluiu a produção de um informe sobre patentes verdes em energia, além da produção de um relatório de financiamento climático em projetos de energia. A implantação de um sistema piloto de classificação de projetos alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi iniciada.

No que tange as atividades relacionadas à inserção e cooperação internacional, a equipe participou do

Think20 como membro da Força-Tarefa 2, subtópico 'Accelerating Transition to a Low-carbon Economy and Sustainable Consumption/Production'. Além disso, participou ativamente de grupos de trabalho do G20 como o Research and Innovation Working Group, Environment and Climate Sustainability Working Group, Task Force on a Global Mobilization against Climate Change, G20 Initiative on Bioeconomy e Energy Transition Working Group.

Durante a presidência brasileira do G20, foi lançado o sumário executivo "Bioethanol: fast track to mobility decarbonization". A equipe da Agenda Positiva

também participou de reuniões do Technology Executive Committee e Climate Technology Center and Network no âmbito do Mecanismo de Tecnologia da Convenção do Clima, em apoio ao MCTI e ao MRE.

Na COP29, organizou quatro eventos importantes em parceria com instituições nacionais e internacionais. A equipe esteve presente em formações internacionais como cursos sobre "Masterclass on the Theory and Practical Application of Nudging and Applied Behavioral Science", fortalecendo as capacidades internas e parcerias internacionais.

Produto Pactuado: Quarto Boletim Temático da Bioeconomia

5.11 Subsídios Para a Modelagem de um Núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático **Situação:** Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Em 2024, foi concluído o estudo sobre modelos jurídicos para a criação de uma entidade voltada à inteligência agropecuária. Com base nesse estudo, foram realizadas diversas oficinas e reuniões com as principais lideranças internas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além de equipes técnicas de entidades vinculadas ou diretamente relacionadas ao setor agropecuário, com o objetivo de elaborar o planejamento estratégico da nova entidade.

A modelagem jurídica, definida a partir do estudo, resultou na elaboração de minutas de Projeto de Lei (PL), Medida Provisória (MP), decreto,

estatuto, manuais de compras e contratações e o de recrutamento e seleção de pessoal. Também foi realizado um estudo sobre as possibilidades de financiamento da nova entidade.

Como resultado, o Mapa obteve o arcabouço legal, a modelagem jurídica e o estudo de impactos financeiros necessários para a criação da entidade vinculada ao ministério. O maior desafio enfrentado no projeto foi superar as resistências internas à modelagem proposta. Esse obstáculo foi vencido por meio de apresentações detalhadas e discussões sobre os riscos envolvidos, o que permitiu superar essa fase e avançar com a negociação da implementação da proposta.

Produto Pactuado: Relatório Final: Modelagem Jurídica e desdobramentos para implantação de uma entidade de inteligência agropecuária.

5.12 Subsídios Técnicos para Elaboração da Política Nacional De Tecnologia Da Informação E Comunicação

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Durante este ano, foi finalizada a primeira etapa da pesquisa de percepção sobre o ecossistema de inovação e a avaliação da lei de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com um conjunto de empresas contempladas pela legislação. Também foi realizada a oficina de apresentação dos resultados aos interlocutores para a avaliação dos resultados junto aos mesmos. Além disso, foi preparado um resumo executivo com a pesquisa junto às empresas. Importante relatar que deste processo foi elaborado o relatório final desta etapa da pesquisa.

No entanto, nem o relatório final ou o resumo executivo foram publicados ainda. O resumo executivo foi editado e diagramado, porém aguarda a validação do MCTI para ser concluído. O relatório final foi finalizado, porém será editado e diagramado juntamente com o relatório final das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), que faz parte da segunda etapa da pesquisa.

Ainda no primeiro semestre deste ano foi dado início ao planejamento e execução da segunda parte da pesquisa de percepção, com as ICTs apoiadas pela Lei de TICs. Foi elaborado um questionário a ser aplicado e selecionado o conjunto de ICTs a serem visitadas. As visitas foram iniciadas em maio de 2024, com uma pausa programada entre junho e julho devido a ajustes operacionais e dedicação ao PBIA, sendo retomadas em agosto. Devido a fatores internos que impactaram o planejamento inicial, a etapa de visitas às ICTs foi concluída em novembro de 2024. Desta forma, o relatório final

da pesquisa será finalizado e entregue ao MCTI em março de 2025, incluindo a percepção das ICTs sobre o ecossistema de inovação e avaliação da lei, a análise da formação de recursos humanos em TICs e comparações internacionais, além de um anexo sobre perspectivas para avaliação das ICTs.

Paralelamente, foi realizado um estudo sobre o setor, focando nas políticas de transformação digital e semicondutores de países em desenvolvimento que aspiram a um status mais favorável, como Brasil, Índia, México, Vietnã, Austrália e África do Sul, com previsão de encerramento em setembro deste ano. Esse estudo também irá compor o volume final considerando as duas pesquisas de campo com as empresas e ICTs.

Além disso, no segundo semestre deste ano foi dado início ao planejamento de uma nova atividade: um esforço para caracterizar os centros de pesquisa e as principais competências destes em tecnologias quânticas, visando dar subsídios para a construção de uma iniciativa para a área, que ainda está em discussão inicial. Foi elaborada uma nota técnica com um panorama do setor e possibilidades de investimentos, assim como foi realizada a extração na Web of Science de publicações no tema, com o objetivo de mapear as capacidades brasileiras e os principais pesquisadores na área.

Para o primeiro semestre de 2025, a proposta é finalizar a pesquisa de percepção e realizar uma oficina com os interlocutores para apresentar os principais resultados, assim como concluir o documento final

e os resumos executivos para que sejam publicados e disponibilizados para a sociedade. Como resultado deste trabalho, o MCTI já sinalizou a intenção de realizar novos projetos derivados deste estudo, como oficinas e outros estudos para aprofundar as

questões elencadas na pesquisa. Também pretende-se avançar no entendimento do setor de tecnologias quânticas, de forma a subsidiar o MCTI na elaboração da Iniciativa Brasileira de Tecnologias Quânticas.

Produto Pactuado: Relatório parcial contendo as percepções das ICTs apoiadas pela Lei de TICs sobre os ecossistemas de inovação e a avaliação da Lei

5.13 Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas Agroalimentares Sustentáveis

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Durante este ano, foram realizadas diversas ações estratégicas, incluindo reuniões com o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI, Inácio Arruda e a diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, Sônia da Costa, para articular o projeto “Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas Agroalimentares Sustentáveis”. A equipe obteve avanços na aprovação do plano de trabalho, na destinação de recursos provenientes da emenda parlamentar nº 38050012 e no estabelecimento de um alinhamento com as diretrizes da Diretoria de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. Esses esforços culminaram na elaboração de um parecer técnico favorável e no encaminhamento do pedido de alteração para direcionar os recursos ao novo projeto, que será implementado em 2025.

O CGEE promoverá o diálogo entre a academia e o setor produtivo por meio de audições realizadas em oito cidades, com o objetivo de identificar demandas relacionadas aos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis. Após a identificação dessas demandas,

será elaborado um relatório detalhado contendo as missões mapeadas, que será entregue ao senador responsável pela destinação da emenda, à Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI, e ao Governo do Estado de Mato Grosso.

O objetivo é possibilitar que esses atores avaliem como garantir, de forma eficaz e sustentável, o cumprimento dos objetivos das missões. Além disso, o CGEE contratará uma empresa especializada para capacitar quatro instituições públicas de ensino superior de Mato Grosso, de forma a alinhar as suas capacidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) às necessidades do setor produtivo, promovendo conexões estratégicas. A partir das demandas identificadas, as instituições públicas desenvolverão soluções por meio de duas equipes por instituição, que participarão de desafios organizados para apresentar esses projetos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) a investidores. Essas competições visam criar oportunidades para avaliação e possível financiamento das iniciativas,

atraindo capital para projetos promissores e impulsionando o desenvolvimento das soluções propostas. Essas atividades fazem parte de um

conjunto de entregas planejadas, que buscam fortalecer a integração entre o setor produtivo e a academia.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2024

5.14 Carbetto de Silício como Alternativa para o Reposicionamento da Ceitec: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 7º TA, realizada em 24 de dezembro de 2024, e sua execução terá início em 2025.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2024

5.15 Formatos e Práticas Inovadoras para o Financiamento do SNCTI

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto “Formatos e Práticas Inovadoras para o Financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)” iniciou-se em dezembro de 2022, quando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) alocou recursos ao CGEE. Com a reestruturação institucional do MCTI em 2023 e a transição de governo, os recursos foram redirecionados para atender às novas prioridades estratégicas definidas pela atual gestão.

Desde sua concepção, o projeto visa fortalecer e diversificar as fontes de financiamento para programas e projetos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Ao longo de 2024, ocorreram avanços significativos na definição do escopo, especialmente na estruturação dos três produtos principais: (1) Estudos para desenvolvimento de instrumentos de captação de recursos para CT&I; (2) Subsídios estratégicos com soluções regulatórias



e legislativas; e (3) Subsídios para identificação de parcerias internacionais no financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico.

As reuniões realizadas com o Departamento de Fundos e Investimentos (DFIN) do MCTI proporcionaram um alinhamento produtivo quanto às demandas e orientações específicas, resultando em ajustes construtivos nos Termos de Referência. Este processo colaborativo permitiu adequar o projeto às necessidades do Ministério, com foco no desenvolvimento de instrumentos financeiros previstos no Marco Legal de CT&I e na identificação de oportunidades no atual contexto geopolítico global.

A nova dimensão internacional amplia as possibilidades de parcerias e financiamentos externos que podem fortalecer a soberania tecnológica brasileira em setores estratégicos, aproveitando o realinhamento das cadeias globais de valor e o crescente interesse de diversos países em estabelecer cooperações mutuamente benéficas em CT&I.

A plataforma InvestMCTI, anteriormente alinhada ao projeto e criada para conectar atores do ecossistema

de financiamento de CT&I, passou por avaliação estratégica, resultando na migração de seu conteúdo para a infraestrutura do CGEE. Esta transição preserva o conhecimento gerado enquanto otimiza os recursos disponíveis.

O horizonte de desenvolvimento do projeto foi estendido até dezembro de 2025. Os recursos serão aplicados de forma estratégica para viabilizar iniciativas fundamentais ao fortalecimento do SNCTI, com atenção à implementação de instrumentos financeiros inovadores como as Debêntures incentivadas e os Fundos de Investimento em Participações na Produção Econômica Intensiva em PD&I (FIP-PD&I).

O realinhamento do projeto demonstra seu potencial para contribuir com o ecossistema brasileiro de CT&I, em um contexto global marcado por transformações geopolíticas e necessidade de desenvolvimento tecnológico soberano. Os avanços obtidos na definição de escopo e produtos estabelecem bases sólidas para que o projeto apoie a execução da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

Produto Pactuado: Relatório consolidado do ano de 2024 dos resultados alcançados com a implantação de práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI

5.16 Subsídios e Suporte à Gestão Estratégica das Políticas e dos Projetos Estruturantes de Transformação Digital

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2024 concentraram-se em três linhas de atuação principais:

(a) Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EbIA)

e Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA);

(b) Observatório de Transformação Digital (OTD);

(c) Indicadores de Inteligência Artificial.

A seguir, apresentam-se as principais ações realizadas

em cada frente de trabalho:

a) Ebia e PBIA: Em 2024, o CGEE deu continuidade à formulação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (Ebia), entregue no mesmo ano ao MCTI. O processo de formulação da Ebia se baseou na realização de oficinas participativas e reuniões. Ao longo do processo de elaboração da estratégia, o MCTI solicitou também o apoio do CGEE na formulação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), com a realização de oficinas temáticas e reuniões bilaterais para coletar contribuições de atores-chaves.

O PBIA foi entregue ao Presidente da República durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em julho de 2024. A partir da conclusão dessa etapa, o foco passou a ser o apoio à estruturação e ao monitoramento do PBIA, com a sistematização das informações com o objetivo de desenvolver um painel em Power BI, agregando indicadores e informações-chave que permitirão acompanhar os avanços do plano.

b) Observatório de Transformação Digital (OTD): Em 2024, o observatório foi disponibilizado na web, com painel de indicadores, acervo digital, laboratórios de transformação digital, documentos sobre transformação digital, entre outros. O OTD recebeu atualizações e aprimoramentos contínuos ao longo do ano, como a incorporação de novos indicadores, ampliação do acervo digital com publicações e estudos internacionais e a criação de uma seção no site dedicada a laboratórios de transformação digital, fornecendo informações sobre iniciativas de pesquisa e desenvolvimento em diferentes setores.

Além disso, foram disponibilizadas estratégias de transformação digital de diferentes países, possibilitando ao usuário comparar políticas,

práticas e resultados obtidos em contextos diversos. Foi criada, ainda, uma linha do tempo de políticas de transformação digital no Brasil, registrando marcos históricos na agenda digital do país. Para concluir, foram mapeados, no OTD, fóruns e acordos internacionais relevantes para o ecossistema de transformação digital, permitindo uma visão do posicionamento brasileiro no cenário global;

c) Indicadores de Inteligência Artificial: para esta frente houve a coleta, o tratamento e a análise de dados sobre patentes e produção científica em Inteligência Artificial, consolidando um conjunto de indicadores fornecidos ao Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial (Obia), sob a coordenação do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Para isso, foi realizada a coleta, filtragem e organização dos dados. A equipe também participou do lançamento do Obia, em setembro, seguido de um workshop que discutiu os próximos passos, as metodologias e as perspectivas para o monitoramento do ecossistema nacional de IA.

No final de 2024, a equipe se dedicou a ampliar o conjunto de indicadores, incluindo agora dados sobre mestres e doutores. Espera-se que esses novos indicadores, previstos para serem disponibilizados na primeira metade de 2025, forneçam informações sobre teses e dissertações em IA.

Para o próximo semestre o OTD deverá ser lançado, com o seu nome alterado para Observatório de Tecnologias Digitais (denominação que reflete de forma mais precisa o escopo dos dados e análises publicados), a pedido do MCTI. E a partir disso, a equipe do projeto deverá interagir mais com os atores da temática de tecnologias digitais, de forma a prover melhores serviços e produtos que apoiem o desenvolvimento e a evolução dessa área no Brasil.

Produto Pactuado: Relatório contendo análise do painel de indicadores do Observatório de Transformação Digital

Documento contendo a minuta da revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (Ebia)

5.17 Estruturação do Serviço de Monitoramento, Avaliação Integrada e Impacto de Políticas de CT&I

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto visa desenvolver um Modelo de Avaliação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para o MCTI. O objetivo é estruturar as bases para o serviço de monitoramento e avaliação dessas políticas, integrando insumos da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Em 2024 foi pautado pela construção dos fundamentos para o serviço, a partir da compilação de políticas públicas recentes no âmbito do governo federal, avaliações realizadas e apontamentos de órgãos de controle, com o apoio da literatura acadêmica, de revisão bibliográfica de práticas de avaliação de CTI na literatura especializada e da iniciativa prática de M&A do governo federal aplicáveis a políticas conduzidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Destacam-se os seguintes resultados:

a heterogeneidade das metodologias de avaliação identificadas em 35 documentos analisados, que refletem a riqueza de abordagens, mas também evidenciam a necessidade de maior uniformidade e alinhamento estratégico;

da análise de 30 acórdãos do Tribunal de Contas, emergiram apontamentos consistentes sobre a necessidade de fortalecer o planejamento estratégico, aprimorar a gestão de programas e projetos e adotar sistemas de monitoramento mais robustos que reforcem a urgência de um sistema integrado que promova transparência, eficiência e alinhamento com as prioridades do governo;

a aplicação preliminar de uma abordagem de mix de políticas para subsidiar a capacidade de visão de integrada para monitoramento e avaliação de políticas públicas em CT&I, acompanhada do levantamento de 69 iniciativas governamentais (políticas, estratégias e planos), que resultaram em mais de 1.300 subcomponentes (dentre derivações das iniciativas e ações), fizeram emergir uma estrutura preliminar para o mapa de políticas de CT&I.

Os achados apontam fragilidades significativas. A ausência de padrões claros na formulação de políticas, a desconexão entre planejamento estratégico e execução orçamentária, e a baixa recuperação de atributos fundamentais, como impactos e públicos-alvo, revelam a necessidade urgente de aprimoramentos na governança e na gestão. Esse material será utilizado para subsidiar o desenvolvimento de uma abordagem metodológica central cuja entrega está prevista para meados do segundo semestre, mas também já traz apontamentos para a estratégia integrada de monitoramento e avaliação, abrangendo governança, macroprocessos e ciclos de avaliação, além da especificação dos insumos necessários para sua operacionalização e integração com serviços existentes do CGEE, que configura o produto para 2025. O serviço continuado, propriamente dito, configura segunda etapa, a ser contemplada por novo projeto temático (ou projeto de atividade) a partir de 2025.

Produto Pactuado: Versão inicial do mapa de políticas de CT&I

5.18 Serviço de Produção e Disseminação de Informações para o SNCTI

Linha de Ação IV – DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CT&I

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Em 2024, por meio do projeto Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), a Comunicação Integrada (CI) do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) atuou no fortalecimento da imagem do Centro como instituição relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Ao longo do ano, os compromissos institucionais foram integralmente cumpridos, tanto no âmbito do Contrato de Gestão quanto dos indicadores avaliados pela Comissão de Avaliação.

Por meio de uma abordagem que combinou o uso de tecnologias e linguagem acessível - utilizando conceitos de Comunicação Pública da Ciência (CPC) - foi possível ampliar a visibilidade e relevância do Centro no cenário nacional. O foco em temas emergentes, como sustentabilidade, inteligência artificial, tecnologias digitais e popularização da ciência, foi central nas ações de 2024. Essas iniciativas contaram com a colaboração integrada das equipes de: Jornalismo e Assessoria de Imprensa; Publicidade e Design; Eventos; e Editoração. Além das atividades planejadas para o projeto ao longo do ano, toda a equipe participou na organização e divulgação da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), com o coordenador do projeto nomeado para a subcomissão de Comunicação e dando suporte à Ascom do MCTI na coordenação do evento.

São destaques do período: o V Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza (SbN); o lançamento dos estudos “Percepção Pública

da Ciência de 2023” e “Brasil: Mestres e Doutores 2024”; a divulgação dos boletins do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) e demais publicações lançadas; além da participação em eventos estratégicos, como a 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belém (PA), a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a COP 29.

Entre os produtos pactuados e entregues, está a edição 54 da revista Parcerias Estratégicas, com o tema “Governança Digital, Algoritmos e Desinformação”. Além disso, o CGEE lançou oito publicações relevantes que registram o progresso científico e tecnológico do País. A área de Editoração desempenhou um papel central, garantindo a supervisão técnica das publicações:

- 1) Boletim Temático OCTI - Indicadores da Geografia e Panorama da CT&I na Amazônia Legal;
- 2) Percepção Pública da C&T no Brasil - 2023;
- 3) Benchmarking de Indicadores de Inteligência Artificial (Documento Técnico nº 34);
- 4) Reciclagem e Reuso de Equipamentos Eletrônicos (Documento Técnico nº 35);
- 5) 2º Informe ISES - Células a Combustível: Produção Científica e Patentes;
- 6) Policy Paper: Cooperação Científica Internacional e ODS - Aportes do Mapeamento da Ciência Brasileira para Identificação de Agendas Comuns;
- 7) Resumo Executivo do V Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza;

8) Boletim Anual OCTI 2023.

Como resultado, foram realizados mais de 80 mil downloads dessas publicações. Para ampliar a visibilidade dos estudos, a maior parte deles é lançada em eventos focados na disseminação de informações. Em 2024, foram realizados 80 eventos, sendo pelo menos três com repercussão nacional:

1) A mesa de lançamento dos resultados de “Percepção Pública da Ciência 2023” (15/05) contou com 150 participantes simultâneos e soma mais de 1.600 visualizações no YouTube. Dos participantes que responderam à pesquisa de satisfação, 68,6% declararam estar “muito satisfeitos” enquanto 31,4% indicaram estar “satisfeitos”;

2) O lançamento do estudo “Brasil: Mestres e Doutores 2024” (04/05) atraiu 173 pessoas ao vivo e registrou 1.300 visualizações. Dos participantes que responderam à pesquisa de satisfação, 64,7% disseram estar “muito satisfeitos” e 35,3% “satisfeitos” com a organização;

3) O V Seminário Internacional sobre Soluções Baseadas na Natureza (03 e 04/09) foi outra iniciativa de destaque. No primeiro dia, foram registradas 1.749 visualizações online e contabilizados 161 participantes presenciais. No segundo dia, o evento alcançou 814 visualizações online e 101 participantes presenciais. Em relação à satisfação do público, 56,3% estavam “muito satisfeitos” e 39,4% estavam “satisfeitos”.

Em termos de mobilização, mais de 200 instituições estiveram envolvidas e milhares de pessoas participaram dos eventos do CGEE, realizados de forma online, presencial ou híbrida. Tudo isso, sem contar a 5ª CNCTI, que mobilizou cerca de 100 mil pessoas em mais de 200 etapas preparatórias, cobrindo todas as regiões do País. A área de Assessoria de Imprensa e Jornalismo do CGEE desempenhou um papel central na produção de conteúdo para: redes sociais, site institucional, convites para eventos e e-mails marketing, além do relacionamento com a imprensa.

O impacto do site foi significativo, com mais de 370 mil acessos ao longo do ano, sendo mais de 100 mil somente no campo de notícias. No que diz respeito à divulgação, junto à imprensa, os estudos e eventos do ano tiveram inserções em veículos como o Jornal da Globo, Carta Capital, Estado de São Paulo, DF TV e G1. Destaque para a notícia publicada pela Agência Brasil sobre o estudo “Brasil: Mestres e doutores”, que teve cerca de 150 reproduções no período do lançamento da iniciativa. Além disso, a 5ª CNCTI foi mencionada em mais de 2.500 reportagens em todo o Brasil somente entre os meses de julho e agosto.

O setor de Publicidade e Design é responsável pela criação de peças visuais que promovem as ações do CGEE tanto no ambiente online quanto offline e conta com o apoio de empresas especializadas. Neste ano, a equipe foi responsável, ainda, pela elaboração dos projetos de estandes para a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), além de ter roteirizado e produzido a animação “De olho no futuro 2”, divulgada durante a SNCT. A iniciativa abordou temas como mudanças climáticas, cidades sustentáveis e o uso da ciência na formulação de políticas públicas.

No próximo ano, o projeto Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI focará esforços na divulgação da capacidade do CGEE de entregar resultados de alta qualidade, alinhados às demandas da sociedade e aos desafios contemporâneos. Os objetivos do projeto são: 1) Concluir as entregas pactuadas no Contrato de Gestão; 2) Cumprir os compromissos relacionados aos indicadores; 3) Expandir o alcance das publicações e eventos por meio de estratégias inovadoras de comunicação digital; 4) Intensificar o apoio aos projetos do CGEE; e 5) Fortalecer a integração dos fluxos de trabalho. As iniciativas visam a promover a participação, inclusão e popularização do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inovador da sociedade brasileira.

Produto Pactuado: 08 (oito) publicações relacionadas aos estudos desenvolvidos pelo CGEE Revista Parcerias Estratégicas nº 54

5.19 Observatório de Tecnologias Espaciais – OTE

Linha de Ação V DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

(Em 2024, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao monitoramento de tecnologias do setor espacial. Foram todos os lançamentos de missões com a utilização de plataformas CubeSat, de forma a manter atualizado o banco de dados do OTE sobre esse tipo de satélite, com as tecnologias envolvidas. Esse banco foi atualizado e, até o dia 16 de dezembro de 2024, haviam sido recolhidas e disponibilizadas informações sobre todos os 2.441 CubeSats lançados em todo o mundo, desde o lançamento do primeiro CubeSat em 2005.

O artigo Towards the Thousandth CubeSat: a Statistical Overview, produzido pelo OTE e publicado no International Journal of Aerospace Engineering, vol. 2019, Article ID 5063145 (DOI: 10.1155/2019/5063145), contava, até 30 de dezembro, com 409 citações no Google Scholar, o que demonstra o interesse que esse artigo continua despertando na área espacial em termos internacionais.

Foi publicado, ainda, o décimo nono número do Boletim do OTE. Com vistas à elaboração do oitavo volume da série “Documentos Estratégicos para o Setor Espacial” do CGEE, foi contratada consultoria sobre o tema “Posicionamento, navegação e temporização com satélites de pequeno porte”. Como resultado dessa contratação, foi finalizada a elaboração desse volume (Ano 9, Número 1).

Como destaque do ano de 2024, cabe registrar que o projeto sugerido pelo OTE em 2018 para a construção de um veículo lançador de pequeno porte para nano e microssatélites (que foi apoiado financeiramente pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, com cerca de R\$ 190 milhões depois de ter sido selecionado em um edital de subvenção econômica) teve seu desenvolvimento formalmente iniciado em 2024. Esse projeto é conhecido como Microlançador Brasileiro (ML-BR) e está sendo desenvolvido por um consórcio de empresas liderado pela Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., de São José dos Campos (SP) e composto por mais 4 empresas (Concert Technologies, Delsis, Etsys e Plasmahub), tendo o CGEE como uma das instituições de ciência e tecnologia (ICT) associadas ao projeto. Trata-se de um marco importante para o Programa Espacial Brasileiro e para o País. O OTE/CGEE é o responsável pelo gerenciamento dos requisitos e dos riscos técnicos e de cerceamento tecnológico desse projeto. Para a realização desse serviço pelo CGEE, foi assinado, em 20 de setembro, contrato administrativo entre o CGEE e o consórcio liderado pela empresa Cenic no valor de R\$ 1.740.000,00.

Um integrante do OTE (Thyrso Villela) atuou como relator da sessão paralela “Eixo III: Estratégia brasileira para o setor espacial”, realizada em 30/07/2024, no âmbito da 5ª Conferência Nacional



de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Brasília (DF); participou de reuniões gerais mensais de acompanhamento do projeto ML-BR em São José dos Campos (SP), nas quais participaram as empresas do consórcio que estão construindo o ML-BR; participou, nos dias 27 e 28 de junho, da Preliminary Design Review (PDR) do projeto ML-BR, que contou com a participação da Finep e da AEB, em São José dos Campos (SP); atuou como revisor do periódico internacional da Acta Astronautica; participou do “2024 International Workshop on Space Resources: Perspectives for Future Ecosystems”, ocorrido nos dias 21 e 22 de novembro, em São José dos Campos (SP).

Villela participou, ainda, em 03 de dezembro, com o diretor Anderson Gomes, de reunião, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com a ministra e representantes do Ministério das Comunicações, AEB, Ministério da Defesa, Telebras e Finep, sobre sistema de comunicação e internet com satélites de pequeno porte em órbita baixa.

Nessa reunião, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho a ser liderado pelo CGEE para elaborar um estudo sobre esse tema.

Para o próximo semestre, além do trabalho citado acima, está planejada a publicação do nono número da série “Documentos estratégicos para o setor espacial” e do vigésimo número do Boletim do OTE. Serão concentrados esforços para a obtenção de dados sobre fornecimento de internet por meio de satélites de pequeno porte em órbita baixa. Outra frente de atuação será a continuidade do monitoramento de tecnologias da área espacial onde, em particular, serão coletados dados sobre todos os CubeSats que serão lançados, de forma a ter um banco de dados completo sobre essas plataformas.

Além disso, será dada continuidade no processo de acompanhamento do desenvolvimento do projeto ML-BR, com trabalhos relacionados ao gerenciamento tecnológico, de requisitos e de riscos técnicos e de cerceamento do projeto.

Produto Pactuado: Documento da série de documentos estratégicos para o Setor Espacial - Posicionamento, navegação e temporização (PNT) com satélites de pequeno porte

5.20 Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação – OCTI

Linha de Ação V DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) tem como objetivo monitorar o ambiente de CT&I no Brasil e no mundo, fornecendo subsídios estratégicos para a formulação e avaliação de políticas e programas no setor. Em 2024, o projeto consolidou a sua atuação com iniciativas inovadoras,

análises aprofundadas e parcerias estratégicas, gerando dados de alta relevância para o Sistema Nacional de CT&I.

No primeiro semestre, destacaram-se dois painéis inéditos de dados. O primeiro mapeou a produção científica de pesquisadores com bolsas

de produtividade científica do CNPq nos últimos 12 anos, evidenciando a sua contribuição de alto impacto. O segundo painel, desenvolvido em parceria com o projeto Subsídios para Políticas de CT&I para a Amazônia do CGEE, apresentou dados interativos sobre a formação de competências científicas na Amazônia Legal, considerando currículos da Base Lattes, publicações na Web of Science e projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse painel aplicou modelagem de tópicos para identificar convergências temáticas entre projetos e indicadores dos ODS. Ambos foram lançados durante a 76ª Reunião Anual da SBPC, realizada no Pará, em julho de 2024.

Ainda no primeiro semestre, o boletim temático sobre a Amazônia Legal foi lançado em 28 de maio, em evento híbrido com a participação do MCTI, Confap e representantes dos estados da região. Esse documento trouxe análises sobre competências científicas, produção bibliográfica e indicadores geográficos de CT&I. Paralelamente, o Octi avançou em sua parceria internacional com a Universidade de Granada, na Espanha, desenvolvendo uma nova metodologia de análise de impacto científico. Essa metodologia foi testada com dados adquiridos da Clarivate e fez parte do Boletim Anual 2023.

Outro destaque foi a colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na elaboração de análises prospectivas para os seus Institutos de Inovação, utilizando taxonomias para rastrear e analisar a produção científica e tecnológica. Além disso, o observatório discutiu novos acordos de cooperação com instituições como o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), visando aprimorar metodologias de monitoramento estratégico.

No segundo semestre, o Octi lançou o Boletim Anual 2023 no dia 18 de dezembro, em evento transmitido pelo canal do YouTube do CGEE. O documento foi estruturado em três seções principais. A primeira analisou o posicionamento do Brasil em bases internacionais de artigos, como Web of Science e Scopus, destacando áreas estratégicas e principais parceiros científicos. A segunda apresentou uma análise inédita sobre conexões institucionais locais, interestaduais e internacionais, além de dados de impacto por cluster, um marco na linha de monitoramento do observatório. A terceira seção explorou a produção brasileira na SciELO, com foco em áreas menos representadas nas bases internacionais, como ciências humanas e sociais.

No âmbito regional, o observatório deu continuidade à colaboração na elaboração do Plano Estadual de CT&I do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de C&T, a Fapes e a Mobilização Capixaba pela Inovação, realizou mapeamentos estratégicos sobre o Rio Grande do Sul e iniciou uma nova linha de metodologia cientométrica em parceria com o Ipead, em Minas Gerais. Essa iniciativa foca no cruzamento de competências científicas e sua incorporação no setor industrial e econômico, permitindo a criação de estudos prospectivos sobre formação de habilidades e recomendações para uma melhor absorção de recursos humanos no Brasil.

Com esses avanços, o observatório reafirma o seu compromisso de fornecer análises robustas e acessíveis, promovendo o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I e o alinhamento às demandas de desenvolvimento sustentável. As perspectivas para 2025 incluem a exploração de novos indicadores, estudos de futuro e o aprofundamento de parcerias nacionais e internacionais, visando consolidar ainda mais o impacto de suas análises estratégicas.

Produto Pactuado: Documento sobre o boletim temático do Octi

5.21 Observatório de RH para CT&I

Linha de Ação V DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Destaca-se como resultado em 2024 a conclusão e o lançamento, em 04 de junho, do estudo “Brasil: Mestres e Doutores 2024”, sua 5ª edição. O documento foi publicado na forma de relatório web, apresentando novas análises sobre a formação e o emprego dos titulados no Brasil, além de um extenso conjunto de gráficos e tabelas. O estudo apresenta os capítulos: Programas, Títulos, Emprego, Regional, Mulheres. Além disso, procedeu-se a atualização do “Painel de Busca”, com cobertura de 1996 a 2021.

O lançamento ocorreu com apresentação e participação de convidados e comentaristas nas dependências do CGEE e foi transmitido pelo canal no Youtube. O estudo teve boa repercussão junto a ICTs em geral e na mídia, com a demanda para participação em outros eventos, como na 76ª Reunião Anual Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belém (PA), em julho de 2024. Nessa ocasião foram apresentados dados sobre o Brasil e sobre os estados da Amazônia Legal.

Os resultados serviram, ainda, de subsídios para as discussões da 5a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ªCNCTI), com a participação nas conferências livres sobre “Formação e inserção profissional dos egressos da PG”, realizada na sede da Capes, e sobre “Novos fluxos de recursos e formação de capacidades científicas entre Norte e Sul Global”, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), e na elaboração do capítulo sobre recursos humanos no livro da conferência.

Eles também contribuíram para a 63ª edição do Fórum Nacional Consecti & Confap, realizada em Brasília (DF), com a abordagem de aspectos regionais da formação e inserção profissional de mestres

e doutores. Sendo essa uma atividade contínua do Centro, buscou-se articular com a Capes a aquisição de dados mais atuais sobre a formação de pessoal para novas versões do estudo. O acordo de cooperação técnica, que permitirá esse acesso, está em vias de assinatura, tendo percorrido as instâncias internas responsáveis pela garantia de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

No que concerne à colaboração com outros projetos do Centro, podemos mencionar: 1) a atualização de indicadores recursos humanos para o painel da Geografia da CT&I no Brasil do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi); 2) a geração de dados para a avaliação do Programa de Capacitação em Taxonomia - Protax e Pibic Ações Afirmativas, ambos do CNPq; 3) Dados sobre formação de pessoal em colaboração com o Observatório de Inteligência Artificial (Obia).

As análises envolveram a combinação de dados de pós-graduação e emprego, visando analisar os percursos formativos e inserção no mercado de trabalho formal dos egressos dos programas ou temas, como no caso de IA. O observatório também colaborou com o MCTI na preparação dos dados parciais do Brasil para o Observatório de Carreiras em Pesquisa e Inovação (RelCO), uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para o próximo semestre, há a previsão de formalização e ampliação desse projeto junto ao MCTI. Além disso, deverão ser lançados outros estudos sobre mestres e doutores, como o aprofundamento sobre remuneração; os mestrados

profissionais; o emprego na indústria e nos setores intensivos em P&D e a análise da variável de cor e raça. Outros esforços para o aperfeiçoamento das bases de dados deverão ser empreendidos para a identificação de inativos e falecidos visando a realização de estudos populacionais e de taxas de reposição desses pós-graduados.

Como resultados da expertise alcançada nos estudos de egressos, a Capes solicitou uma proposta

de avaliação de três de seus programas de formação de professores da Educação Básica: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa de Residência Pedagógica (PRP) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). A proposta foi aprovada, tendo sido o projeto formalizado em termo aditivo ao contrato de gestão e será realizada ao longo de 2025 e 2026.

Produto Pactuado: Relatório na web Brasil: Mestres e doutores 2024

5.22 Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação - Edvi

Linha de Ação V - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Classificação: Projeto de Atividade

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação visa fortalecer as competências do Centro em técnicas adequadas de extração, tratamento, carga e visualização de dados, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias com base em evidências e ferramentas, ampliando o seu portfólio de serviços para clientes internos e externos. Entre os resultados obtidos e as principais contribuições no período coberto por esse relatório, destacam-se:

Na linha de desenvolvimento de análises de redes de documentos e currículos Lattes, centrada no aprimoramento da ferramenta insightNet e insight Net Browser (iN e iNB) e metodologias associadas, foi dada continuidade ao desenvolvimento e testes do protótipo de uma nova versão do programa iN, portado com back end em Python e visualização em ambiente desktop, para substituição futura da versão 0.10.1 do iN, em Java, congelada devido à rescisão do contrato de manutenção.

Embora a versão em Python não tenha todas as funcionalidades da versão em Java, há outras, originadas de novas demandas das equipes do CGEE, particularmente do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação, com destaque para visualizações de redes 3D, geração de n-gramas com base nos textos de currículos Lattes e metadados de artigos do Web of Science, diagramas estratégicos e linhas do tempo para um volume de dados uma ordem de magnitude acima da versão congelada.

Além disso, foi realizada a atualização ou desenvolvimento de funcionalidades de leitura e transformação para os formatos do iN de metadados das bases de artigos científicos da Scopus e de patentes do The Lens. Foi também desenvolvida de ferramenta multiplataforma de análise e geração de redes 3D gigantes (na linguagem JavaScript, portanto em ambiente web), voltada para o processamento eficiente de grandes conjuntos de dados. O módulo



suporta a construção e visualização de redes em 3D, permitindo uma representação espacial avançada dos nós e arestas.

Na linha de desenvolvimento de novas alternativas de visualização, ressaltam-se: colaborações no tratamento de dados e elaboração das visualizações do site do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial, no contexto do projeto “Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital”, assim como na elaboração de visualizações e novos métodos de análises de dados dos projetos “Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq” e “Agenda Positiva para Mudanças do Clima”.

Como forma de testar possibilidades de futuras implementações em ferramentas próprias do Centro, foram aprimorados os protótipos de programas e provas de conceito, como:

- a) Desenvolvimento de códigos em XQuery para extração de informações de dados da plataforma Lattes que estão no formato XML para formato de tabela;
- b) Estudo da caracterização de sinônimos e bigramas em textos;
- c) Aprofundamento na formalização da metodologia de cálculos para otimização de redes de similaridade semântica empregada em diversas ferramentas do Centro;
- d) Desenvolvimento de metodologia para caracterização, com uso de redes multicamadas, da interação entre atividades econômicas, tecnológicas e científicas utilizando dados de artigos, patentes e empresas de pesquisadores do Diretório de Grupos de Pesquisa;
- e) Criação de ferramenta integrada de gerenciamento e análise de vídeos, utilizando inteligência artificial (IA) para otimizar o acesso, organização e processamento de conteúdo, pela análise das transcrições das falas neles contidas, empregada no tratamento de vídeos

da 5a. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

f) Desenvolvimento de processos utilizando a técnica de IA retrieval-augmented generation utilizando modelos de linguagem como o GPT-3.5 e GPT-4º; e

g) Criação de pacote Python com o objetivo de processar dados da base The Lens (patentes) para serem utilizados no insightNet.

Na linha de desenvolvimentos metodológicos de análises de patentes, foram realizados testes e implementação de códigos em Python para o mapeamento automático de códigos CPC (Cooperative Patent Classification, criado pelo escritório europeu de patentes e pelo escritório estadunidense de patentes) para códigos IPC (International Patent Classification, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, ou OMPI). O mapeamento e os bancos de dados associados que foram gerados são importantes para compatibilizar expressões de busca de classificações tecnológicas encontradas na literatura, comumente expressas em códigos CPC, com as bases que o Centro possui ou tem acesso.

Além disso, foi também desenvolvida uma ferramenta de monitoramento de tecnologias baseado na análise temporal de códigos IPC empregados como metadados de patentes, incluindo a evolução de suas descrições textuais, tal como padronizadas pela OMPI. Na linha recém-iniciada de estudo de mídias sociais para a busca de egressos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, foi realizado um estudo de viabilidade do uso de dados de bases de emprego. Foi verificado que o uso dessas bases de dados é viável e que alcança egressos que apresentam maior dificuldade de identificação nas bases de dados disponíveis atualmente para o CGEE, como Rais, Sucupira e Lattes.

Para concluir, foram iniciados estudos de cobertura de áreas de pesquisa em diversas bases de metadados de artigos científicos que competem

com as mais tradicionalmente empregadas no CGEE (Scopus e Web of Science). Análises comparativas iniciais mostraram que as bases OpenAlex, The Lens e Dimensions têm coberturas expressivamente mais abrangentes, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais. Como os processos de

tratamento desses dados foram todos desenvolvidos ou atualizados, incluindo o reconhecimento de idiomas de origem dos artigos, o CGEE poderá empregar a base mais conveniente para cada caso, ou mesmo integrar mais de uma base, de acordo com a necessidade.

Produto Pactuado: Relatório de desenvolvimento de processos e produtos de monitoramento, análise e visualização de dados do CGEE – 2024

5.23 Apoio à Estrutura de Governança e Monitoramento do PBIA

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI
Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento
Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 7º TA, realizada em 24 de dezembro de 2024, e sua execução terá início em 2025.

Produto Pactuado: Sem produto definido para 2024

5.24 Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – Icid III

Linha de Ação III – ARTICULAÇÃO
Classificação: Projeto Temático
Situação: Andamento
Data de conclusão: 31/12/2025

Durante este ano, foram realizadas ações fundamentais, como a formalização do contrato administrativo com o Estado do Ceará em 09 de dezembro de 2024 e o direcionamento de R\$500 mil para o projeto, a ser estabelecido no contrato de

gestão para 2025. Além disso, a equipe do projeto participou ativamente da 16ª sessão da Conferência das Partes da UNCCD, realizada em Riyadh, na Arábia Saudita, de 2 a 13 de dezembro de 2024, onde foram realizadas diversas interlocuções com

o intuito de levantar apoiadores e patrocinadores para a 3ª Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (Icid III). Esses esforços resultaram em um fortalecimento significativo da rede de parcerias e apoio ao evento.

No entanto, o projeto ainda enfrenta o desafio

de levantar recursos que sejam suficientes para a realização da conferência, no porte que foi realizada a Icid II. Para suprir esses obstáculos, será preciso aprimorar a capacidade de articulação para garantir o sucesso do evento e a mobilização global necessária para enfrentar os desafios climáticos nas regiões semiáridas.

Produto Pactuado: Sem produto definido para 2024

5.25 Construção do Plano Nacional de Bioeconomia

Linha de Ação II – ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

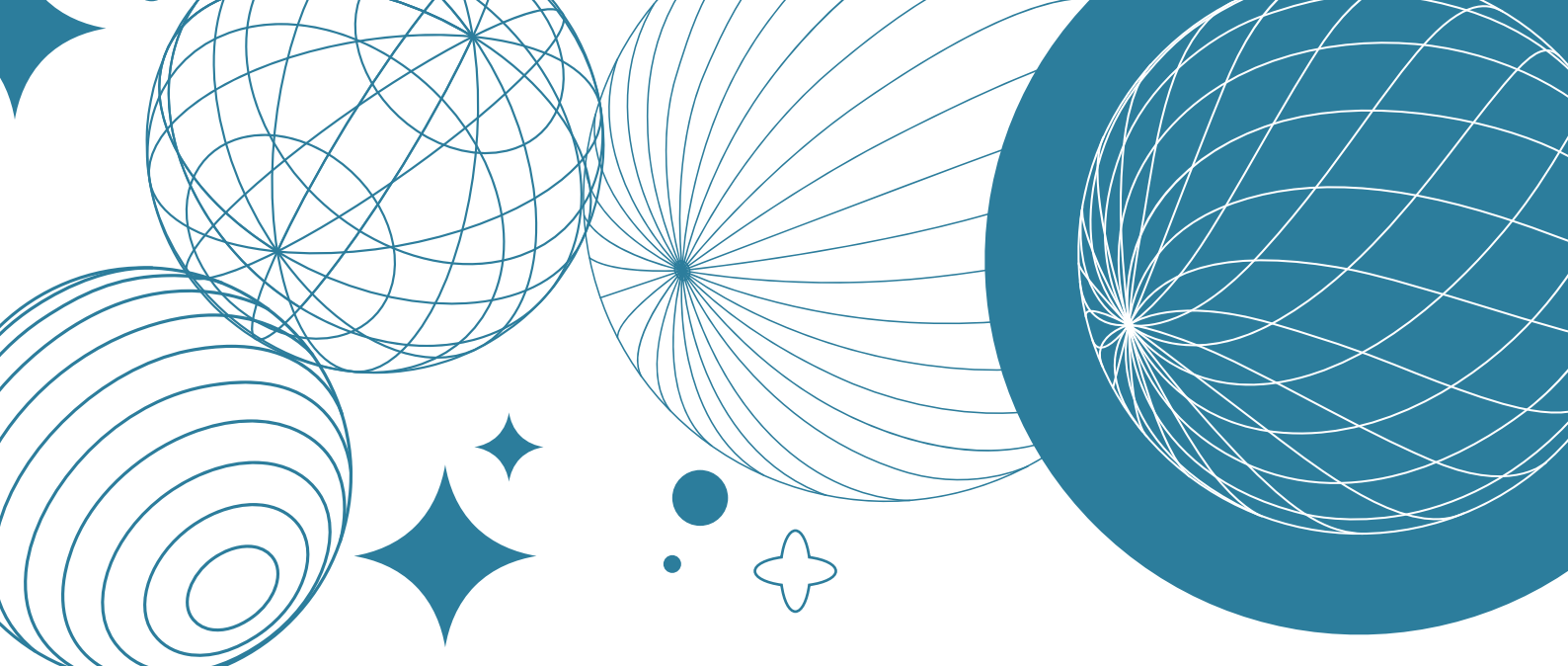
Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 7º TA, realizada em 24 de dezembro de 2024, e sua execução terá início em 2025.

Produto Pactuado: Sem produto definido para 2024



6. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão

Demandante Ministério
da Educação (MEC)



6.1 Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal da EPT

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento

Data de conclusão: em negociação com o demandante

Esse projeto é subdividido em dois estudos: Fundamentos para elaboração de indicadores de empregabilidade para egressos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e Estudo sobre evasão na Rede Federal de EPCT. Em janeiro de 2024, foi entregue o relatório contendo um embasamento teórico e benchmarking internacional sobre empregabilidade e indicadores relacionados ao tema.

O projeto avançou na definição de um conjunto de ações promotoras de empregabilidade e no sentido de verificar a disponibilidade de informações sobre essas ações nas instituições da Rede federal de EPCT. O relatório foi apresentado ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT), encaminhando-se parcerias com dois institutos federais que permitiram o mapeamento das possibilidades e principais dificuldades de acesso a dados para a proposição de indicadores.

Outra estratégia adotada foi a análise do Sistema Monitor/Setec, plataforma que coleta e publica indicadores dos institutos federais (IF), e que poderá abrigar a iniciativa de construção de indicadores de empregabilidade. Esses resultados foram entregues ao MEC no relatório preliminar em dezembro de 2024.

Outra iniciativa sobre indicadores de empregabilidade trata do desenvolvimento do estudo sobre egressos da Rede Federal de EPCT com o panorama do emprego formal. A metodologia desse estudo implica no cruzamento de dados sobre a Rede Federal de EPCT, proveniente da Plataforma

Nilo Peçanha (PNP), com dados da educação superior (Censo da Educação Superior - Inep) e de emprego da Rais (MTE).

A partir do recebimento de dados mais recentes da PNP em novembro, foi possível preparar a pesquisa para a sala segura do Inep, autorizada em novembro e iniciada em dezembro de 2024. Para o estudo sobre a evasão na Rede Federal de EPCT, foi entregue o produto pactuado para 2023 “Relatório preliminar do Estudo sobre Evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, que contém a análise descritiva dos dados de evasão conforme a PNP, fundamentação teórica e definições metodológicas para etapas subsequentes do estudo.

Durante 2024, foi realizado o tratamento dos dados da PNP; construída variável de evasão com métricas tradicionais, que possibilitam comparação; e aplicados modelos estatísticos para análise da evasão. Em dezembro do ano passado, foi entregue o produto pactuado com a Setec/MEC “Relatório analítico sobre os principais fatores associados à evasão na Rede Federal EPCT, que apresenta os resultados de modelos que estimam as contribuições das principais variáveis explicativas da evasão na rede.

Outra entrega adicional em dezembro tratou da “Evasão Escolar na Rede Federal EPCT no Brasil: fatores associados, duração das jornadas e distribuição regional”, que foi o resultado do esforço de se incluir a base de dados da PNP do ano de 2022 e analisar em que momento da trajetória do aluno se dá a evasão. Nesse produto, houve um

aprofundamento da análise da evasão sob o aspecto regional.

Cabe mencionar alguns desafios enfrentados, como a demora na obtenção de dados mais atuais, a complexidade de tratamento dos dados para a aplicação da metodologia de medição da evasão e o processo laborioso de preparação das bases e permissão de acesso à sala segura do Inep. Essas dificuldades acabaram por impactar o cronograma de entregas.

Para o próximo semestre, planejamos a entrega do relatório final “Estudo sobre indicadores de empregabilidade, dados relacionados, desafios e recomendações de implementação”, incluindo a análise, atualmente em curso, do Portal Integra do IFRS, que permitirá testar a aplicação da tipologia de ações proposta no conjunto de dados de uma instituição. Também se prevê a conclusão da geração e análise de dados no Inep e a construção do relatório a ser disponibilizado na web, que oferecerá um conteúdo dinâmico e interativo com

análises, gráficos e um extenso conjunto de tabelas com informações estatísticas detalhadas sobre o emprego formal dos egressos da Rede Federal EPCT.

Além disso, está programada a entrega do terceiro e último produto pactuado sobre evasão “Mapeamento da trajetória dos evadidos da Rede Federal EPCT. Esse documento pretende mostrar o mapeamento e a caracterização das trajetórias dos alunos evadidos, que realizaram novas matrículas em outros cursos da rede ou em instituições de ensino superior, de modo a ter uma melhor clareza sobre a mobilidade vertical e horizontal do ensino de aparentes evadidos.

Nesse período, houve a oportunidade para aperfeiçoamento de metodologias de análise e de preparação mais eficiente de dados para uso na sala segura do Inep. Os esforços empreendidos resultaram na sistematização e análise de dados de um grande volume de dados, assim como a geração de conhecimento sobre dois temas críticos para políticas da EPT, a empregabilidade e a evasão.

Produto Pactuado: Sem produto definido para 2024.





7. Relatos dos projetos de Contrato Administrativo

7.1 Reposicionamento Estratégico Ipem/SP

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Administrativo

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/08/2025

Em 2024, realizamos a definição e organização de uma carteira de projetos estruturantes com o objetivo de apoiar a remodelagem institucional do Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo (IPEM-SP). A iniciativa foi direcionada para gerar resultados concretos voltados à segurança do consumidor, à qualidade de produtos e serviços e ao fortalecimento do apoio ao setor produtivo do Estado de São Paulo.

Entre os principais produtos entregues, foi concluído o mapeamento dos ambientes interno e externo por meio de uma análise SWOT, a realização de treinamentos em gestão de projetos e a definição detalhada da carteira de projetos estruturantes. Além disso, foram elaboradas descrições detalhadas de cada projeto, com a implementação de um modelo de gestão específico, assim como um modelo de acompanhamento e monitoramento para garantir a

transparência e a eficiência na execução.

No âmbito da carteira de projetos, foram obtidas entregas significativas, como a conclusão do Laboratório de Iluminação, que busca assegurar a qualidade e a conformidade dos equipamentos luminotécnicos, e do Laboratório de Infraestrutura da Qualidade, fundamental para o relacionamento com o setor produtivo. Também foi lançado o Programa Saber Ipem, uma importante iniciativa voltada para a disseminação do conhecimento técnico e educativo para toda a sociedade. Como o projeto ainda permanece em andamento no ano de 2025, ainda não foram consolidadas as lições aprendidas do projeto, mas o principal desafio enfrentado é a falta de orçamento e financeiro, por parte do Ipem, para a construção e implantação de seus projetos.

7.2 Mapeamento e análise da produção técnica e científica das competências alocadas nos institutos Senai de inovação

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES I

Classificação: Projeto Administrativo

Situação: Concluído

Data de conclusão: 02/12/2024

Este projeto teve origem a partir de uma interação entre o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Após conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo Octi, o Senai

solicitou um estudo sobre as competências técnico-científicas dos Institutos Senai de Inovação (ISI), com o objetivo de subsidiar as tomadas de decisão e aprimorar a gestão do Departamento Nacional (DN) do Senai.

Ao longo de sua execução, o projeto foi caracterizado por uma colaboração contínua entre o CGEE e o Senai, marcada por um processo iterativo de construção de conhecimento. As abordagens metodológicas e analíticas foram ajustadas continuamente, de acordo com a disponibilidade e especificidade das informações necessárias. Em resposta a uma solicitação do Senai, o prazo do projeto foi estendido até o segundo semestre de 2024, permitindo a seleção e contratação de especialistas e o aprofundamento das análises temáticas. Essa extensão foi fundamental para alinhar os produtos do projeto às necessidades institucionais identificadas.

No segundo semestre, foi entregue o quarto e último produto do projeto, consolidando os resultados alcançados. Ao longo do processo, foram realizadas quatro oficinas temáticas de forma remota, com a participação de especialistas e equipes dos ISI. Essas oficinas foram enriquecidas por notas técnicas elaboradas pelos especialistas contratados pelo Senai e por dashboards analíticos desenvolvidos pelo observatório para contextualizar os dados às demandas institucionais.

O produto final, intitulado “Mapeamento e Análise da Produção Técnica e Científica das Competências Alocadas nos Institutos Senai de Inovação (ISI)”, destacou as áreas prioritárias para o Senai, incluindo

bioeconomia, transformação digital, transição energética e economia circular. O relatório final consolidou os resultados obtidos, incluindo o mapeamento das competências dos ISI, as análises de produção científica nacional e internacional, e a avaliação dos currículos de pesquisadores na Plataforma Lattes no período de 2018 a 2022.

Além disso, apresentou recomendações para futuras linhas estratégicas de atuação do Senai. Esse projeto representa um passo importante na estruturação da gestão estratégica do Senai e de seus institutos de Inovação. Os métodos empregados permitem a identificação de oportunidades de atuação com base em dados sólidos e análises integradas. A aplicação das ferramentas analíticas e o mapeamento realizado forneceram, ainda, um panorama abrangente das áreas prioritárias, fortalecendo a capacidade do Senai de se antecipar às demandas da indústria e ampliar sua atuação como agente de inovação.

Para concluir, o trabalho colaborativo entre o CGEE e o Senai destacou a relevância de alinhar competências técnico-científicas às demandas emergentes no ambiente de CT&I, consolidando a posição estratégica do Senai como protagonista no desenvolvimento da indústria brasileira e do CGEE como referência na gestão estratégica de ciência, tecnologia e inovação.

7.3 Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/08/2025

O projeto “Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Estado do Espírito Santo”, desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos

Estratégicos (CGEE), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), a Fundação de Amparo à Pesquisa

e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e a Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI), tem como objetivo principal fortalecer, modernizar e ampliar as políticas públicas em áreas estratégicas.

Combinando esforços, recursos e expertise, o projeto busca impulsionar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e fomentar uma cultura de inovação voltada ao crescimento sustentável e à competitividade do estado. Com duração de 12 meses, o projeto foi estruturado em quatro fases principais: diagnóstico; estratégias e ações; elaboração do Plano Estadual de CT&I; e proposição de um modelo de acompanhamento e avaliação do PCTI-ES.

Essas etapas foram desenhadas para atender às demandas emergentes dos atores capixabas, integrando diferentes setores — como educação, setor produtivo e governo — e criando um ambiente favorável ao avanço do conhecimento e da tecnologia. Iniciado em setembro, o projeto está atualmente finalizando a fase de diagnóstico, que empregou metodologias como Políticas Orientadas por Missões (POM) e Planejamento Estratégico Situacional e Territorial. Essas abordagens destacaram as capacidades instaladas, os conhecimentos acumulados e os diferenciais competitivos do Espírito Santo, considerando as características, demandas e necessidades ambientais, socioculturais e econômicas locais.

A fase de diagnóstico foi organizada em duas frentes de trabalho. A primeira incluiu a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, levantando estatísticas sobre educação superior e profissional, mobilidade e empregabilidade de egressos da pós-graduação, produção científica e inovação empresarial. Além disso, foram analisadas políticas públicas estaduais em vigor, além de diretrizes federais e internacionais, com o objetivo de

identificar sinergias que ampliem oportunidades de financiamento e alinhem as ações locais aos esforços nacionais e globais.

A segunda frente concentrou-se na escuta ativa de atores locais, por meio de oficinas e entrevistas realizadas em quatro macrorregiões estratégicas: Central (Colatina e Linhares), Norte (São Mateus), Sul (Cachoeiro de Itapemirim e Alegre) e Metropolitana (Grande Vitória). Essas atividades reuniram mais de 230 participantes representando instituições de ensino e pesquisa, governo, setor produtivo e sociedade civil, com o propósito de mapear forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT/FOFA) do sistema de CT&I.

A escolha das cidades considerou a sua importância geográfica, as diversidades das vocações regionais e as suas contribuições para o setor de CT&I no Espírito Santo. Os resultados preliminares do diagnóstico oferecem uma análise detalhada do ambiente de CT&I no estado, identificando competências, lacunas e oportunidades para subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e focadas em ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade. Os resultados serão amplamente divulgados e compartilhados com os principais atores locais e o governo do estado, promovendo o alinhamento e o engajamento necessários para as próximas etapas do projeto.

Um aspecto central, após o diagnóstico, será a identificação de tendências e sinais portadores de futuro nas áreas prioritárias, o que permitirá compreender mudanças e transformações que possam impactar o Sistema Estadual de CT&I, além de orientar a definição de estratégias e oportunidades. As etapas subsequentes incluirão a definição de prioridades e estratégias, culminando na elaboração de um plano com horizonte de 10 anos, desenvolvido de forma participativa e contendo

diretrizes estratégicas voltadas para políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inovação no Espírito Santo.

7.4 Gerenciamento de Riscos Técnicos e Requisitos para Microlançador Brasileiro ML-BR

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2025

Como destaque do ano de 2024, cabe registrar que o projeto ML-BR, sugerido pelo Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2018, para a construção de um veículo lançador de pequeno porte para nano e microssatélites (apoiado financeiramente pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep com cerca de R\$ 190 milhões depois de ter sido selecionado em um edital de subvenção econômica), teve o seu desenvolvimento formalmente iniciado.

O projeto ML-BR está sendo desenvolvido por um consórcio de empresas liderado pela Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., de São José dos Campos, SP, e composto por mais 4 empresas (Concert Technologies, Delsis, Etsys e Plasmahub), tendo o CGEE como uma das instituições de ciência

e tecnologia (ICTs) associadas ao projeto. Trata-se de um marco importante para o Programa Espacial Brasileiro e para o país.

O OTE/CGEE é o responsável pelo gerenciamento dos requisitos e dos riscos técnicos desse projeto. Para a realização desse gerenciamento pelo CGEE, foi assinado, em 20 de setembro, contrato administrativo entre o CGEE e o consórcio liderado pela empresa Cenic no valor de R\$ 1.740.000,00. Um integrante do OTE (Thyrso Villela) participou de reuniões gerais mensais de acompanhamento do projeto ML-BR em São José dos Campos (SP), nas quais participaram as empresas do consórcio que estão construindo o ML-BR; participou, nos dias 27 e 28 de junho, da Preliminary Design Review (PDR) do projeto ML-BR, que contou com a participação da Finep e da AEB, em São José dos Campos, SP;

7.5 Subsídios Para a 1ª Conferência Nacional - Suasa

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo

Situação: Concluído

Data de conclusão: 03/12/2024

Durante este ano, foram elaborados documentos normativos, entendidos como essenciais, para o planejamento e organização da 1ª Conferência Nacional do Sistema Unificado de Atenção

à Sanidade Agropecuária (1ª CN-SUASA). As principais ações realizadas incluíram a elaboração de minutas do Decreto Presidencial, da Portaria Ministerial de Convocação, dos regimentos da

Comissão Organizadora e da conferência, além do desenvolvimento do Documento Orientador, do Plano de Comunicação e do Levantamento Preliminar das Necessidades de Infraestrutura.

Essas atividades resultaram na criação de uma estrutura normativa sólida para a realização do evento, garantindo a conformidade legal e o alinhamento estratégico entre os diversos atores envolvidos. No entanto, foi necessário o enfrentamento do desafio de esclarecer, desde o início, a necessidade de alinhar as especificações dos documentos às diretrizes jurídicas do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o que demandou ajustes técnicos e administrativos ao longo do processo de elaboração, revisão e finalização dos textos.

Esse desafio exigiu esforços adicionais além dos previstos, o que evidenciou que a precificação estabelecida não refletia adequadamente a dedicação exigida dos membros da equipe do CGEE. Esses esforços e obstáculos possibilitaram o aprimoramento da comunicação e coordenação entre as diversas áreas envolvidas, além de reforçar a importância de uma revisão minuciosa das normas e regulamentos antes de sua implementação.

Como lição aprendida, foi identificada a necessidade de um planejamento mais alinhado ao nível de dedicação requerido, o que contribuirá para maior agilidade e eficiência em projetos futuros, além de permitir a contratação de consultores para apoiar o desempenho da equipe.



8. Quadro síntese



9. Indicadores e metas do Contrato de Gestão



Tendo em vista que o novo ciclo do Contrato de Gestão que foi formalizado em dezembro de 2022, foram retirados e incluídos novos indicadores para o Contrato de Gestão.

No segundo semestre de 2023, o CGEE desenvolveu uma proposta de revisão dos indicadores estabelecidos no novo Contrato. O objetivo dessa revisão é, entre outros, ajustar os indicadores 1 e 2 e avaliar a possível inclusão de novos indicadores institucionais.

O CGEE consultou a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) e discutiu, em reunião, uma proposta de novos indicadores institucionais. Como

resultado, a CAA emitiu um parecer favorável aos ajustes sugeridos. A proposta também foi apresentada e debatida com o Conselho de Administração (CA) do CGEE, contando com o apoio de representantes designados do CA. Posteriormente, a versão final foi submetida ao MCTI para ajustes nos indicadores e incorporada ao 5º Termo Aditivo.

Diante do exposto, seguem os detalhes sobre os resultados da apuração dos 7 indicadores vigentes do Contrato de Gestão. Os indicadores 8, 9 e 10 estão em fase experimental, com peso 0, e a apuração deles será apresentada oportunamente para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Quadro de indicadores e metas

Indicador

I

Nota:

Índice de qualidade percebida pelos demandantes dos produtos de projetos temáticos e de projetos de atividade concluídos

Qualificação: Efetividade Meta: ≥ 3 Resultado: --- Peso: 2

Indicador

II

Nota:
2

Índice de qualidade percebida pelos usuários dos produtos de serviços o que inclui os trabalhos realizados no âmbito dos observatórios conduzido pelo CGEE

Qualificação: Efetividade Meta: ≥ 3 Resultado: 3,89 Peso: 2

Indicador

III

Nota:
2

Taxa de execução física do plano de ação

Qualificação: Efetividade Meta: =1 Resultado: 1 Peso: 2

Indicador

IV

Nota:
1

Taxa de reprogramação do prazo de entrega de produtos de projetos temáticos e de projetos de atividade

Qualificação: Eficiência Meta: $\leq 10\%$ Resultado: 0% Peso: 1

Indicador

V

Nota:
1

Custo relativo do trabalho técnico especializado

Qualificação: Economicidade Meta: $\geq 0,9$ e $\leq 1,3$
Resultado: 0,91 Peso: 1

Indicador

VI

Nota:
0,98

Proporção do custo de manutenção e operação

Qualificação: Economicidade Meta: $\leq (VMO/VPA)$ Resultado: 98% Peso: 1

Indicador

VII

Nota:
1

Indicador de comunicação institucional

Qualificação: Eficácia Meta: ≥ 8 pontos Resultado: 10 Peso: 1

Indicador 1 - índice de qualidade percebida pelos demandantes dos produtos de projetos temáticos e de projetos de atividades concluídos no ano sob avaliação

Finalidade

Aferir a aderência e a satisfação dos demandantes (supervisor e interveniente) em relação a um conjunto selecionado de produtos de projetos temáticos e de Atividades constantes no Termo Aditivo, com base nos planos de projeto.

Lista de produtos selecionados, no 9º TA, para apuração referente a 2024

Produto: Site da Pesquisa sobre Percepção Pública / Projeto Temático: Percepção Pública de CT&I no Brasil 2023

Produto: Relatório final de realização da 5ª CNCTI / Projeto Temático: Subsídios para a 5ª Conferência Nacional de CT&I

Produto: Relatório com subsídios para priorização de temas a serem propostos pelas Comissões Temáticas Setoriais – CCT / Projeto de Atividade: Apoio técnico às comissões temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais.

Descrição do Indicador 1

Esse Indicador é obtido a partir de consulta à unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI junto aos demandantes (instâncias do órgão supervisor e do interveniente) sobre a aderência e satisfação em relação aos produtos de projetos temáticos e de Atividades constantes no Termo Aditivo e concluídos no ano sob avaliação, com base nos respectivos planos de projeto. Produtos de projetos temáticos e de Atividades ainda em fase de análise pelos demandantes, na ocasião da avaliação de desempenho do Contrato de Gestão, não serão considerados no cálculo.

Os quesitos de avaliação, definidos pela unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI, com consulta à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, incluirão, no mínimo:

1. Contribuições do Trabalho;
2. Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizada;
3. Estrutura, formatação, redação e organização do produto final;
4. Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados;
5. Apreciação Geral do Trabalho.

A métrica para aferição do indicador utilizará valores de 1 a 4:

- 4 = Muito bom
- 3 = Bom
- 2 = Regular
- 1 = Insuficiente
- NA = Não é possível avaliar

Descrição

Indicador 1 = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado

Memória de cálculo

Aguardando retorno do MCTI com o resultado da apuração.

Nota Plena:

Indicador 1 ≥ 3 Se o Indicador 1 for < 3 , sua nota será proporcionalmente reduzida

Unidade: Ud

Observação: Até o momento do fechamento deste relatório, O Órgão Supervisor, MCTI, não havia repassado o resultado da apuração do indicador.

Indicador 2: índice de qualidade percebida pelos usuários dos produtos de serviços o que inclui os trabalhos realizados no âmbito dos observatórios conduzidos pelo CGEE

Finalidade

Aferir a aderência e a satisfação dos usuários em relação aos produtos de serviços conduzidos pelo CGEE, incluindo seus observatórios, constantes no Termo Aditivo.

Lista de produtos selecionados, no 9º TA, para apuração referente a 2024

Produto: Quarto Boletim Temático da Bioeconomia

Projeto: Agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável

Produto: Relatório na web Brasil: Mestres e doutores 2024 / Projeto: Observatório de RH para CT&I

Descrição

Indicador obtido a partir de consulta a uma amostra relevante de usuários de produtos de serviços, incluindo seus observatórios, sobre a aderência e satisfação com os produtos constantes no Termo Aditivo, disponibilizados no ano sob avaliação. A amostra relevante de usuários do SNCTI no espaço potencial de aplicação dos produtos em avaliação será definida em conjunto com a unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI e com o CGEE. A apuração do indicador será realizada pelo CGEE, e os quesitos de avaliação serão definidos pela unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI, com consulta à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, incluindo, no mínimo:

1. Contribuições do Trabalho;
2. Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizada;
3. Estrutura, formatação, redação e organização do produto final*;
4. Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados*;
5. Apreciação Geral do Trabalho.

A métrica para aferição do indicador utilizará valores de 1 a 4:

- 4 = Muito bom
- 3 = Bom
- 2 = Regular
- 1 = Insuficiente
- NA = Não é possível avaliar

*Perguntas opcionais, que podem ser utilizadas caso sejam pertinentes para o produto avaliado.

Forma de cálculo

Indicador 2 = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado

Memória de cálculo

PROJETOS / SERVIÇOS	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES 2024	DATA DE ENTREGA DO PRODUTO PACTUADO	Identificação do Respondente	Instituição	Contribuições do Trabalho	Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizada	Estrutura, formatação, redação e organização do produto final*	Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados*	Apreciação Geral do Trabalho	Média
Agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável	Quarto Boletim Temático da Bioeconomia 3	31/12/2024	Respondente 1	DPG/MMA	4	4	4	4	4	4
			Respondente 2	Conservation X Labs	4	4	4	4	4	4
			Respondente 3	Embrapa Amazônia Oriental	4	3	4	NA	4	3,75
Observatório de RH para CT&I	Relatório Web "Brasil Mestres e Doutores 2024"	31/12/2024	Respondente 4	UFPR	4	4	4	4	4	4
			Respondente 5	Confap	4	4	4	3	4	3,8
			Respondente 6	ABIFIMA	3	4	4	4	4	3,8
Total										3,89

Observação: Esta tabela trata-se de uma parcial, pois o CGEE aguarda mais uma avaliação do produto Relatório na web Brasil: Mestres e doutores 2024 para finalizar a coleta e apurar o resultado.

Nota Plena: Indicador 2 ≥ 3 . Se o Indicador 2 for < 3 , sua nota será proporcionalmente reduzida.

Dimensão: Efetividade

Unidade: Ud Ano

Indicador 3 - Taxa de execução física do plano de ação

Finalidade

Avaliar a eficácia institucional medindo a taxa de conclusão dos produtos de projetos temáticos e de atividade da carteira de projetos do CGEE em um ano, bem como o cumprimento dos prazos de entrega dos produtos pactuados em Termo Aditivo.

Descrição

Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados.

- **Produtos concluídos:** Aqueles cujos prazos de término não ultrapassem 31 de dezembro.
- **Produtos pactuados:** Aqueles firmados nos Termos Aditivos do ano.
- **Produtos cancelados ou descontinuados:** Aqueles incluídos em projetos ou atividades, mas formalmente cancelados ou descontinuados.

Forma de cálculo

$$\text{Indicador 3} = P_c / (P_p - P^*)$$

P_c = número de produtos concluídos;

P_p = número de produtos pactuados; e

P^* = número de produtos de projetos cancelados ou descontinuados

Memória de Cálculo

$$\text{Indicador 3} = 22 / (22 - 0)$$

$$\text{Indicador 3} = 22/22$$

$$\text{Indicador 3} = 1 = 100\% \text{ de execução}$$

$$P_c = 22$$

$$P_p = 22$$

$$P^* = 0$$

Nota Plena: Indicador 3 = 1. Se o Indicador 3 for < 1 , sua nota será proporcionalmente reduzida

Indicador 4 - Taxa de reprogramação do prazo de entrega de produtos de projetos temáticos e de projetos de atividade

Finalidade

Incentivar o rigoroso cumprimento de prazos, destacando a importância do planejamento dos trabalhos conduzidos pelo CGEE ao longo do ano.

Descrição

Razão entre o número de produtos de projetos temáticos e de Atividades não entregues nos prazos estipulados em Termo Aditivo e o número total de produtos de projetos temáticos e de Atividades. Somente serão computados os produtos não entregues no prazo cuja responsabilidade pelo atraso seja atribuída ao CGEE.

Fórmula de Cálculo

Indicador 4 = Pr / PAp

Pr = número de produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividades não entregues no prazo estipulado, por responsabilidade do CGEE;

PAp = número de produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividades pactuados

Memória de Cálculo

Indicador 4 = Pr / PAp

Indicador 4 = $0 / 22$

Indicador 4 = 0% de reprogramação

Pr = 0

PAp = 22

Indicador 5 - Custo relativo do trabalho técnico especializado

Finalidade

Medir o custo relativo do trabalho técnico especializado

Descrição

Medir o custo da hora técnica trabalhada no CGEE com relação ao pago no mercado em trabalhos similares

Forma de cálculo

Indicador 5 = W_t/W_m

W_t é o valor do salário-hora nominal médio dos técnicos especializados do CGEE;

W_m é o valor do salário-hora nominal médio em atividades equivalentes apurado em dezembro, em pesquisa de mercado regional do DF (Catho ou outra pesquisa regional de cargos e salários), para organizações de áreas de atuação e porte similares ao CGEE.

Memória de Cálculo:

$$W_t = 85,15\%$$

$$W_m = 93,23\%$$

$$W_t/W_m = 91,33\% = 0,91$$

Nota Plena: 1,3 do mercado $\geq$ Indicador $\geq$ 0,9 do mercado. Se maior ou menor que o intervalo, a nota será igual a zero.

Unidade: R\$ hora técnica

Indicador 6 - Proporção do custo de manutenção e operação

Finalidade

O indicador visa aferir a evolução do custo de manutenção e operação do Centro.

Descrição

Comparar o valor das despesas com manutenção e operação apropriados no Contrato de Gestão em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior, de forma ponderada ao tamanho da carteira de projetos, pactuada no Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão.

Forma de cálculo

Indicador 6 = valor gasto no ano com manutenção e operação (VMO) apropriados no Contrato de Gestão dividido pelo valor da carteira de projetos no Contrato de Gestão – Valor do Plano de Ação Anual (VPA).

Indicador 6 = (VMO/VPA). A razão entre VMO/VPA será expressa como número percentual.

Memória de Cálculo

- Valor atual (Indicador 6): 13,14%
- Média do quinquênio anterior: 12,96% (IGP-M) e 12,78% (IPCA-IBGE)
- Diferença: 13,14% - 12,67% = 0,18 pontos percentuais (IGP-M) e
13,14 - 12,78 = 0,36 pontos percentuais (IPCA-IBGE)

Cálculo da razão entre média do quinquênio e o valor atual:

$$\text{Razão} = \frac{\text{Média do quinquênio anterior}}{\text{Valor Atual}}$$

$$\text{Razão} = \frac{12,96}{13,14} \approx 0,9863 \text{ (IGP-M)}$$

$$\text{Razão} = \frac{12,78}{13,14} \approx 0,9726 \text{ (IPCA-IBGE)}$$

Nota Plena: Indicador 6 $\leq$ média da razão entre o valor das despesas do quinquênio 20XX-5 – 20XX-1 e o valor total da carteira de projetos (Plano de Ação Anual) no mesmo quinquênio, calculado a preços de dezembro do ano 20XX-1 (Pelo IPCA-IBGE e IGP-M) onde, ano 20XX igual ao exercício avaliado. Caso o resultado do indicador supere o valor médio do quinquênio anterior, a nota deverá ser proporcionalmente reduzida.

Unidade: %

Justificativa

A nota ajustada, com base na redução proporcional, seria 0,98 e 0,97 (de 1 possível). Esse valor reflete o quanto o indicador atual excede a média do quinquênio anterior. O aumento pode ser atribuído a um acréscimo no valor do aluguel, combinado com o crescimento das despesas gerais e administrativas nos centros de custo de manutenção e operação. Adicionalmente, observa-se que o volume da carteira de projetos não acompanhou, na mesma proporção, os gastos operacionais.

Indicador 7 - Proporção do custo de manutenção e operação

Finalidade

O indicador visa avaliar a comunicação institucional e as ações desenvolvidas com o objetivo de difusão de informações.

Descrição

Avaliar a comunicação institucional por meio das ações desenvolvidas para o cumprimento de um dos objetivos da missão institucional do CGEE: Difundir informações, experiências e projetos à sociedade. A avaliação será realizada por um indicador composto das seguintes métricas: i7.1) Número de Eventos produzidos (Online/Presencial/Híbrido); i7.2) Número de notícias produzidas e publicadas no site do CGEE; i7.3) Número de instituições participantes em eventos (Online/Presencial/Híbrido) promovidos pelo CGEE; i7.4) Número de downloads dos documentos e publicações disponíveis no site; e i7.5) Número de acessos ao site institucional.

Forma de cálculo

Indicador 7 = soma dos resultados obtidos (pontos) em cada um dos subindicadores, de acordo com as respectiva metas e pesos, conforme tabela a seguir:

#	i7.1.Número de Eventos	i7.2.Número de notícias produzidas (site CGEE)	i7.3.Instituições participantes de eventos (presenciais, virtuais e híbridos)	i7.4.Repercussão (Downloads)	i7.5.Acessos ao Site	PONTOS
Meta	>= 50/ano	>= 80/ano	>=200	>=70.000/ano	>= 25.000	10
Pontos	2,5	3	2,5	1	1	

Memória de cálculo

#	i7.1.Número de Eventos	i7.2.Número de notícias produzidas (site CGEE)	i7.3.Instituições participantes de eventos (presenciais, virtuais e híbridos)	i7.4.Repercussão (Downloads)	i7.5.Acessos ao Site	PONTOS
Meta	>= 50/ano	>= 80/ano	>=200	>=70.000/ano	>= 25.000	
Apuração	80	269	282	81.681	371.543	10
Pontos	2,5	3	2,5	1	1	

- Os produtos pactuados no Contrato de Gestão e a divulgação das iniciativas do Centro foram desenvolvidos com a participação das áreas de Jornalismo e Assessoria de Imprensa; Publicidade e Design; Relações Públicas e Eventos; e Editoração;
- Em 2024, o CGEE promoveu **80 eventos** nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável;
- Foram mobilizadas mais de **200 instituições** e milhares de pessoas em encontros online, presenciais e/ ou híbridos;
- Mais de **80 mil downloads** das publicações foram realizados, somados a mais de **300 mil acessos ao site**;
- As ações de divulgação institucional e popularização da ciência realizadas pelo CGEE ao longo do ano resultaram na produção de **269 notícias** para o site institucional, abrangendo conteúdos institucionais e publicações relacionadas à 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Dessas notícias, 143 foram pautas exclusivas do CGEE. Além disso, são registradas centenas de postagens em redes sociais e milhares de interações por meio das plataformas X (antigo Twitter), Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube.

Nota Plena: Indicador 7 $\geq$ 8 pontos. Se o Indicador 7 for $<$ 8 sua nota será proporcionalmente reduzida

Unidade: Ud



10. Gestão operacional do CGEE

Introdução

Nesta seção, são destacadas as principais ações desenvolvidas na área de gestão do CGEE, com ênfase na Diretoria de Administração e Finanças (DAF), também levando em consideração as contribuições de outras áreas que influenciam no gerenciamento administrativo da organização.

A DAF é, atualmente, composta por seis coordenações, a saber: Coordenação de Contratos e Parcerias (CCP), Coordenação de Finanças e Contabilidade (CFC), Coordenação de Recursos Humanos (CRH), Coordenação de Seleção de Fornecedores (CSF), Coordenação de Serviços e Suprimentos (CSS) e Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). Sua missão é administrar os recursos financeiros, tecnológicos, materiais, pessoas, processos e estrutura física para que os objetivos do CGEE se concretizem da maneira mais eficiente possível. Desta forma, são abordadas, a seguir, as atividades vinculadas a estas Coordenações ao longo do ano.

No primeiro semestre de 2024, assumiram como diretores da área finalística do Centro: Anderson Stevens Leonidas Gomes; e Caetano Christophe Rosado Penna. Em agosto, assumiu o novo diretor de Administração e Finanças, Geraldo Nunes Sobrinho, propondo a implementação de uma gestão ágil, na busca de eficiência na área administrativa, sem renunciar à conformidade nos processos e em consonância com as demandas das demais diretorias e da presidência.

A DAF definiu dois eixos de atuação: o primeiro, direcionado à reformulação de sua estrutura operacional; o segundo, ao aprofundamento dos processos de automação, com adoção de ferramentas que substituam ou agilizem rotinas, ancorando-se em sistemas integrados e implementando tecnologias que facilitem o fluxo de informações e a análise de dados em tempo real – a exemplo de plataformas de *Power BI*, já implantadas na DAF e em fase de testes.

Estas mudanças seguem a premissa básica do foco nas necessidades da organização social (OS) e em seus resultados, dando seguimento à linha de ação da gestão anterior.

Visando a atender ao primeiro eixo, a DAF propôs à diretoria colegiada, com o apoio da Coordenadoria Jurídica, uma atualização do Regimento Interno do CGEE, que se consistiu, basicamente, na redefinição da estrutura no nível operacional, anteriormente cristalizada na disposição de seis coordenações. Desta forma, as atribuições dadas pelo Regimento retornam ao nível estratégico da organização. Assim, a diretoria delegará tais atribuições quando considerar necessário e quando, em sua avaliação, houver possibilidades de ganhos de eficiência, visando a uma gestão operacional ágil e flexível. O que foi proposto permite à gestão estratégica do CGEE adaptar sua operação às novas realidades, nas quais o uso intensivo de conhecimento, ferramentas gerenciais e sistemas de Tecnologias de Informação (TI) possa ser atualizado conforme o ambiente organizacional assim o exija.

Esta alteração do Regimento Interno foi submetida ao Conselho de Administração do CGEE em sua 100ª reunião, do dia 12/12/2024, que a aprovou por unanimidade. Subsequentemente, a diretoria colegiada deu um prazo de 90 dias, a contar da promulgação da Resolução da Presidência n.º 13/2024, de 17/12/2024, para que a DAF apresente uma proposta de reestruturação organizacional. Outros normativos aprovados em 2024 foram: i) normativo de administração patrimonial, atualizado para incluir melhores práticas e atender aos padrões contábeis, oferecendo um controle mais robusto dos ativos; ii) normativo de viagens corporativas, reformulado após benchmarking com outras organizações sociais e análise de mercado, simplificando a gestão de viagens e assegurando maior transparência no uso de recursos, com grande



redução burocrática; e iii) normativo de regime de trabalho, registro de jornada de trabalho e banco de horas.

Ainda é importante ressaltar que a DAF, em articulação com a Coordenação de Gestão de Projetos (CGP), propôs à diretoria colegiada o projeto Ações Estruturantes para o acompanhamento das demandas de auditorias (internas e externas, dos Conselhos de Administração e Fiscal), estruturadas/ organizadas com base nas boas práticas de gerenciamento de projetos. Por meio desta iniciativa, todos os apontamentos foram cadastrados, analisados, priorizados, unificados - nos casos de dupla cobrança - e redimensionados à luz da conjuntura da administração e da governança estratégica do CGEE. A ferramenta de acompanhamento e gestão de projetos Asana é utilizada de modo que o gerenciamento das demandas seja mais organizado

e eficiente. Além disso, a ferramenta permite o monitoramento online do trabalho, por meio de painéis de acompanhamento, onde o supervisor e a auditora interna podem monitorar continuamente a execução do projeto.

Conforme mencionado anteriormente, existe uma defasagem no parque tecnológico do CGEE, o que limita uma transformação digital mais arrojada. Em 2024, foram realizadas ações destinadas à incorporação de soluções inovadoras, com o propósito de garantir a segurança e eficácia nos procedimentos. Essas ações somente poderão ser aprofundadas com a continuação dos investimentos na área. Ao longo de 2025, o CGEE planeja obter financiamentos externos ao Contrato de Gestão (CG) para avanços mais significativos na sua atualização tecnológica.

Informações orçamentárias e financeiras

Recursos Financeiros

Os recursos financeiros destinados à execução de atividades relacionadas a projetos e despesas operacionais do CGEE são oriundos, em sua grande maioria, do Contrato de Gestão com o MCTI e o MEC, cuja efetivação ocorre via Termos Aditivos (TA) acordados com os contratantes. Anualmente, os saldos existentes em 31/12 são repactuados, considerando também os recursos destinados pela LOA em ação orçamentária específica para as organizações sociais.

Um fato que deve ser destacado é que, em 2024, os aportes financeiros totais apresentaram uma redução de 24,87% em comparação a 2023. As causas identificadas foram a ausência de desembolso por parte do MEC e a redução nos valores recebidos de contratos administrativos, que sofreram uma redução de 58,52%. No Gráfico 4 observa-se a variabilidade interanual no repasse dos recursos, o que compromete a assertividade em um planejamento de médio a longo prazo.

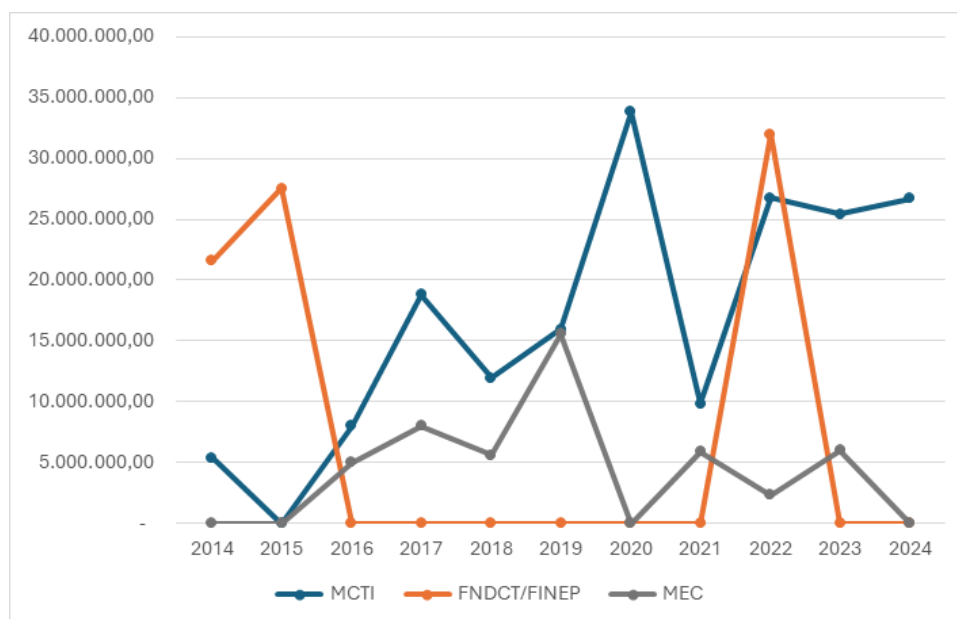


Gráfico 4 - Histórico de repasses por ano – Contrato de Gestão* (em R\$ milhões)

Fonte: Relatórios de Gestão/CGEE.

* Os dados de 2014 a 2022 estão vinculados aos repasses do 2º Contrato de Gestão (CG), enquanto os de 2023 e 2024 relacionam-se com o 3º CG.

Esse cenário reforça a necessidade de diversificação das fontes de financiamento, inclusive com a incorporação de novos ministérios intervenientes, bem como de redefinição das atividades com as atuais parcerias do Contrato de Gestão, a fim de que seja mantido o equilíbrio financeiro e assegurada a continuidade das operações da instituição. Para tanto, o CGEE necessita de um período de

adaptação para alcançar esse cenário e, portanto, não é recomendável a desmobilização de recursos – especialmente nas equipes de apoio técnico e operacional. Essa transição exige um tempo para readequação das estruturas, visto que, apesar da diminuição do aporte de recursos, não ocorreu, na mesma proporção, uma diminuição na entrega de resultados acordados.

A Tabela 3 resume a situação dos aportes financeiros em 2024 quando comparados a 2023.

Tabela 3: Recebimentos financeiros (em R\$)

Descrição	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Contrato de gestão - MCTI	26.724.046,00	25.446.371,00	1.277.675,00	5,02
Contrato de Gestão - MEC		6.000.000,00	-6.000.000,00	-100,00
Subtotal	26.724.046,00	31.446.371,00	-4.722.325,00	-15,02
Contratos administrativos	3.818.661,11	9.205.975,36	-5.387.314,25	-58,52
Total	30.542.707,11	40.652.346,36	-10.109.639,25	-24,87

Fonte: CFC/CGEE.

O Quadro 1 apresenta o detalhamento dos recebimentos ocorridos no exercício de 2024 por fonte.

Quadro 1: Termos Aditivos (TA) ao Contrato de Gestão pagos em 2024 (em R\$)

Termo aditivo	Órgão	Total previsto	Total recebido
4º TA*	MCTI	1.330.000,00	1.330.000,00
5º TA**	MCTI	19.924.046,00	19.924.046,00
6º TA	MCTI	3.700.000,00	3.700.000,00
7º TA	MCTI	1.770.000,00	1.770.000,00
8º TA	MEC	1.210.800,00	-
9º TA***	MCTI	16.610.000,00	-
TOTAL		44.544.846,00	26.724.046,00

Fonte: CFC/CGEE.

* O 4º TA contempla recursos do segundo Contrato de Gestão, programados para o exercício de 2023 e recebidos no ano de 2024.

** O 5º TA corresponde ao termo aditivo ordinário previsto na Portaria MCTI 1917/2020.

*** 9º TA contempla reprogramações com recursos de projetos em caixa no CGEE.

Em consonância com o propósito estratégico do CGEE e com o objetivo de diversificar as fontes de financiamento, sem comprometer a finalidade do Contrato de Gestão, foram registrados, em 2024, os recebimentos oriundos de contratos administrativos, conforme detalhado a seguir e que ainda não representam um volume significativo em comparação com as fontes do Contrato de Gestão, especialmente do MCTI.

Tabela 4: Recebimentos – Contratos administrativos (em R\$)

Sigla	Descrição	Recebimentos
Pnuma / GDF	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente / Governo do DF	1.236.454,07
Ipem(SP)	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo	1.077.465,00
Pnuma / OICS	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente / OICS	574.157,89
Cenic	Cenic Engenharia Indústria e Comércio Ltda	245.517,73
Secti/ES	Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Espírito Santo	212.000,00
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	174.500,00
PTE	Consulado Geral dos Países Baixos	105.000,00
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)G	103.595,59
lica	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	89.970,83
TOTAL		3.818.661,11

Fonte: CFC/CGEE.

Gestão Orçamentária

No âmbito do Contrato de Gestão, as alocações podem ter caráter plurianual, especialmente para projetos e atividades, enquanto as despesas com pessoal e encargos, manutenção e operação e investimentos são determinadas por valores definidos para o exercício corrente.

Nos contratos administrativos, o orçamento é vinculado ao valor contratado, com a distribuição das despesas ocorrendo conforme as normas e diretrizes estabelecidas pelo CGEE nos respectivos contratos.

Tabela 5: Execução orçamentária contábil (em R\$)

Contrato de gestão	Orçado	Realizado	Disponível
Com restrição			
MCTI	65.210.228,64	51.142.116,41	14.068.112,23
Projetos	32.969.854,81	18.911.312,03	14.058.542,78
Pessoal e encargos	26.099.025,16	25.791.223,73	307.801,43
Manutenção e operação	6.141.348,67	6.351.188,49	-209.839,82
Investimentos		88.392,16	-88.392,16
MCOM	796.186,49	53.387,47	742.799,02
Projetos	796.186,49	52.852,76	743.333,73
Pessoal e encargos			-
Manutenção e operação		534,71	-534,71
Investimentos			-
MEC	6.027.993,00	2.169.393,26	3.858.599,74
Projetos	4.600.813,56	351.785,01	4.249.028,55
Pessoal e encargos	1.427.179,44	758.561,98	668.617,46
Manutenção e operação		1.059.046,27	-1.059.046,27
Investimento			
Total	72.034.408,13	53.364.897,14	18.669.510,99

Fonte: CFC/CGEE.

A apuração dos resultados de 2024 revelou variações significativas em algumas rubricas em relação a 2023,

principalmente devido à realização da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI).

Saldos Bancários

De acordo com o Art. 15. da Portaria n.º 1.197/2020 do MCTI, os saldos financeiros do Contrato de Gestão, apurados em 31 de dezembro de cada exercício e devidamente demonstrados pela organização social, serão reprogramados no termo aditivo ordinário do exercício. Assim, estes saldos, mantidos em contas bancárias específicas no Banco do Brasil, conforme

Tabela 6, deverão fazer parte da reprogramação orçamentária que será submetida e discutida previamente com o MCTI e, posteriormente, será analisada pelo Conselho de Administração.

Na mesma tabela, é demonstrada a redução de 52% do estoque de recursos financeiros em caixa em 2024, em comparação a 2023.

Tabela 6: Execução orçamentária contábil (em R\$)

Contrato de Gestão - com restrição	31/12/2024	31/12/2023
CG - MCTI	21.994.233,21	43.063.268,11
CG - MEC	2.389.467,01	3.294.291,46
SUBTOTAL	24.383.700,22	46.357.559,57

Contratos administrativos - sem restrição	31/12/2024	31/12/2023
CA - Ipem SP	684.172,94	158.679,83
CA - Cenic	150.611,81	-
CA - PTE	105.047,99	-
CA – Secti/ES	6.161,61	-
CA - Secitece-CE	2.558,71	-
CA - Pnuma/OICS	881,76	1.042,78
CA - Pnuma/GDF	776,21	3.493,71
CA - GIZ	-	13.089,13
CA - Senai	-	4.843,92
Subtotal	950.211,03	181.149,37

Reserva Própria - CGEE	1.530.609,38	41.203,47
------------------------	--------------	-----------

Total	26.864.520,63	46.579.912,41
--------------	----------------------	----------------------

Fonte: CFC/CGEE.

Os saldos bancários dos contratos administrativos não representam um montante significativo que

possa contribuir na sustentação operacional da OS.

Reserva Técnica

De acordo com a cláusula 12ª do Contrato de Gestão, a reserva técnica deverá ser constituída como medida de segurança para custeio antecipado das atividades básicas da OS. Também poderá ser utilizada em casos não previstos, desde que em atividades de relevante interesse para o alcance dos objetivos do Contrato de Gestão. Essa reserva técnica poderá ser constituída de: saldos não comprometidos com obrigações das ações fomentadas; aportes extraordinários; e resultados de aplicação financeira, em montante que assegure o custeio da OS por

período não superior a oito meses.

Na presente situação, como pode ser constatado na Tabela 7, a reserva técnica contábil estabelecida em Termo Aditivo, está muito abaixo do desejável, o que pode ser considerado um ponto de atenção da administração nas negociações para o orçamento de 2025, visando a uma possível recomposição dessa reserva, mesmo que seja de forma gradual.

Tabela 7: Reserva técnica (em R\$)

Contrato de Gestão	2024	2023
MCTI	835.366,12	709.759,45
MEC	800.000,00	800.000,00
Total	1.635.366,12	1.509.759,45

Fonte: CFC/CGEE.

No Gráfico 5, é possível acompanhar a evolução da reserva técnica no período de 2010 a 2024.

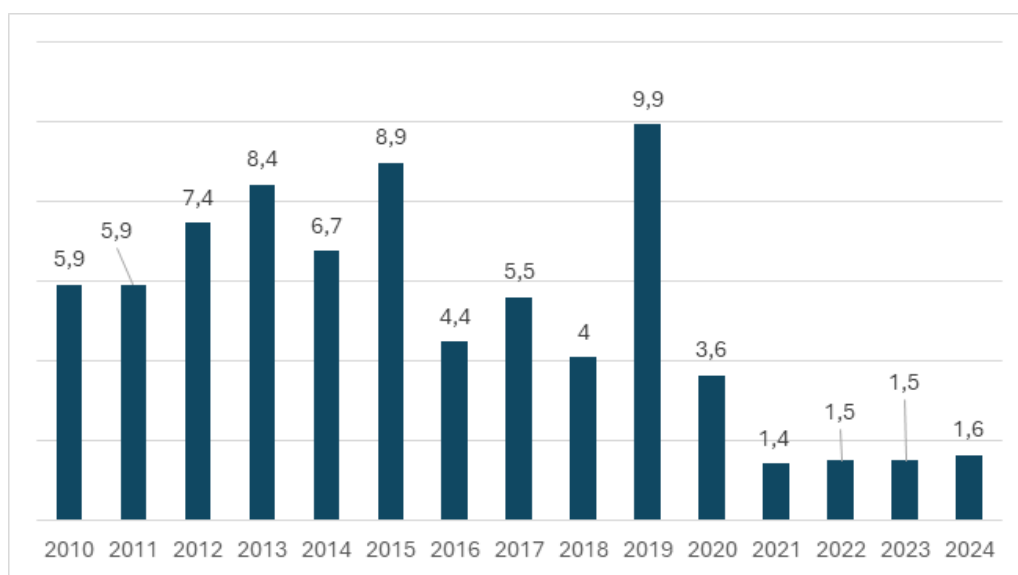


Gráfico 5: Variação da Reserva Técnica (em R\$ milhões)

Fonte: Relatórios de Gestão/CGEE.

Custos Operacionais

Os dispêndios do Contrato de Gestão totalizaram R\$ 53.329.113,29 em 2024, representando um aumento 43% em relação ao montante registrado em 2023. Esse crescimento, evidenciado no Contrato de Gestão MCTI, foi impulsionado, principalmente, pelo acréscimo nas despesas com Pessoal e Encargos, consultoria externa e eventos de mobilização de competências, com destaque para aqueles relacionados à realização da 5ª CNCTI.

Por outro lado, os dispêndios vinculados aos contratos administrativos apresentaram uma redução expressiva, passando de R\$ 14.232.357,69, em 2023, para R\$ 1.329.395,35, em 2024. Essa queda decorre, sobretudo, do encerramento de contratos específicos, resultando na diminuição das despesas com pessoal, consultoria externa e manutenção administrativa.



Tabela 8: Dispendios 2024 - Contrato de Gestão (em R\$)

Descrição	Com restrição		
	2024	2023	Variação (%)
Pessoal e encargos	27.494.756,26	24.255.121,32	13,36
MEC	758.542,72	1.187.306,74	-36,11
MCTI	26.708.991,94	22.693.200,66	17,70
MCOM	27.221,60	374.613,92	-92,73
Consultoria externa	5.500.778,32	4.225.248,99	30,19
MEC	351.643,00	260.251,09	35,12
MCTI	5.149.135,32	3.126.030,89	64,72
MCOM	-	838.967,01	-100,00
Eventos de mobilização de competências	12.496.483,47	1.546.816,58	707,88
MEC	-	419,78	-100,00
MCTI	12.496.483,47	1.509.339,50	727,94
MCOM	-	37.057,30	-100,00
Manutenção administrativa	4.524.303,00	4.586.848,42	-1,36
MEC	542.117,32	843.609,19	-35,74
MCTI	3.963.263,02	3.734.970,32	6,11
MCOM	18.922,66	8.268,91	128,84
Outras despesas operacionais	1.167.164,04	1.747.100,37	-33,19
MEC	59.065,54	77.056,79	-23,35
MCTI	1.100.855,29	1.667.151,83	-33,97
MCOM	7.243,21	2.891,75	150,48
Depreciação e amortização	2.145.628,21	922.358,30	132,62
MEC	458.024,68	145.731,36	214,29
MCTI	1.687.603,53	776.626,94	117,30
MCOM	-	-	0,00
Total geral	53.329.113,30	37.283.493,98	43,04

Fonte: CFC/CGEE.

Tabela 9: Dispendios 2024 - Contrato de Gestão (em R\$)

Descrição	Sem restrição		
	2024	2023	Variação (%)
Pessoal e encargos	263.879,46	2.249.480,63	-88,27
Consultoria externa	439.550,00	5.609.204,41	-92,16
Eventos de mobilização de competências	319.804,81	292.809,46	-2,66
Manutenção administrativa	142.059,99	1.585.499,65	-91,04
Outras despesas operacionais	105.048,40	4.224.915,14	-97,51
Depreciação e amortização	93.843,69	270.448,40	-65,30
Total geral	1.364.186,35	14.232.357,69	-90,66

Fonte: CFC/CGEE.

Procedimentos operacionais

Na rotina operacional do CGEE, algumas áreas de apoio à gestão são continuamente acionadas. De maneira reservada, o trabalho desses setores atende, direta e indiretamente, toda a carteira de projetos da casa, 126 usuários internos e demais usuários externos pontuais. Atividades jurídicas, auditoria, gestão de projetos, contratos, seleção de fornecedores, manutenção e operação da estrutura

física, gestão de pessoas, tecnologia da informação (TI) e contabilidade e finanças são atividades que convergem para que as entregas se concretizem.

O Quadro 2 apresenta números que traduzem parte das atividades dessas áreas. Atribuições incorporadas às rotinas de cada setor não foram contabilizadas.

Quadro 2: Dispendios 2024 - Números dos setores da DAF* - 2024

1661	Agendamento de serviços de viagens corporativas**
942	Fornecimentos de diárias
860	Atestos de serviços prestados
305	Recebimentos, homologações e pagamentos de produtos
213	Solicitações de pedido de material
145	Pesquisas de preço
151	Solicitações de aquisição sem contrato
114	Solicitações de alteração contratual e reajustes
94	Solicitações de compras de pequena monta
94	Manutenções prediais preventivas e corretivas
83	Solicitações de aquisição com contrato
R\$ 651.341,12	Descontos obtidos em relação aos valores previstos em orçamento
R\$ 164.942,75	Descontos obtidos nos processos de compras via certames seletivos

Fonte: SeniorX/CSF/CGEE

* Neste quadro estão incluídos apenas os números relativos à DAF, exceto os dados relativos à tecnologia da informação, que foram disponibilizados em Melhorias tecnológicas e sistêmicas - Transformação Digital.

** Agendamentos de serviços de viagens corporativas e fornecimentos de diárias foram exponencialmente impactados pela realização da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI).

Destaca-se o envolvimento das áreas de apoio à gestão para a concretização da 5ª CNCTI, por meio do desenho de fluxos específicos, da agilidade nos processos de pesquisas de preço, certames,

contratos, aditivos, pagamentos, agendamento de serviços de viagem e fornecimento de diárias, bem como na efetiva organização do evento e apoio técnico e tecnológico necessário à sua execução.

Contratações

As contratações de terceiros são o meio pelo qual o CGEE mobiliza competências para a elaboração de parte dos produtos a serem entregues aos

contratantes do Centro, bem como abrangem os contratos firmados para manutenção e operação da própria organização. No ano de 2024, foram

dispendidos R\$ 25,9 milhões em 83 novas contratações – um aumento de 118,60% em relação ao valor gasto no ano anterior. Isso se deu, em grande parte, por duas contratações específicas (Capacitá e Wiipo Senior) que, juntas, totalizaram o valor de R\$ 14,1 milhões. A primeira delas incorreu em gastos

exclusivamente da 5ª CNCTI, enquanto a segunda trata de um contrato de serviços continuados que proveu recursos estimados a serem dispendidos no período de 36 meses. O Quadro 3 detalha as contratações do ano quanto à natureza da pessoa contratada e ao mecanismo de contratação.

Quadro 3: Contratações com contrato no ano de 2024

Contratado	Tipo de Contratação		Quantidade de Contratos	Valor de Contratação em R\$	Total em R\$
Pessoa Física	Contratação Direta	Dispensa	28	1.644.850,00	1.644.850,00
		Inexigibilidade	-	-	
	Certame Seletivo	Simples Cotação	-	-	-
		Coleta de Preços	-	-	
Pessoa Jurídica	Contratação Direta	Dispensa	27	13.859.483,87	15946381,01
		Inexigibilidade	6	2.086.897,14	
	Certame Seletivo	Simples Cotação	19	1.820.878,72	8309304,14
		Coleta de Preços	3	6.488.425,42	
Total			83	25.900.535,15	

Fonte: CCP/CGEE.

Foram formalizados 105 termos aditivos em 2024, contemplando alterações de vigência, acréscimo e redução de valores, alteração de produtos, entre outras. Em termos financeiros, os aditivos somaram um total de R\$ 7,3 milhões. Em relação a 2023, há um aumento de 285,81% - dado principalmente pelos

aditivos firmados em contratos continuados como aluguel da sede do CGEE e continuidade dos sistemas ERP¹ da organização, os quais serão desembolsados no decorrer dos anos da vigência contratual, além dos contratos para execução da 5ª CNCTI.

Quadro 4: Aditivos contratuais em 2024, por natureza da pessoa contratada

Contratado	Quantidade	Valor em R\$
Pessoa Física	34	169.500,00
Pessoa Jurídica	71	7.205.240,27
Total	105	7.374.740,27

Fonte: CCP/CGEE.

¹ Da sigla em Inglês, *Enterprise Resource Planning* (ERP) [Planejamento de recursos empresariais], correspondente a um sistema de gestão administrativa que trata de assuntos como: contabilidade, financeiro, patrimônio, compras e recursos humanos.

No que concerne à seleção dos fornecedores do CGEE, a Coordenação de Seleção de Fornecedores (CSF) esteve envolvida na realização de 145 pesquisas de preços e 81 contratações (com e sem contrato), além de articular avanços em seus processos,

com a colaboração intensa da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e da Coordenação de Gestão de Projetos (CGP) CGP, destacando-se:

- Pesquisa de Satisfação Interna, que ocorre via sistema e abrange o processo de compras via certame seletivo, permitindo a identificação de pontos de melhoria no atendimento às demandas;
- Automação do pré-cadastro de fornecedores, otimizando o processo de prospecção do mercado fornecedor;
- Implementação de mecanismos de análise e acompanhamento de riscos inerentes aos processos de compras, incluindo a criação de planos de ação para mitigar riscos prioritários, definidos em consenso pela equipe da coordenação;
- Otimizações sistêmicas dos fluxos de aquisição no BPM Senior X, ferramenta utilizada pelo CGEE para gestão de fluxos de demandas e processos, especialmente os relacionados às contratações e compras da organização.

Estrutura Física

Desde 2013, o CGEE está sediado em salas comerciais no Edifício Parque Cidade Corporate, tendo como locadora a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. O espaço corporativo, com 1.802 m², conta com salas de reuniões, refeitório e 123 estações de trabalho, além de estar preparado para receber clientes externos e parceiros estratégicos.

Em 2024, durante a renovação do contrato de locação, foi negociado um desconto de 11,37% no valor do aluguel, gerando uma economia anual de R\$ 227.639,40. Além disso, o modelo de garantia locatícia foi revisado e substituído por uma opção mais econômica, permitindo ao CGEE realocar os recursos poupados em outras iniciativas.

Nas instalações internas, com foco na eficiência energética, foi realizada a substituição completa do sistema de iluminação por lâmpadas LED, com redução de custos, manutenção e logística, melhorando também a sustentabilidade ambiental. Além disso, para garantir a qualidade da rede lógica, fortalecer a segurança da informação e otimizar a manutenção da infraestrutura de cabeamento, foi realizada a reorganização do cabeamento nas salas técnicas (*no break*, central telefônica e CPD) do CGEE. Essa ação aprimorou a confiabilidade e eficiência operacional da infraestrutura de TI, reduzindo riscos de falhas e interrupções em sistemas críticos, além de atualizar a base tecnológica, essencial para o desempenho das atividades do Centro.

Melhorias tecnológicas e sistêmicas - Transformação Digital

O cenário exposto no diagnóstico referente a tecnologia da informação e comunicação

(TIC) no CGEE, realizado em 2023, evidenciou a necessidade de investimentos nas dimensões



de infraestrutura e automação, considerando as dificuldades orçamentárias pelas quais o Centro passou nos últimos anos. Para enfrentar os desafios da obsolescência de equipamentos, revisão e integração de sistemas e modernização de controles de segurança da informação, adotou-se a estratégia de fortalecer iniciativas de transformação digital.

Em 2024, foi dada continuidade aos ajustes e resoluções de situações identificadas no diagnóstico da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) de 2023, como investimento em infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), transformação digital com ênfase em automatização de processos, internalização de Inteligência Artificial (IA) e acompanhamento dos serviços disponibilizados aos usuários internos e externos do CGEE. Foram adquiridos hardwares e contratados serviços e softwares, modernizando o ambiente com computação em nuvem privada e aumentando a qualidade técnica na infraestrutura para provimento de servidores de rede, com aumento das capacidades de processamento e armazenamento de dados. Como resultados, foram obtidos: evolução na automação de processos; continuidade na modernização de equipamentos; desempenho e avaliação dos serviços prestados pela CTIC; promoção de ações para mudança cultural em relação à segurança da informação; incentivo à internalização de tecnologias de Inteligência Artificial nos processos internos; e aumento de resiliência na infraestrutura tecnológica do Centro.

Quanto aos projetos finalísticos do CGEE, 11 deles foram atendidos por meio de ações que alcançam tanto as entregas dos produtos da organização para os seus contratantes quanto a comunidade científica e a sociedade. Entre eles, destacam-se: apoio aos estudos Percepção Pública de CT&I no Brasil; Brasil: Mestres e Doutores 2024; Painel de monitoramento da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (e-Digital); Hub de Laboratórios do Observatório de Transformação Digital (OTD); e reformulação do painel Inova-e. Na 5ª CNCTI, foi prestado apoio na

implementação da plataforma web e de aplicativo; na transmissão, no desenvolvimento e na implantação do Acervo Digital; além da internalização de Inteligência Artificial generativa para tratamento dos resultados das conferências preparatórias e do evento principal.

Dos 11 projetos atendidos, 45% demandam esforços continuados – o mais antigo deles apoiado desde 2010 -, enquanto 55% foram atendidos por meio de demandas pontuais.

Com relação ao parque de equipamentos e serviços digitais, foi implantado um novo sistema de telefonia baseado em PABX [da sigla em Inglês, *Private Automatic Branch Exchange* ou central telefônica automática privada] virtual, em substituição ao antigo sistema baseado em PABX físico, seguindo a tendência tecnológica atual de “Voz sobre IP” e de telefonia como serviço em nuvem.

Empenhando-se na redução da obsolescência de equipamentos de uso direto por parte dos usuários internos, uma nova etapa de aquisições de notebooks foi realizada, em conformidade com a política de mobilidade existente, que foi estendida para suportar o novo regime de trabalho híbrido estabelecido após a pandemia de Covid-19.

Também contribuindo para facilitar a realidade de trabalho híbrido, com ferramentas mais rápidas, seguras e integradas, contendo recursos na nuvem para proporcionar o trabalho em equipe e aumentar a produtividade, foi realizada a atualização do Office 2010 para o Microsoft 365.

A infraestrutura de suporte a eventos foi objeto de destaque por meio da modernização das duas principais salas de reunião do CGEE, o que contemplou soluções que facilitam a integração de participantes presenciais e remotos nas agendas do Centro. A ação tornou possível ampliar as alternativas instrumentais de interação (apresentações, lousa digital, enquetes, brainstorming, dentre outras), proporcionando colaboração *on-line* simultânea e integração com aplicativos e sites de gestão de

reuniões virtuais (Microsoft Teams, Google Meets e Zoom). Essa iniciativa continuará em processo de modernização em 2025, quando será iniciada a execução do contrato cujo objeto é a aquisição da nova infraestrutura de rede sem fio (WIFI), em substituição à solução anterior, desatualizada em duas gerações tecnológicas.

O atual site do CGEE encontra-se em processo de reformulação após 10 anos de operação. O protótipo dinâmico e responsivo do novo site foi aprovado pela diretoria colegiada e apresentado ao Conselho de Administração, possibilitando o prosseguimento para a segunda fase do projeto. Esta contemplará o seu desenvolvimento e sua implementação, com entrega da versão final prevista para o primeiro semestre de 2025. Em paralelo, foi concluída a revisão e implantação da nova versão da Intranet, posicionando-a como canal de convergência para transformação digital.

No processo de fortalecimento dos controles de segurança da informação, foi adquirida solução proprietária para o sistema de firewall da instituição, com o objetivo de controlar o tráfego de rede, permitindo ou bloqueando o acesso entre a rede do CGEE e a internet. A nova solução conta com equipamentos redundantes, que se substituem em caso de pane, garantindo a continuidade dos serviços do CGEE. Também foi realizada a implantação da nova ferramenta de segurança da informação para equipamentos de usuário finais (*end point security*), que utiliza inteligência artificial e outras tecnologias atuais para antecipar, detectar e bloquear instantaneamente ameaças, no intuito de evitar a concretização de ataques cibernéticos.

Ainda no fortalecimento da segurança da informação no CGEE, foi estabelecida parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que, por meio de seu Centro de Operações de Segurança, disponibiliza o serviço SOC-RNP ao CGEE. Esse serviço consiste em camada adicional de monitoramento e segurança no ponto de contato entre a rede lógica do CGEE e a internet.

Com meta de criar uma cultura de uso seguro de recursos de TIC, foi iniciada campanha de Conscientização em Segurança da Informação para colaboradores do CGEE, abordando temas como autenticação multifator, proteção contra ataques, políticas de segurança, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e termos de uso de recursos de TI.

No mesmo tema de segurança da informação, outro resultado alcançado foi a implantação do sistema de câmeras e controle de acesso, o que aumentou a segurança dos bens materiais e lógicos do CGEE.

No que tange ao tema de continuidade de serviços, a sala do data center do CGEE recebeu um novo sistema de climatização, trazendo adequação operacional e facilidade na gestão das condições de temperatura e umidade para a sala de servidores.

O ano de 2024 foi intenso em resultados relativos à estratégia de transformação digital, em alinhamento às alterações nos fluxos administrativos e normativos que ocorreram nos últimos anos. Múltiplas implementações foram realizadas com focos em integração de sistemas, gestão administrativa e gestão de recursos humanos. Vale destacar: (i) integração do ERP com serviços contratados em nuvem para gestão de passagens e diárias (Reserve) e de inventário (CPCON); (ii) novas funcionalidades de gestão de recursos humanos, com implantação de painel de gestão de equipes para os líderes e coordenadores, gestão de ponto em modelo híbrido de trabalho, gestão integrada de benefícios trabalhistas (férias, vale-refeição e alimentação, dentre outros), revisão da estrutura organizacional refletida no sistema, além de admissão digital de consultores e colaboradores; (iii) substituição do fornecedor do benefício de alimentação/refeição totalmente integrado com o sistema ERP do Centro; (iv) revisão do sistema de passagens e diárias para atendimento ao novo Normativo de Viagens Corporativas do CGEE.

No âmbito da gestão das atividades fim, as ações de transformação digital resultaram na implementação



de melhorias no sistema de gestão da carteira de projetos - Sistema Integrado (Neo) - do Centro. Destacam-se: (i) processos automatizados de notificação aos líderes relevantes à gestão de projetos; (ii) integração de solicitação de aquisição, alteração contratual, homologação e pagamento de produtos entre o Neo e o ERP.

As atividades de gestão de dados foram incrementadas por meio do projeto de Internalização de serviços de Inteligência Artificial, que objetiva: o enriquecimento de metodologias e processos de trabalho com uso de IA; e a capacitação da equipe para o uso da nova tecnologia, de forma produtiva e responsável. Foram realizadas atividades experimentais e contratada a ferramenta ChatGPT da OpenAI, como forma de fomento à iniciativa. Houve, ainda, a condução de debate sobre boas práticas no tema, direcionado aos principais usuários internos dessa tecnologia. Os encaminhamentos desse debate foram consolidados em guia de uso responsável de IA, contendo boas práticas, sugestões e cuidados no uso de chatbots.

Relativo às ações de gestão de dados, aprendizado de máquina, inteligência artificial (IA), dentre outras,

que ampliam a capacidade do Centro na coleta, no tratamento de dados e na geração de informação, o CGEE vem consolidando o seu data lake - repositório de dados -. Em 2024, o data lake foi incrementado com dados do Censo 2023 do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), referentes a patentes publicadas na Revista da Propriedade Industrial (RPI) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A iniciativa consolida, internamente, uma fonte de informações sobre propriedade intelectual no Brasil, com dados brutos (aproximadamente 4,7 milhões de registros) de despachos de patentes do período de 1976 a 2024, e atualização da base de Cubesats. O data lake atende às demandas por dados e informações dos projetos finalísticos, nas tarefas de ciência, análise e engenharia de dados realizadas. Além disso, com o objetivo de melhorar e automatizar os fluxos de tratamento de dados e geração de informação, foi implantada funcionalidade que aprimora as principais etapas de adição de novos fluxos automatizados de trabalho (*workflow*) na ferramenta *Airflow*.

No Quadro 5, são apresentados alguns dos indicadores de desempenho das ações realizadas em 2024.

Quadro 5: Número de chamados solucionados X esforço médio dispendido por unidade de chamado

Serviço	Chamados solucionados	Esforço médio
1 - Suporte Técnico	1334	1 dia
2 - Desenvolvidos de sistemas e melhorias	311	2 semanas
3 - Gestão de Dados	30	2 meses
4 - Consultorias para as áreas internas para aquisição ou exploração de novas tecnologias	13	3 meses
5 - Segurança da informação e privacidade de dados	17	4 dias
6 - Aquisição e Contratos (*)	50	3 meses
Total	1755	

Fonte: CTIC/CGEE.

(*) 14 aquisições feitas a partir de chamados no GLPI e 36 aquisições sem chamados no GLPI.

É importante ressaltar o esforço médio que está associado aos diferentes tipos de serviços. Por sua natureza, o serviço de suporte técnico tem chamados em grande número, porém com resolução rápida, refletindo o caráter pontual da intervenção realizada (por exemplo, manutenção de *hardware*). Já os demais serviços envolvem dois tipos de intervenção: pontuais, quando se trata de resolução de erros de programas já implantados; e projetos, quando atende a demandas de criação de novas funcionalidades ou novos sistemas.

Para efeito de avaliação dos serviços de TIC no Centro, foram respondidas 312 pesquisas que apontaram uma satisfação média de 4,89, em uma escala que vai até a nota 5, ou seja, uma satisfação de 97,8%.

Em 2024, também foi introduzida a gestão de configuração, alinhada à boa prática do ITIL², por meio do uso GLPI para o gerenciamento de Catálogo de *Softwares*, automatizando o controle de licenças e distribuição de *softwares* no parque de computadores em uso.

Melhorias de fluxos e processos

Em 2024, foi dada continuidade aos ajustes e às resoluções de situações identificadas no ano anterior, por meio de um questionário de maturidade - baseado na metodologia de Alec Sharp e Patrick McDermott em *Workflow Modeling-Tools for Process Improvement and Application Development* -, aplicado pela Coordenação de Gestão de Projetos (CGP). O questionário contemplou o processo de Aquisição, que envolve todas as áreas do CGEE para a concretização da contratação de serviços comuns, serviços técnicos especializados e fornecimentos, seja por contratação direta ou por meio de certames seletivos. A análise considerou habilitadores, variáveis

Ainda em 2024, foi proposto, debatido institucionalmente e aprovado pela diretoria colegiada do Centro o Plano de continuidade de serviços de TIC do CGEE. Conforme previsão da Política de Segurança da Informação (PSI), esse plano objetiva a estabelecer o pacto institucional para a continuidade operacional, administração de crises e recuperação de desastres que envolvam os serviços críticos de tecnologia da informação. O Plano de Continuidade incorporou como meta prover medidas de proteção rápidas e eficazes para os processos críticos de TI relacionados aos sistemas essenciais, em casos de incidentes graves ou desastres.

A condução dos assuntos de TI no CGEE é intensamente apoiada por uma rede de parceiros especializados nos mais diversos assuntos. Esse conjunto de parceiros complementa as competências internas da CTIC, internaliza informação sobre produtos, tecnologias, formas de trabalho e habilidades, perfazendo um rico condutor de novos conhecimentos para o Centro, em especial para a equipe CTIC.

que facilitam e contribuem para uma execução mais eficaz do processo. Os habilitadores selecionados foram: Recursos Humanos, *Workflow*, Tecnologia da Informação, Regras e Políticas, Motivação e Métricas, além de Comunicação/Colaboração.

O principal resultado apontado pela pesquisa foi a necessidade de revisão e atualização do regulamento de compras, com atualizações que contemplem a nova legislação federal sobre a matéria e tendo como *benchmarking* os regulamentos de outras OS, visando a garantir clareza nas atribuições e nos procedimentos, agilidade e eficiência, além da

² Da sigla em Inglês, *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL), corresponde a uma estrutura de boas práticas para gerir serviços de TI.



criação de canais de comunicação eficazes e sessões de esclarecimento.

Com todo o levantamento feito por meio da pesquisa, a CGP planejou as ações de melhorias no fluxo de Aquisição e processos correlatos e, em 2024, executou todo o plano, atendendo a todas as melhorias levantadas no questionário de maturidade, no que se refere ao fluxo/sistema, a exemplo: realizou a unificação dos processos de aquisição com e sem contrato; e desenvolveu o processo/subprocesso de certame seletivo - coleta de preço que passou a permitir que os demandantes acompanhem a execução passo a passo de seus processos e façam a validação técnica dentro da Plataforma Sênior X -. Ambos os processos foram integrados em alguns pontos, com possibilidade de melhorias futuras.

Foi realizado, ainda, um treinamento para a capacitação da equipe multiplicadora de conhecimento, onde foi criado um jogo para a apresentação das principais mudanças, com possibilidade de os participantes percorrerem o fluxo, com aplicação dos conhecimentos na própria ferramenta ao final. O material utilizado está disponível na intranet. Além disso, foi criado um canal interno para esclarecimento de dúvidas e comunicações sobre os processos.

No decorrer de 2024, a CGP realizou, também, melhorias nos processos de solicitação de alteração contratual e reajuste, análise e pagamento de serviço ou materiais da 5ª CNCTI, atesto de prestação

de serviços, solicitação de pesquisa de preços, recebimento, homologação e pagamento de produtos, solicitação de compras (caixa pequeno), solicitação de pedido de material e solicitação de suprimento de fundos. Além disso, constantemente são aprimorados relatórios e desenvolvidos painéis de acompanhamento e monitoramento.

Ressalta-se que todas as melhorias realizadas significam automação de processos e fluxos, aprimoramento na interface de usuário e campos de formulários, monitoramento e indicadores, integrações, flexibilização de regras, modelagem e automação de novos processos. Entretanto, para a completude da eficiência dos processos e conforme identificado nos resultados do questionário aplicado, é necessário tratar os demais habilitadores, para além de fluxo e sistema. Para alcançar o alto desempenho dos processos, é necessária uma revisão no Regulamento de Compras, acompanhada de um planejamento das mudanças, de ajustes dos fluxos e sistemas e, por fim, da capacitação dos usuários na elaboração e análise dos documentos relativos às contratações.

Ao final de 2024, objetivando a melhoria contínua dos processos e do atendimento dos objetivos do CGEE, foi realizado um levantamento, no qual foram mapeadas mais de 60 oportunidades de melhoria processual. Estas foram analisadas, classificadas por nível de complexidade e estão em fase de priorização estratégica, para posterior implementação.

Recursos Humanos

Em 2024 o CGEE passou por uma atualização da política de teletrabalho e controle de ponto, para adequação das necessidades dos colaboradores, além de atendimento aos interesses da instituição e de recomendações da auditoria externa e do Conselho Fiscal. No contexto da Pandemia Covid-19, o trabalho tornou-se totalmente *home office*.

Em 2022, foi decidido pelo retorno às atividades presenciais de modo híbrido, sendo a escala 3x2 (*home office versus* presencial) para a área técnica e 1x4 para a área administrativa. Passados dois anos dessa tratativa, observando-se a evolução das ferramentas de trabalho e as dinâmicas da organização, em dezembro de 2024, a Diretoria

decidiu por estabelecer uma escala híbrida igualitária 2x3 (*home office* versus presencial), iniciada em fevereiro de 2025. Em complemento, foi decidido pela contratação de uma empresa para estruturar e prover conhecimento, controle e ferramentas para a implantação de um sistema *home office* com aferição da eficiência.

Com relação aos benefícios oferecidos aos colaboradores, realizou-se a mudança do fornecedor dos vales alimentação e refeição para uma solução mais flexível no uso e que oferece uma rede de atendimento

maior, sem custos adicionais ao CGEE e ao colaborador.

A composição do quadro de pessoal acompanhou a média dos últimos cinco anos, alcançando, ao final de 2024, o quantitativo de 102 colaboradores. Destes, 78% foram subsidiados integralmente pelos recursos do Contrato de Gestão com o MCTI; 13% custeados parcialmente entre MCTI e MEC; e 9% parcialmente pagos com recursos de contratos administrativos. Adicionalmente, contamos com o reforço de 22 estagiários, conforme distribuição apresentada no Gráfico 6, e 2 menores aprendizes, alocados na DAF.

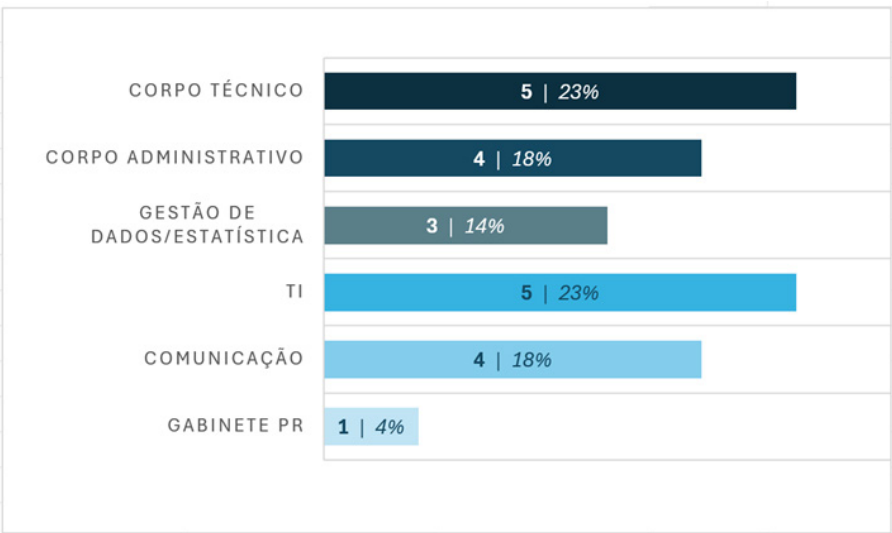


Gráfico 6: Distribuição de estagiários por área

Fonte: CRH/CGEE.

No Gráfico 7, é possível acompanhar a evolução do quadro de pessoal do CGEE nos últimos cinco anos. Para os dados apresentados nesta esfera do relatório, foi considerado apenas o quadro fixo

de colaboradores (CLT e cedidos) que compõe a força de trabalho da organização. 3, e 2 menores aprendizes, alocados na DAF.

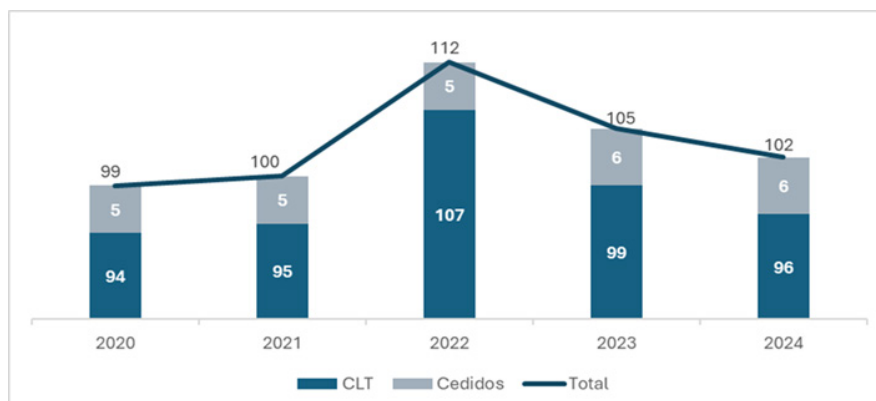


Gráfico 7: Evolução do quadro de pessoal*

Fonte: CRH/CGEE.

Nota: Neste gráfico, não foram considerados diretoria, estagiários e menores aprendizes.

A composição do corpo colaborativo do CGEE manteve-se estável diante da sua missão, estabelecida pelo Estatuto do Centro, de promover o desenvolvimento científico e tecnológico. Tal missão perpassa desde a realização de estudos e pesquisas

prospectivos de alto nível, em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, até a difusão de informações, experiências e projetos à sociedade. Para tanto, profissionais das mais diversas áreas – técnicas e administrativas, são necessários.

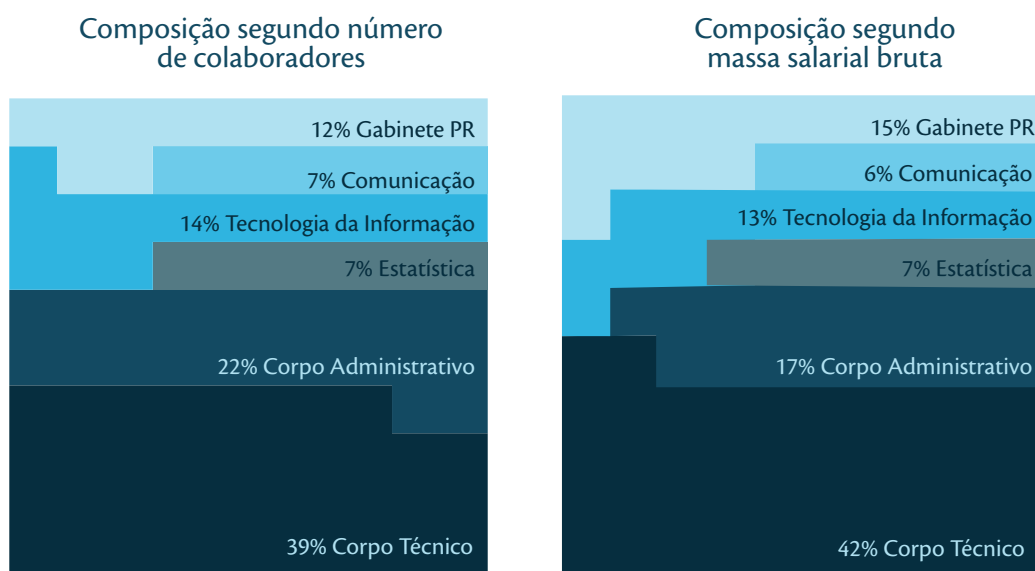


Gráfico 8: Composição do quadro de pessoal*

Fonte: CRH/CGEE.

Nota: Neste gráfico, não foram considerados diretoria, estagiários e menores aprendizes.

Turnover

Em 2024, o índice médio de rotatividade dos colaboradores do CGEE foi de 3,04. Foram realizadas 17 contratações e registrados 20 desligamentos –

sendo estes últimos compostos por 8 pedidos de demissão, 8 encerramentos de contratos temporários e 4 demissões sem justa causa.

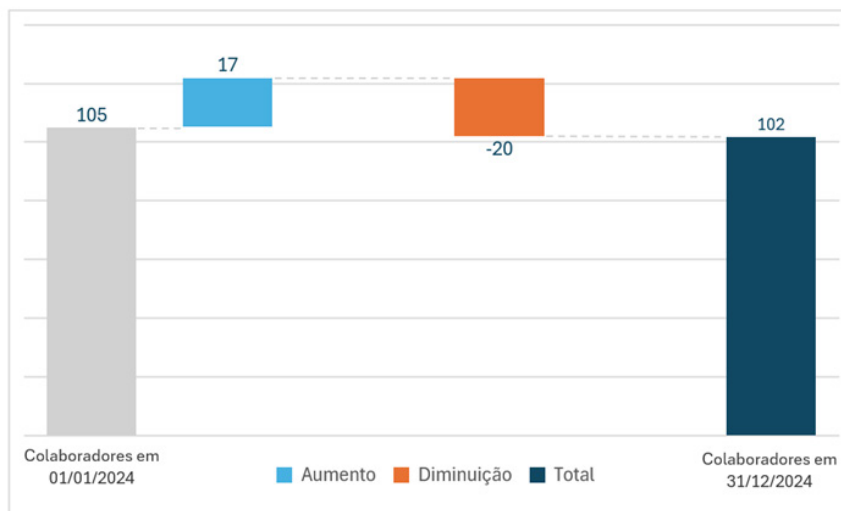


Gráfico 9: Variação no número de colaboradores em 2024*

Fonte: CRH/CGEE.

Nota: Neste gráfico, não foram considerados diretoria, estagiários e menores aprendizes.

Com uma redução de 55% frente ao turnover do ano de 2023, é apresentado o menor índice em três anos. Tendo os anos anteriores sido marcados pela reorganização da casa após a pandemia global de Covid-19 e o encerramento de grandes contratos e projetos que demandavam força de RH, como Pnuma e 5ª CNCTI, a rotatividade de colaboradores em 2024 diminuiu frente a uma estabilidade nas

necessidades de pessoal para a carteira de projetos do CGEE e à redução de contratações CLT por prazo determinado. Com isso, evidencia-se que o CGEE tem empregado esforços para prezar pela perenidade das relações de trabalho, que impactam na fluidez e na qualidade dos resultados produzidos pelos profissionais da instituição.

Tabela 10: Turnover através dos anos

2022	2023	2024
4,3	5,49	3,04

Fonte: CRH/CGEE.

Limite Prudencial

De acordo com a subcláusula quinta da Cláusula 13ª do Contrato de Gestão, o CGEE deverá adotar como limite prudencial de gastos com pessoal até 50% dos recursos pactuados no âmbito do Contrato de Gestão (2022 a 2030). As despesas consideradas nesse cálculo são: remuneração, encargos trabalhistas, vantagens e benefícios de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos, guardada essa proporcionalidade nas repactuações ocorridas durante a implementação do contrato.

Em 2024, o limite prudencial registrou 102,88%, o que, em parte, é atribuído à redução dos recebimentos, agravado pelo crescimento das despesas com pessoal e encargos, motivadas por contratações temporárias para a 5ª CNCTI e à admissão de um novo diretor finalístico, dentre outros fatores.

A respeito desse assunto, a grande variabilidade interanual e a insegurança dos recebimentos oriundos do contrato de gestão não asseguram à Organização um controle efetivo das variáveis incidentes sobre seu cálculo, especialmente no que diz respeito às entradas de recursos. Deixa apenas sob a governança do CGEE a demissão/admissão de colaboradores, cuja dinâmica não pode ser estruturada ano-a-ano, pela própria natureza das atividades, inclusive com projetos e atividades de caráter plurianuais que demandam estabilidade do quadro de pessoal, especialmente no caso de técnicos-especialistas, cujas médias salariais são as mais elevadas. Outras estratégias de redução de custos dependem também e, principalmente, de uma atualização tecnológica do CGEE, a qual demanda investimentos no setor. O Quadro 6 corrobora essa afirmação.

Quadro 6: Histórico do limite prudencial

		Recursos liberados - Contrato de Gestão em R\$ Milhões	Dispêndios com pessoal em R\$ Milhões	Lim. Prudencial em %	Média Limite Prudencial por período em %
"2º Contrato de Gestão" Limite prudencial: 60%"	2014	26,8	17,3	64,55	67,69
	2015	27,5	18,2	66,18	
	2016	13,0	14,1	108,46	
	2017	26,8	11,0	41,04	
	2018	17,5	11,9	68,00	
	2019	31,4	13,4	42,68	
	2020	33,8	14,5	42,90	
"3º Contrato de Gestão" Limite prudencial: 50%"	2021	15,6	16,8	107,69	72,28
	2022	61,0	22,5	36,89	
	2023	31,4	24,2	77,07	
	2024	26,7	27,5	102,88	

Fonte: CFC/CGP/CRH/CGEE

No Quadro 7, são apresentados os valores de dispêndios ao longo do ano com pessoal e encargos no Contrato de Gestão (CG) e em contratos administrativos (CA).

Quadro 7: Dispendios com pessoal e encargos mês a mês - 2024

Mês	Quantitativo funcionários*	Custo CG (R\$)	Custo CA (R\$)
Jan/24	106	1.966.301,08	45.011,32
Fev/24	107	2.184.614,56	41.988,46
Mar/23	110	2.227.204,58	21.442,27
Abr/24	108	2.307.036,73	17.773,36
Mai/24	107	2.494.457,30	17.878,19
Jun/24	107	2.427.709,53	19.302,86
Jul/24	107	2.186.523,55	(170.541,99)
Ago/24	108	2.354.899,41	17.539,76
Set/24	107	2.180.888,72	54.576,02
Out/24	107	2.110.609,00	72.154,13
Nov/24	105	2.453.146,94	55.741,64
Dez/24	104	2.601.364,86	71.413,44
Total	-	27.494.756,26	263.879,46

Fonte: CRH/CGEE.

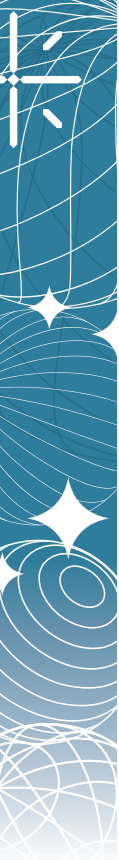
* Incluindo menores aprendizes

Considerações – Gestão operacional

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos na gestão operacional do CGEE, com destaque para a reformulação da estrutura organizacional, aprimoramento dos processos administrativos e implementação de ferramentas tecnológicas que ampliaram a eficiência e a transparência da instituição. A Diretoria de Administração e Finanças (DAF) demonstrou capacidade de adaptação às mudanças e aos desafios, promovendo uma governança mais ágil e alinhada às melhores práticas de gestão.

No Plano Diretor do CGEE, aprovado para o período 2021-2030, já era constatado que havia uma relativa baixa digitalização dos processos administrativos,

com perdas de economias em escala, causada por retrabalho derivado de processos manuais não integrados ao sistema operacional corporativo. Embora essa constatação tenha sido superada em boa medida, o apelo para a busca de um modelo operacional ágil continua presente e necessário. Assim, a modernização das ferramentas de tecnologia da informação, a revisão de normativos internos e a busca por eficiência na alocação de recursos reforçaram a busca pela melhoria operacional contínua. No entanto, desafios financeiros, como a variabilidade interanual dos repasses e a necessidade de diversificação das fontes de financiamento, exigem uma gestão cada vez mais estratégica para



garantir a sustentabilidade da organização.

Para 2025, será dada continuidade às melhorias implementadas, aprofundando a transformação digital, aperfeiçoando a estrutura de trabalho e consolidando as mudanças na gestão orçamentária e financeira. Além disso, será essencial avançar nas negociações para a revisão do limite prudencial de gastos com pessoal, permitindo uma administração compatível com a realidade orçamentária-financeira da instituição.

Dessa forma, o CGEE segue comprometido com a excelência na gestão, garantindo que seus processos administrativos e financeiros estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização e às demandas

de seus parceiros e *stakeholders*. O aprimoramento contínuo das práticas de gestão reforça a solidez e a capacidade da instituição de enfrentar desafios futuros, assegurando sua missão de contribuir e promover o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

A burocracia, isoladamente, carece de dinamismo e propósito, sendo um instrumento que necessita de gestão ativa. Todo o trabalho de gerenciamento de recursos e processos encontra o cumprimento do seu propósito quando auxilia a Organização, com eficiência, a alcançar os resultados previstos em sua missão. Esse é o caminho que a administração do CGEE tem adotado.



11. Auditoria interna



Em 2024, consolidou-se a função de Auditoria de Interna no CGEE visando fortalecer a cultura e os processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança do Centro. Nesse sentido, com o propósito de contribuir para o atingimento das finalidades institucionais e dos objetivos

estratégicos, foram executadas diversas atividades de verificação e avaliação de riscos e processos, assim como atividades de consultoria interna. Tais ações foram orientadas pelo Plano Anual de Auditoria Interna (Paint 2024) aprovado pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2023.

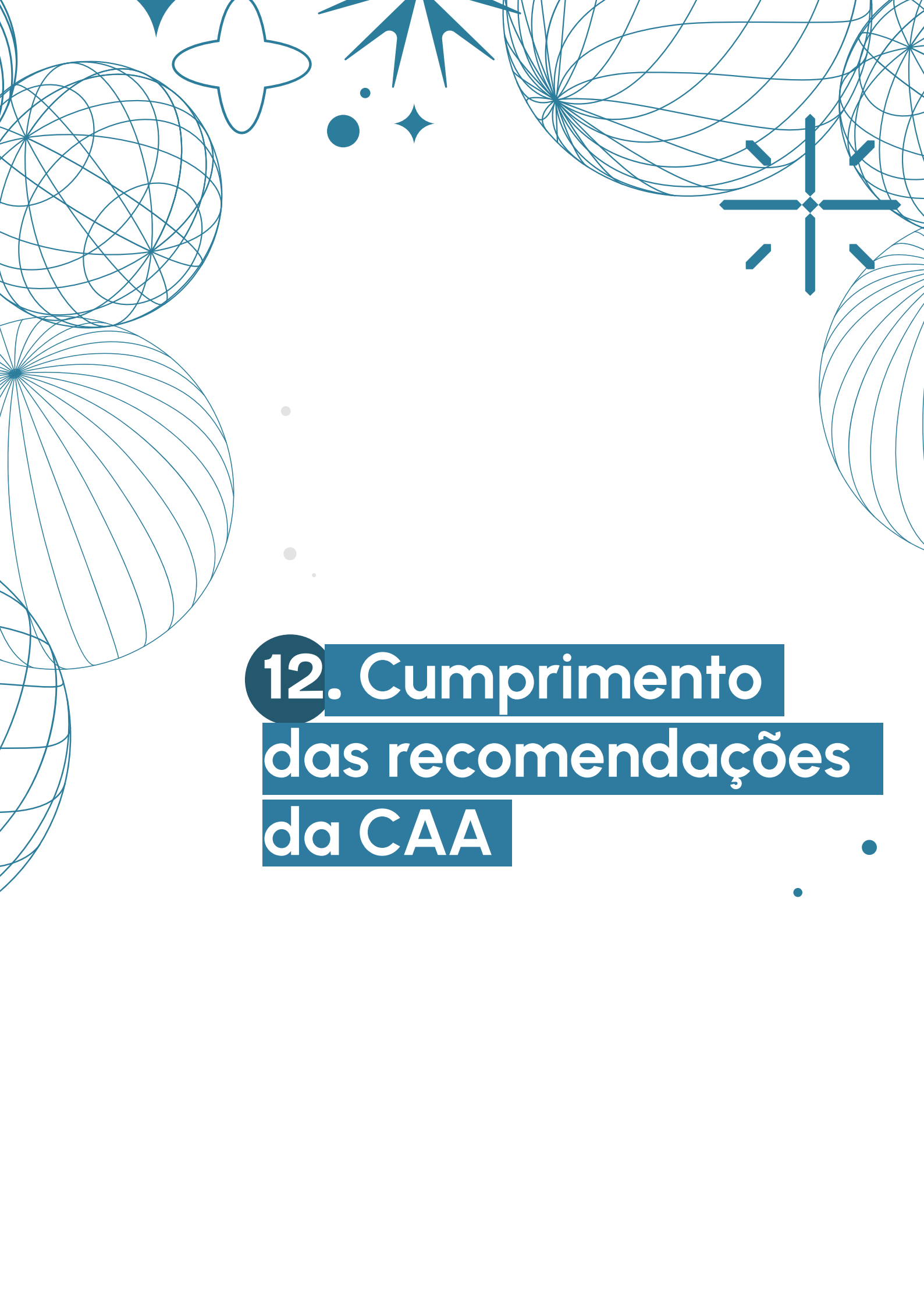
Durante o exercício de 2024, a Auditoria Interna dedicou-se a trabalhos nas seguintes áreas:

1. Contas a Pagar;
2. Gestão de Projetos;
3. Composição do Patrimônio Líquido;
4. Privacidade e Proteção de Dados e Segurança das Informações; e
5. Gestão de Contratos

As fragilidades e oportunidades de melhoria dos trabalhos já concluídos foram comunicadas à Administração e aos representantes do Conselho Fiscal e do Comitê, por meio dos respectivos relatórios. Para que os riscos sejam adequadamente gerenciados, a Administração propõe os planos de ação que contemplam as medidas de aprimoramento dos controles internos. Por fim, a Auditoria Interna

avalia a adequação de medidas corretivas adotadas pelas áreas para sanear fragilidades e acompanha a execução das auditorias externas.

Durante o exercício de 2024, observou-se a conclusão de 42% dos planos de ação oriundos de trabalhos da auditoria interna e externa.



12. Cumprimento das recomendações da CAA

Recomendações feitas ao MCTI, MEC e CGEE, tendo em vista a consolidação do processo de avaliação que vem sendo aprimorado nos últimos anos, quando da renovação do Contrato de Gestão, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) recomenda:

Recomendação emitida na Avaliação Anual (2020) do desempenho do Contrato de Gestão (mantida)

Recomendação feita ao CGEE e ao MCTI:

A comissão recomenda a revisão dos instrumentos normativos, de modo a especificar fluxos, responsabilidades, prazos e modelos para a homologação de produtos pelos demandantes ao Contrato de Gestão, de modo a viabilizar a implantação plena do Indicador VIII, proposta em fase de implementação para ser o Indicador I.

Resposta CGEE: Conforme previsto, a revisão dos indicadores I e II foi formalizada no 5º Termo Aditivo, assinado em julho de 2024.

Recomendação feita ao CGEE:

1. Esta comissão reforça a necessidade de fortalecimento da estratégia de Comunicação Integrada, com a incorporação das dimensões buscadas pelos indicadores que tratam da divulgação e da visibilidade institucional (V, VI e VII), com a proposição de indicadores compatíveis com a complexidade das relações do CGEE com seu público-alvo.
2. Esta comissão recomenda a revisão dos mecanismos de acesso dos usuários externos aos conteúdos produzidos pelo CGEE (publicações), com opções de filtros por recorte temporal e temático, de forma a que as interfaces sejam mais amigáveis, com várias opções para localização de documentos.

Manifestação da CAA na Avaliação Anual 2023: RECOMENDAÇÃO MANTIDA

Resposta CGEE:

1. O indicador VII (Indicador de Comunicação Institucional) foi formalizado no 5º TA e considera as dimensões de divulgação e visibilidade institucional. O resultado da apuração encontra-se neste relatório em item específico.
2. O projeto de reformulação do site do CGEE encontra-se em andamento, ou seja, a empresa já está contratada e o portal em processo de implementação. Essa reformulação contempla as melhorias solicitadas nos filtros de busca para os conteúdos produzidos e atende outras melhorias necessárias para a evolução do site. A previsão é para a conclusão da implantação no segundo semestre de 2025, atendendo a recomendação.

Recomendação emitida na Avaliação Semestral (2023)

Recomendação feita ao CGEE:

1. A CAA recomenda a revisão do QIM antes da assinatura do próximo termo aditivo.
2. A CAA recomenda que na revisão do QIM sejam incluídos indicadores institucionais do CGEE. Além de demonstrar o atingimento das metas pactuadas anualmente, também devem apresentar a tendência de cumprimento das metas de todos os indicadores para o acompanhamento semestral.

Comentário da CAA na Reunião Anual 2023: RECOMENDAÇÃO MANTIDA

Resposta CGEE:

1. O QIM foi revisto, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração e pelo MCTI. O novo Quadro de Indicadores e Metas foi firmado no 5º TA, assinado de 08 de julho de 2024.
2. No novo Quadro de Indicadores e Metas foram incluídos indicadores institucionais, conforme solicitado. Todos os indicadores apresentam uma periodicidade semestral de apuração, conforme recomendação, vide anexo V do 5º TA. No ano de 2025, será realizado um novo trabalho de revisão dos indicadores junto ao GT do Conselho de Administração no sentido de propor novos indicadores que representem, com mais fidelidade, os resultados dos trabalhos do CGEE para a sociedade.

Recomendações emitidas na Avaliação Anual 2023

Ao MCTI e MEC

- Apoiar a divulgação dos resultados alcançados pela Organização Social vinculados às políticas públicas implementadas pelos órgãos supervisor e interveniente.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2024: RECOMENDAÇÃO MANTIDA

Recomendação feita ao CGEE

- Considerando as relevantes informações apresentadas pelo CGEE na reunião da Avaliação Anual 2023, da criação de um Grupo de Trabalho (GT), vide Resolução n. 003/2023 (11888673), no âmbito de seu Conselho de Administração para tratar do quadro de indicadores da OS, esta CAA recomenda que os trabalhos desse GT sejam compartilhados com esta CAA, por meio do órgão supervisor, em sendo dela a competência regimental do tema em comento.

A CAA recomenda que constem em anexo aos Relatórios de Gestão os dados primários e as memórias de cálculo dos indicadores do Quadro de Indicadores e Metas (QIM) pactuados no Contrato de Gestão.

Acerca do indicador II, esta CAA recomenda a revisão para o aperfeiçoamento da metodologia e dos prazos de indicação da amostra relevante de usuários a serem consultados.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2024: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA PARCIALMENTE.

A atuação em parceria com o GT foi atendida, bem como a apresentação das memórias de cálculo. Em relação à revisão da metodologia, prazos e indicação de amostra, fica mantida a recomendação.

Resposta CGEE:

O CGEE atenderá a recomendação, de acordo com o andamento do trabalho do GT.

Quanto ao compartilhamento dos dados primários e das memórias de cálculo, desde o relatório parcial de 2023 tais informações já vêm sendo anexadas.

Novas recomendações

Ao MEC

Recomenda-se o cumprimento do Cronograma de Desembolso (ANEXO 4 SEI 10682698), celebrado no Contrato de Gestão 2022-2030, e respectivos Termos Aditivos.

Recomendação feita ao CGEE

A CAA reconhece o esforço que a instituição vem demonstrando para a melhoria do QIM. No entanto, ratifica a necessidade de observar a Nota Informativa nº 3623/2023/MCTI (SEI 01250.011384/2017-63), em especial, o parágrafo 4º, a fim de atender a demanda de construção de indicadores institucionais consistentes:

PARÁGRAFO 4. A aplicação do modelo deve resultar em aumento da eficiência e da qualidade dos serviços pelo controle dos resultados entregues

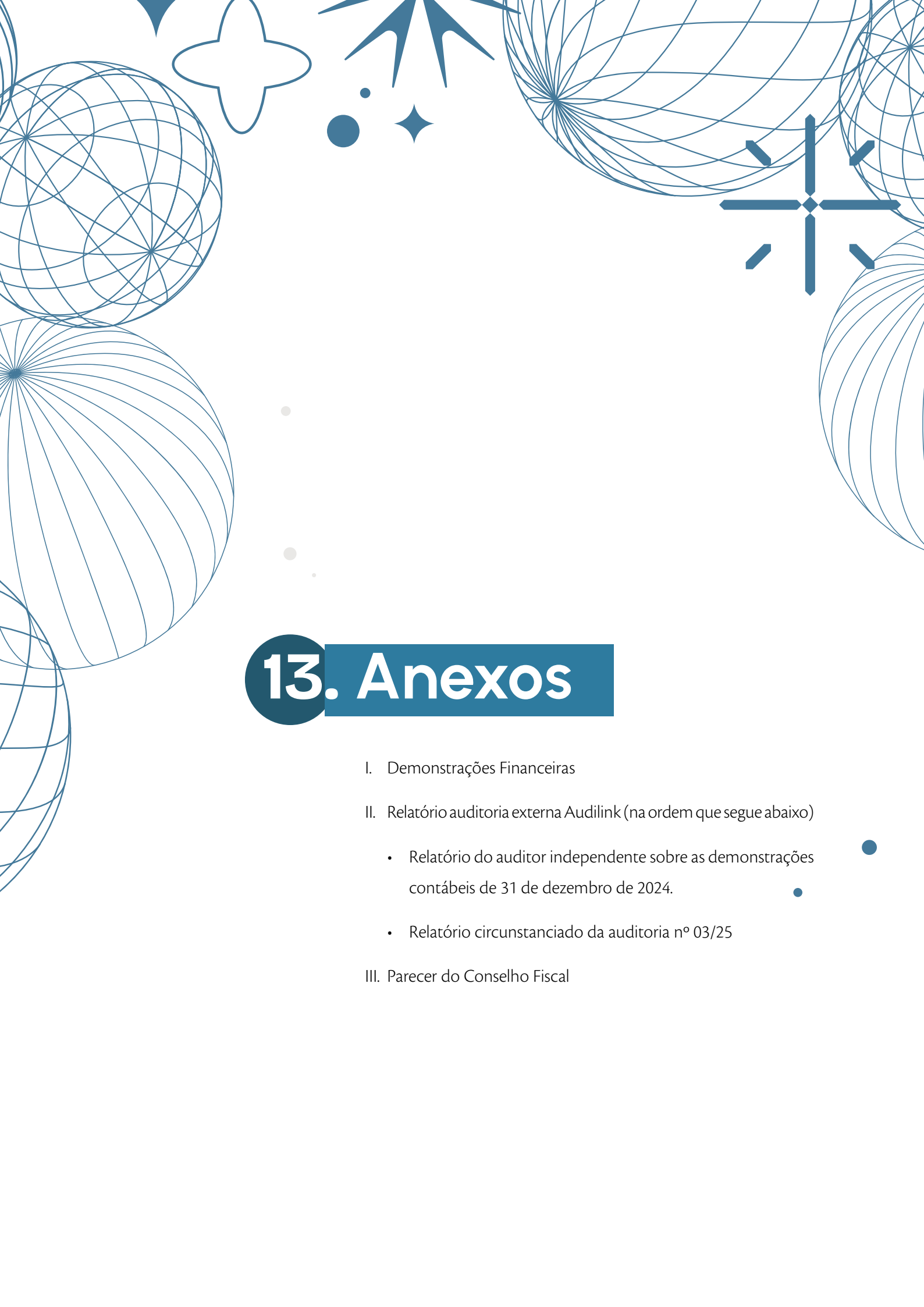
à sociedade, uma vez que as entidades qualificadas não estão sujeitas às normas públicas de gestão financeira, de aquisição ou de pessoas. Ou seja, têm-se o controle finalístico como garantidor da entrega social, independentemente da fonte dos recursos utilizados para tanto. A autonomia financeira e administrativa das OS são premissas para a otimização do desempenho organizacional e, consequentemente, para o atingimento do objeto contratualizado.

Recomendação feita ao CGEE

Recomenda-se que a mensuração dos indicadores reflita o grau de satisfação dos usuários não só do Contrato de Gestão, mas também dos demais demandantes dos produtos do CGEE.

Resposta CGEE:

No ano de 2025, será realizado um novo trabalho de revisão dos indicadores junto ao GT do Conselho de Administração no sentido de propor novos indicadores que representem com mais fidelidade o resultado dos trabalhos do CGEE na sociedade



13. Anexos

- I. Demonstrações Financeiras
- II. Relatório auditoria externa Audilink (na ordem que segue abaixo)
 - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.
 - Relatório circunstanciado da auditoria nº 03/25
- III. Parecer do Conselho Fiscal

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO
EXERCÍCIO DE 2024

(Expresso em reais - Saldo acumulado)

ATIVO	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	PASSIVO	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)
CIRCULANTE		44.703.804,78	71.095.671,66	71.095.671,66	CIRCULANTE		22.122.951,46	22.061.613,68	22.061.613,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5	26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41	CONTAS A PAGAR	12	5.765.857,27	5.277.237,77	5.277.237,77
Caixa		-	-	-	Obrigações Trabalhistas		-	689,66	689,66
Bancos Conta Movimento		-	-	-	Encargos Sociais a Recolher		552.125,01	545.434,87	545.434,87
Bancos Conta Movimento - Com Restrição		-	-	-	Encargos Tributários a Recolher		500.295,56	488.317,12	488.317,12
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição		-	-	-	Fornecedores		2.389.078,59	2.082.597,35	2.082.597,35
Aplicações Financeiras		26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41	Arrendamentos a Pagar		1.625.656,56	1.587.983,78	1.587.983,78
Aplicações Financeiras - Com Restrição		24.383.700,22	46.357.559,57	46.357.559,57	Fornecedores		763.422,03	494.613,57	494.613,57
Aplicações Financeiras - Sem Restrição		2.480.820,41	222.352,84	222.352,84	Provisão de Férias, 13º e Encargos		2.249.197,67	2.035.026,57	2.035.026,57
CONTRATOS A RECEBER	9	17.154.428,00	23.153.602,49	23.153.602,49	Outros Créditos		75.160,44	125.172,20	125.172,20
Contratos a Receber - Com Restrição		13.207.456,96	18.650.230,32	18.650.230,32	CONTRATOS E TERMOS DE PARCERIA		12.337.956,92	5.435.937,87	5.435.937,87
Contratos a Receber - Sem Restrição		3.946.971,04	4.503.372,17	4.503.372,17	Contratos a Realizar - Com Restrição		9.013.575,89	3.172.210,33	3.172.210,33
VALORES A RECUPERAR		260.370,08	184.284,99	184.284,99	Contratos a Realizar - Sem Restrição		3.324.381,03	2.263.727,54	2.263.727,54
ADIANTAMENTOS	7	37.419,70	475.094,84	475.094,84	VALORES A REALIZAR		161.000,00	663.463,01	663.463,01
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		32.680,07	39.313,92	39.313,92	ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS	13	3.858.137,27	10.684.975,03	10.684.975,03
VALORES A REALIZAR	8	354.386,30	663.463,01	663.463,01	NÃO CIRCULANTE		133.374.018,27	162.600.081,75	149.176.877,53
NÃO CIRCULANTE		115.722.280,58	116.197.877,29	148.149.187,50	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	14	1.060.005,77	2.067.876,84	2.067.876,84
OUTROS INVESTIMENTOS		591.148,00	-	-	PARCELAMENTOS FISCAIS	15	737.245,81	1.174.632,68	1.174.632,68
CONTRATOS A RECEBER	9	84.530.216,67	105.147.929,82	137.099.240,03	CONTRATOS A REALIZAR		103.491.435,31	150.522.444,25	137.099.240,03
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	9.2	21.139.344,26	8.835.127,98	8.835.127,98	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.945.987,12	-	-
IMOBILIZADO	10	9.420.777,21	2.157.806,59	2.157.806,59	CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS		21.139.344,26	8.835.127,98	8.835.127,98
Bens em Operação - Com Restrição		15.443.799,63	6.366.896,32	6.366.896,32	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	4.929.115,63	2.631.853,52	48.006.367,95
(-) Depreciações Acumuladas - Com Restrição		(6.023.022,42)	(4.209.089,73)	(4.209.089,73)	Patrimônio Social - Resultado do Exercício Acumulado		(605.274,76)	3.995.867,71	3.995.867,71
Bens em Operação - Sem Restrição		-	-	-	DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		3.899.024,27	(2.873.773,64)	42.500.740,79
(-) Depreciações Acumuladas - Sem Restrição		-	-	-	Deficit / Superavit do Exercício - Com Restrição		2.875.254,83	4.833.153,45	40.541.360,98
INTANGÍVEL	11	40.794,44	57.012,90	57.012,90	Deficit / Superavit do Exercício - Sem Restrição		3.899.024,27	(2.873.773,64)	1.959.379,81
Sistemas - Recurso com Restrição		104.698,57	1.053.883,75	1.053.883,75	Realocação de Recursos - Com Restrição		(2.875.254,83)	(4.833.153,45)	-
(-) Amortizações Acumuladas		(63.904,13)	(996.870,85)	(996.870,85)	RESERVAS	17	1.635.366,12	1.509.759,45	1.509.759,45
TOTAL DO ATIVO		160.426.085,36	187.293.548,95	219.244.859,16	Reserva Técnica MCTI - Com Restrição		835.366,12	709.759,45	709.759,45
					Reserva Técnica MEC - Com Restrição		800.000,00	800.000,00	800.000,00
					TOTAL DO PASSIVO		160.426.085,36	187.293.548,95	219.244.859,16


FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente


GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças


JENIFFER TORQUATO DE SOUSA REIS DA SILVA
Coordenação de Finanças e Contabilidade/Contadora

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT - COMPARATIVO
EXERCÍCIO DE 2024
(Expresso em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023 (Publicado)	31/12/2023 (Reapresentado)
(+) RECEITA BRUTA	18	57.952.438,27	48.274.903,84	48.274.903,84
Contrato de Gestão		52.237.897,85	36.179.656,51	36.179.656,51
MEC		2.110.334,78	2.456.430,14	2.456.430,14
MCTI		50.127.563,07	33.723.226,37	33.723.226,37
Contratos Administrativos		5.347.864,47	8.702.610,16	8.702.610,16
PNUMA OICS		574.157,89	2.055.098,29	2.055.098,29
PNUMA GDF		1.236.454,07	5.992.446,61	5.992.446,61
GIZ		66.646,40	315.572,27	315.572,27
SENAI		174.500,00	124.000,00	124.000,00
IPEM		1.101.408,65	215.492,99	215.492,99
SECTI		649.500,00	-	-
CENIC		420.678,14	-	-
IICA		89.970,83	-	-
Reserva Própria - CGEE		1.034.548,49	-	-
Outras Receitas Operacionais		366.675,95	3.392.637,17	3.392.637,17
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição		222.065,43	610.344,38	610.344,38
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição		34.610,52	2.782.292,79	2.782.292,79
Reversão de Contingências		110.000,00	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(185.032,78)	(483.891,60)	(483.891,60)
ISS sobre Faturamento		(185.032,78)	(483.891,60)	(483.891,60)
(=) RECEITA LÍQUIDA		57.767.405,49	47.791.012,24	47.791.012,24
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO		(52.459.963,28)	(36.179.656,51)	(36.179.656,51)
Despesas Gerais e Administrativas		(3.110.615,72)	(2.827.518,34)	(2.827.518,34)
Despesas com Pessoal e Encargos		(27.494.756,26)	(24.255.121,32)	(24.255.121,32)
Serviços de Terceiros		(5.500.778,31)	(4.225.248,99)	(4.225.248,99)
Aluguéis e Arrendamentos		(1.413.687,28)	(1.759.330,08)	(1.759.330,08)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(183.701,93)	(457.677,46)	(457.677,46)
Hospedagens		(568.390,15)	(436.281,66)	(436.281,66)
Diárias		(821.130,88)	(145.774,29)	(145.774,29)
Passagens		(2.386.363,48)	(852.377,63)	(852.377,63)
Promoções e Eventos		(8.722.420,33)	(112.383,00)	(112.383,00)
Outras Despesas Operacionais		(112.490,73)	(185.585,44)	(185.585,44)
Depreciações e Amortizações		(2.145.628,21)	(922.358,30)	(922.358,30)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS		(1.339.784,12)	(14.085.164,17)	(14.085.164,17)
Despesas Gerais e Administrativas		(123.042,73)	(1.484.397,06)	(1.484.397,06)
Despesas com Pessoal e Encargos		(263.879,46)	(2.249.480,63)	(2.249.480,63)
Serviços de Terceiros		(439.550,00)	(5.609.204,41)	(5.609.204,41)
Aluguéis e Arrendamentos		(19.017,26)	(101.102,59)	(101.102,59)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(1.630,40)	(32.717,04)	(32.717,04)
Hospedagens		(83.398,42)	(88.684,40)	(88.684,40)
Diárias		(77.700,71)	(29.247,39)	(29.247,39)
Passagens		(123.914,68)	(174.877,67)	(174.877,67)
Promoções e Eventos		(34.791,00)	-	-
Outras Despesas Operacionais		(79.015,77)	(4.045.004,58)	(4.045.004,58)
Depreciações e Amortizações		(93.843,69)	(270.448,40)	(270.448,40)
(+) DESPESAS OPERACIONAIS		(53.799.747,40)	(50.264.820,68)	(50.264.820,68)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		3.967.658,09	(2.473.808,44)	(2.473.808,44)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão		3.634.404,84	5.326.646,54	5.326.646,54
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão		(869.150,01)	(1.103.837,47)	(1.103.837,47)
Receitas Financeiras - Outros Contratos		65.768,41	356.832,77	356.832,77
Despesas Financeiras - Outros Contratos		(24.402,23)	(146.453,59)	(146.453,59)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		2.806.621,01	4.433.188,25	4.433.188,25
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		6.774.279,10	1.959.379,81	1.959.379,81
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - COM RESTRIÇÃO		2.875.254,83	4.833.153,45	4.833.153,45
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - SEM RESTRIÇÃO		3.899.024,27	(2.873.773,64)	(2.873.773,64)


FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente


GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças


JENIFFER TORQUATO DE SOUSA REIS DA SILVA
Coordenação de Finanças e Contabilidade/Contadora

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - COMPARATIVO

EXERCÍCIO DE 2024

(Expresso em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas - Recursos com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Sem Restrição	Realocação de Recursos	RESERVAS	Total
						Reserva Técnica	
SALDO EM 31/12/2022	8.994.125,65	-	31.547.235,33	3.995.867,71		1.509.759,45	46.046.988,14
Incorporação do Superávit 2022	3.995.867,71	31.547.235,33	(31.547.235,33)	(3.995.867,71)			-
Constituição das Reservas de Recursos com Restrição	(8.994.125,65)	8.994.125,65					-
Variação da Reserva Técnica							-
Superávit/(Déficit) do Exercício			4.833.153,45	(2.873.773,64)			1.959.379,81
Remanejamento do Superávit		(40.541.360,98)	(4.833.153,45)				(45.374.514,43)
SALDO EM 31/12/2023 (Reapresentado)	3.995.867,71	-	-	(2.873.773,64)	-	1.509.759,45	2.631.853,52
Incorporação do Superávit/Déficit 2023	(2.873.773,64)			2.873.773,64			-
Constituição das Reservas de Recursos com Restrição							-
Variação da Reserva Técnica						125.606,67	125.606,67
Superávit/(Déficit) do Exercício			2.875.254,83	3.899.024,27	(2.875.254,83)		3.899.024,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.727.368,83)						(1.727.368,83)
SALDO EM 31/12/2024	(605.274,76)	-	2.875.254,83	3.899.024,27	(2.875.254,83)	1.635.366,12	4.929.115,63


FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente


GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças


JENIFFER TORQUATO DE SOUSA REIS DA SILVA
Coordenação de Finanças e Contabilidade/Contadora

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - COMPARATIVO

EXERCÍCIO DE 2024

(Expresso em reais)

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	6.774.279,10	1.959.379,81	1.959.379,81
Ajustes por:			
(+) Depreciação e amortização	2.239.471,90	1.192.806,70	1.192.806,70
(+) Provisão para contingências Fiscais	(1.007.871,07)	702.652,30	702.652,30
(-) Baixa de bens depreciados	(71.831,80)	(555.650,61)	(555.650,61)
(-/+) Ajuste de Exercícios anteriores (Patrimônio Líquido)	-	(45.374.514,43)	(45.374.514,43)
Superávit/Déficit Ajustado	7.934.048,13	(42.075.326,23)	(42.075.326,23)
Variação nos saldos dos ativos:			
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	26.616.887,64	59.613.182,79	59.613.182,79
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	437.675,14	76.010,16	76.010,16
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a recuperar	(76.085,09)	(73.452,88)	(73.452,88)
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a realizar	309.076,71	1.414.974,20	1.414.974,20
(+/-) Redução/(Aumento) em despesas diferidas	6.633,85	13.014,73	13.014,73
(+/-) Redução/(Aumento) em contratos de bens e serviços	(12.304.216,28)	7.039.741,47	7.039.741,47
(+/-) Redução/(Aumento) em outros investimentos (título cap.)	591.148,00	-	-
Variação nos saldos dos passivos:			
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	18.668,58	(963.827,32)	(963.827,32)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(1.319.175,32)	(1.518.991,31)	(1.518.991,31)
(+/-) Aumento/(Redução) em arrendamentos a pagar	1.625.656,56	1.587.983,78	1.587.983,78
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	214.171,10	22.712,19	22.712,19
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	6.902.019,05	(44.899.609,89)	(44.899.609,89)
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de contratos	(6.826.837,76)	10.684.975,03	10.684.975,03
(+/-) Aumento/(Redução) em valores a realizar	(502.463,01)	(1.488.753,75)	(1.488.753,75)
(+/-) Aumento/(Redução) em obrigações trabalhistas	(689,66)	689,66	689,66
(+/-) Aumento/(Redução) em parcelamentos fiscais	(437.386,87)	(332.543,39)	(332.543,39)
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos de bens e serviços	12.304.216,28	(7.039.741,47)	(7.039.741,47)
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	(47.031.008,94)	13.004.036,36	13.004.036,36
(+/-) Aumento/(Redução) em outros créditos	(50.011,76)	(174.827,80)	(174.827,80)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(11.587.673,65)	(5.109.753,67)	(5.109.753,67)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTO			
(-) Compra do Ativo Imobilizado/Arrendamento	(9.076.903,31)	(2.156.420,98)	(2.156.420,98)
(-) Compra do Ativo Intangível	949.185,18	(49.812,00)	(49.812,00)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento e Financiamento	(8.127.718,13)	(2.206.232,98)	(2.206.232,98)
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.715.391,78)	(7.315.986,65)	(7.315.986,65)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	46.579.912,41	53.895.899,06	53.895.899,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41


FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente


GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças


JENIFFER TORQUATO DE SOUSA REIS DA SILVA
Coordenação de Finanças e Contabilidade/Contadora

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(valores expressos em reais)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma Organização Social sem fins lucrativos, criada pelo Decreto nº 4.078/2002 e vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Com sede em Brasília, desenvolve estudos e avaliações estratégicas para apoiar políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação, promovendo a integração entre governo, setor privado e sociedade civil.

2 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) declara que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras para entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidades Sem Fins Lucrativos e, complementarmente, as normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC). Aprovadas em 26 de fevereiro de 2025, as demonstrações incluem: Balanço Patrimonial, Demonstração de Déficit/Superávit, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

As demonstrações financeiras do exercício de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base no custo histórico, exceto para as aplicações financeiras, mensuradas pelo valor justo. Os resultados apresentados refletem a posição apurada em 31 de dezembro de 2024, em comparação com os dados do mesmo período do exercício de 2023.




3.1 Principais Políticas Contábeis

As práticas contábeis do CGEE seguem as normas vigentes, garantindo a transparência e a conformidade na gestão dos recursos. Abaixo estão descritas as principais políticas adotadas pela entidade:

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos disponíveis incluem os valores mantidos em contas bancárias e investimentos de curto prazo, os quais podem ser convertidos de forma imediata em caixa, apresentando risco insignificante de variação de valor. Estes recursos estão integralmente alocados para atender às necessidades operacionais da entidade, assegurando a liquidez necessária para a continuidade e execução das atividades.

3.1.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras do CGEE, caracterizadas por curto prazo, alta liquidez e baixo risco, são mensuradas ao valor justo e monitoradas para maximizar os rendimentos, alinhadas à política de gestão financeira. Para mitigar riscos, o CGEE adota:

- a) **Risco de Liquidez:** Monitoramento do fluxo de caixa e aplicação em ativos de baixo risco.
- b) **Risco de Taxa de Juros:** Investimentos concentrados em renda fixa vinculados ao CDI.
- c) **Risco de Crédito:** Alocação de recursos exclusivamente no Banco do Brasil, garantindo segurança.

3.1.3. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis utilizados nas operações da entidade, com vida útil superior a um ano. São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1 - DEPRECIAÇÃO		
Descrição do Bem	Vida Útil (anos)	Taxa Anual de Depreciação (%)
Edificações	25 a 50	4% a 2%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Computadores e Periféricos	5	20%
Ferramentas	5	20%
Equipamentos de Escritório	10	10%

3.1.4. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O CGEE avalia anualmente o valor recuperável de seus ativos, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Caso o valor contábil exceda o recuperável, calculado pelo maior valor entre o justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, a perda é reconhecida no resultado e uma provisão é constituída.

3.1.5. Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software e sistemas de gestão adquiridos, cujos custos são capitalizados e amortizados ao longo de dez anos, em conformidade com as práticas contábeis.

3.1.6. Fornecedores

As contas a pagar representam obrigações originadas pela aquisição de bens ou serviços, sendo registradas pelo valor contratado ou faturado. São classificadas como passivos circulantes quando o vencimento ocorre em até 12 meses e como passivos não circulantes quando ultrapassam esse prazo.

3.1.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando há uma obrigação presente com provável liquidação. São mensuradas pelo valor presente dos gastos estimados, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos envolvidos. O aumento da obrigação é registrado como despesa financeira.

3.1.8. Demais Práticas Contábeis do Ativo e Passivo

As práticas contábeis relacionadas a ativos e passivos circulantes envolvem itens de curto prazo, como recursos disponíveis e obrigações. Por outro lado, os ativos e passivos não circulantes abrangem itens de longo prazo com vencimento superior a 12 meses, sendo registrados de acordo com as normas contábeis vigentes.

3.1.9. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do CGEE é composto pelos resultados acumulados de superávits e déficits operacionais. Os saldos dos contratos administrativos integram o patrimônio social, enquanto os recursos dos contratos de gestão, com restrição, são destinados a projetos futuros definidos pelo contratante e registrados como contratos a realizar.



3.1.10. Apuração de Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo princípio da competência. As receitas dos contratos de gestão (MCTI e MEC) correspondem exclusivamente ao reembolso de despesas operacionais essenciais à execução dos projetos vinculados. Já as receitas dos contratos administrativos seguem as regras e cronogramas estabelecidos, em conformidade com as diretrizes legais e regulamentares.

3.1.11. Segregação dos recursos com restrição e sem restrição

Conforme mencionado anteriormente, os recursos "com restrição" permanecem vinculados aos projetos e atividades estabelecidos no Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC). Por outro lado, os recursos "sem restrição" estão relacionados aos contratos administrativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 2 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
SIGLA	DESCRIÇÃO
SECTI - ES	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional
IPEM-SP	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
CENIC	Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda
SECITECE-CE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - CE
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PTE	Consulado Geral dos Países Baixos
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem e Industrial

3.1.12. Benefícios fiscais e obrigações tributárias

O CGEE, por ser uma entidade sem fins lucrativos de caráter científico e tecnológico, nos termos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, está abrangido pela não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto no art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. No entanto, os rendimentos provenientes de aplicações financeiras estão sujeitos à retenção de impostos na fonte.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023

4.1 Compromisso com a Transparência

A Administração do CGEE reafirma seu compromisso com a governança, transparência e conformidade na elaboração das demonstrações financeiras, em alinhamento às práticas contábeis brasileiras. Ademais, mantém seu contínuo empenho no aprimoramento dos processos internos, assegurando uma gestão responsável e transparente dos recursos. Nesse contexto, realizou a reclassificação dos saldos com restrição no patrimônio líquido, acumulados entre 2002 e 2023, de modo a adequá-los às normas legais e contratuais, cuja evidenciação consta no balanço de 2024.

4.2 Premissas para Ajuste no Patrimônio Líquido do Ano de 2024

4.2.1 Contextualização

Para avaliação de correção do saldo do patrimônio líquido apurado no ano de 2023, observa-se que até 2021, as contas bancárias do Contrato de Gestão (MEC e MCTI) não eram segregadas por fonte de receita e, até 2022, o regime contábil adotado era híbrido (caixa e competência).

Apesar das diretrizes de segregação de recursos estabelecidas pela ITG 2002/12 e das orientações técnicas para a realocação dos saldos superavitários no Contrato de Gestão, esses procedimentos não foram aplicados na evidenciação contábil, resultando na manutenção dos saldos no Patrimônio Líquido.

No Balanço de 2023, com base em análises internas e premissas, os saldos referentes aos resultados de exercícios anteriores foram segregados e evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Quanto ao Contrato de Gestão, identificou-se que R\$ 40.541.360,98 correspondem ao período de 2002 a 2022, enquanto o resultado do exercício de 2023 totaliza R\$ 4.833.153,45,

alcançando um montante de R\$ 45.374.514,43. No entanto, os valores foram mantidos registrados no Patrimônio Líquido até nova análise a fim de definir a realocação dos resultados.

A partir de 2023, a contabilidade passou a adotar integralmente o regime de competência. Diante desse cenário, a implementação de medidas corretivas e a adoção de premissas contábeis tornaram-se prioritárias com adoção de segregação de dados, valores e o cumprimento das normas.

Assim sendo, o ajuste foi realizado sobre o saldo com restrição mantido no Patrimônio Líquido, totalizando R\$ 45.374.514,43, na competência de dezembro de 2024 e está refletido nas demonstrações financeiras desse exercício, auditadas por empresa de auditoria externa.

Os ajustes não configuram erro material, mas sim uma reclassificação contábil, visando alinhar os registros aos normativos contábeis e aprimorar a transparência na divulgação. Dessa forma, os dados de 2023 são reapresentados exclusivamente para fins comparativos, assegurando a integridade das demonstrações financeiras originais e evitando impacto indevido nas análises patrimoniais e financeiras. Os efeitos dessa reapresentação foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações financeiras de 2024 permitindo melhor comparabilidade e rastreabilidade das informações.

As seguintes normas contábeis foram adotadas para a realização do ajuste:

- NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que estabelece os procedimentos para elaboração das demonstrações financeiras quando há ajustes de exercícios anteriores.
- NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que garante a transparência, comparabilidade e divulgação adequada das informações.
- Boas práticas de transparências aplicada à entidade e informação por segmento, que assegura a segregação dos saldos por origem dos recursos, conforme demonstrado no Quadro 1.

4.3 Premissas para Realocação de Saldo Com Restrição no Patrimônio Líquido

As premissas para a realocação de saldo com restrição no patrimônio líquido do CGEE são fundamentadas nos seguintes aspectos, conforme segue:




**TABELA 3 - PREMISSAS GERENCIAIS DO PLANO CORRETIVO**

ANÁLISE	RESULTADO
Abrangência dos ajustes	Contratos de gestão MCTI e MEC, considerando movimentações de 2002 a 2023.
Presunção de regularidade	Baseada na governança do CGEE e nas práticas consolidadas de avaliação e divulgação das demonstrações financeiras.
Ausência de irregularidades	Não foram identificados indícios de má-fé, desvios ou dolo, conforme estudo da Premium Contabilidade e equipe interna.
Reprogramação de sobras de recursos	Recursos excedentes serão reprogramados para o exercício seguinte, desde que respeitados os objetivos contratuais.
Proporcionalidade de despesas e receitas	Aplicação da métrica de zeramento, na qual as receitas operacionais provenientes do contrato de gestão serão reconhecidas proporcionalmente às despesas operacionais incorridas, uma vez que são originadas por reembolso.
Contratos Administrativos	Por evidenciar uma possível participação reduzida na movimentação do contrato de gestão e considerando que, a partir de 2023, os dados foram avaliados, segregados e estão representados na DMPL, não há impacto que justifique alterações.
Normas Contábeis	ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucros: Define regras para reconhecimento, classificação e apresentação de receitas e despesas, além da obrigatoriedade das demonstrações contábeis.
	NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Regula a apresentação das demonstrações, assegurando transparência e divulgação adequada das informações.
	CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: Estabelece princípios fundamentais para a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras.
	NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Orienta o tratamento de ajustes contábeis decorrentes de erros, mudanças de estimativas ou adoção de novas políticas contábeis.
Análises realizadas	Consultoria externa - Relatório de estudo e ajustes propostos pela empresa Premium Auditoria
	Coordenação de Recursos Humanos - CGEE
	Coordenação de Gestão de Projetos - CGEE
	Coordenação de Finanças e Contabilidade - CGEE
	Diretoria Colegiada - CGEE

Toda a documentação que fundamentou as análises e avaliações técnicas para a realocação de resultados com restrição, incluindo a baixa contábil no Patrimônio Líquido, o saldo para baixa por contrato realizado e o saldo para reprogramação em contratos a realizar, está arquivada na Coordenação de Finanças e Contabilidade.

4.4 Demonstrações Financeiras de 2023

No quadro comparativo das demonstrações financeiras, foram apresentados:

- Os dados reapresentados de 2023, incluídos apenas para fins comparativos, contemplando a correção contábil aplicada na conta de Contratos a Realizar, sem que tenha havido alteração nos registros sistêmicos ou impacto na informação contábil original.
- O Balanço Patrimonial de 2023, mantido em sua versão original, sem reabertura, conforme publicado e auditado por empresa de auditoria independente.

Abaixo seguem as informações referentes aos saldos reapresentados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

TABELA 4 - REAPRESENTAÇÃO - ATIVO			
Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	Ajustes
Ativo Circulante	71.095.671,66	71.095.671,66	-
Caixa E Equivalente De Caixa	46.579.912,41	46.579.912,41	-
Contratos A Receber	23.153.602,49	23.153.602,49	-
Valores A Recuperar	184.284,99	184.284,99	-
Adiantamentos	475.094,84	475.094,84	-
Despesas Pagas Antecipadamente	39.313,92	39.313,92	-
Valores a Realizar	663.463,01	663.463,01	-
Ativo Não Circulante	116.197.877,29	148.149.187,50 -	31.951.310,21
Contratos A Receber	105.147.929,82	137.099.240,03 -	31.951.310,21
Contratos de Bens e Serviços	8.835.127,98	8.835.127,98	-
Imobilizado	2.157.806,59	2.157.806,59	-
Intangível	57.012,90	57.012,90	-
Total	187.293.548,95	219.244.859,16 -	31.951.310,21

TABELA 5 - REAPRESENTAÇÃO - PASSIVO			
Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	Ajustes
Passivo Circulante	22.061.613,68	22.061.613,68	-
Contas A Pagar	5.277.237,77	5.277.237,77	-
Contratos E Termos De Parceria	5.435.937,87	5.435.937,87	-
Valores A Realizar	663.463,01	663.463,01	-
Adiantamentos De Contratos	10.684.975,03	10.684.975,03	-
Passivo Não Circulante	162.600.081,75	149.176.877,53	13.423.204,22
Provisão Para Contingências	2.067.876,84	2.067.876,84	-
Parcelamentos Fiscais	1.174.632,68	1.174.632,68	-
Contratos A Realizar	150.522.444,25	137.099.240,03	13.423.204,22
Contratos De Bens E Serviços	8.835.127,98	8.835.127,98	-
Patrimônio Líquido	2.631.853,52	48.006.367,95 -	45.374.514,43
Patrimônio Social	3.995.867,71	3.995.867,71	-
Reservas - Recursos com Restrição	-	40.541.360,98 -	40.541.360,98
Deficit/Superavit Do Exercício	2.873.773,64	1.959.379,81 -	4.833.153,45
Reserva Técnica	1.509.759,45	1.509.759,45	-
Total	187.293.548,95	219.244.859,16 -	31.951.310,21



**TABELA 6 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DE DÉFICIT/SUPERÁVIT**

Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)
Receita Bruta	48.274.903,84	48.274.903,84
Contrato de Gestão	36.179.656,51	36.179.656,51
Contratos Administrativos	8.702.610,16	8.702.610,16
Outras Receitas Operacionais	3.392.637,17	3.392.637,17
Deduções da Receita Bruta	- 483.891,60 -	483.891,60
Receita Líquida	47.791.012,24	47.791.012,24
Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	- 36.179.656,51 -	36.179.656,51
Despesas Operacionais - Contratos Administrativos	- 14.085.164,17 -	14.085.164,17
Resultado Operacional Bruto	- 2.473.808,44 -	2.473.808,44
Receitas Financeiras	5.683.479,31	5.683.479,31
Despesas Financeiras	- 1.250.291,06 -	1.250.291,06
Déficit/Superávit do Exercício	1.959.379,81	1.959.379,81

TABELA 7 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Patrimônio Social	Reservas - Recursos com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exerc. - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exerc. - Sem Restrição	Reserva Técnica	Total
Saldo em 31 de dez de 2023 (Reapresentado)	3.995.867,71	-	-	2.873.773,64	1.509.759,45	2.631.853,52
Saldo em 31 de dez de 2023 (Publicado)	3.995.867,71	40.541.360,98	4.833.153,45	2.873.773,64	1.509.759,45	48.006.367,95

TABELA 8 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA

Balanco Patrimonial	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)
Superávit/Déficit líquido do exercício	1.959.379,81	1.959.379,81
Superávit/Déficit Ajustado	- 42.075.326,23	3.299.188,20
Fluxos de Caixa das atividades operacionais		
Variação nos saldos dos ativos:	68.083.470,47	36.132.160,26
Variação nos saldos dos passivos	- 31.117.897,91 -	44.541.102,13
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	- 5.109.753,67 -	5.109.753,67
Fluxos de Caixa das atividades de inv./financ.		
Compra do Ativo Imobilizado/Arrendamento	- 2.156.420,98 -	2.156.420,98
Compra do Ativo Intangível	- 49.812,00 -	49.812,00
Caixa líquido usado nas atividades de inv./financ.	- 2.206.232,98 -	2.206.232,98
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	- 7.315.986,65 -	7.315.986,65
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	53.895.899,06	53.895.899,06
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	46.579.912,41	46.579.912,41

4.5 Procedimentos Contábeis – Ajuste de saldo com restrição no Patrimônio Líquido

No que se refere à composição do ajuste do saldo com restrição no Patrimônio Líquido é importante informar que R\$ 13.423.204,22 correspondem a rendimentos financeiros evidenciados em conta bancária e reprogramados para execução futura de projetos e atividades.

Adicionalmente, R\$ 31.951.310,21 foram apurados conforme as premissas descritas no item 4.3 como contratos realizados.

O Quadro 1 abaixo apresenta os lançamentos de ajuste no Patrimônio Líquido:

Quadro 1 - LANÇAMENTOS DE AJUSTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SALDO COM RESTRIÇÃO					
Lançamento	Descrição	Conta Débito	Conta Crédito	Valor (R\$)	Finalidade
1º Lançamento	Baixa de resultados com restrição (contrato de gestão)	PL - Outras Reservas Com Restrições (CG)		45.374.514,43	Regularização de saldo de PL
2º Lançamento	Reprogramação de saldo a utilizar		Contratos a realizar (Passivo Circulante)	13.423.204,22	Saldo estimado de rendimentos de aplicações financeiras - CC - BB - 435.002-2 MCTI
3º Lançamento	Baixa de contratos realizados		Contratos a realizar (Ativo N Circulante)	28.450.988,65	Saldo de superávits de exercícios anteriores já realizados - MCTI (89%)
4º Lançamento	Baixa de contratos realizados		Contratos a realizar (Ativo N Circulante)	3.500.321,56	Saldo de superávits de exercícios anteriores já realizados - MEC (11%)

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa incluem recursos disponíveis em bancos e aplicações de curto prazo, com liquidez imediata e de baixo risco, destinados às operações do CGEE.

TABELA 9 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
CONTRATO DE GESTÃO (Com Restrição)		
	2024	2023 (Reapresentado)
Banco do Brasil - 435.002-2 - CG/MCTI	12.403.353,06	42.227.901,99
Banco do Brasil - 8248-1 - Reserva Técnica MCTI	7.422.795,78	835.366,12
Banco do Brasil - 8251-1 - FPAS	1.387.440,69	0,00
Banco do Brasil - 8551-0 - MCOM	780.643,68	0,00
Banco do Brasil - 8490-5 - COFINS	0,00	0,00
SUBTOTAL MCTI	21.994.233,21	43.063.268,11
Banco do Brasil - 22.320-4 - CG/MEC	957.399,70	2.305.382,60
Banco do Brasil - 22.316-6 - Reserva Técnica MEC	1.343.096,48	988.908,86
SUBTOTAL MEC	2.300.496,18	3.294.291,46
TOTAL COM RESTRIÇÃO	24.294.729,39	46.357.559,57
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Sem Restrição)		
	2024	2023 (Reapresentado)
Banco do Brasil - 22.319-0 - CA/Reserva Própria	1.619.580,21	41.203,47
Banco do Brasil - 58.891-1 - PNUMA/GDF	776,21	3.493,71
Banco do Brasil - 58.892-X - PNUMA/OICS	881,76	1.042,78
Banco do Brasil - 8250-3 - IPEM/SP	684.172,94	158.679,83
Banco do Brasil - 8244-9 - SENAI	0,00	4.843,92
Banco do Brasil - 22.361-1 - GIZ	0,00	13.089,13
Banco do Brasil - 8491-3 - SECTI	6.161,61	0,00
Banco do Brasil - 8617-7 - CENIC	150.611,81	0,00
Banco do Brasil - 8707-6 - SECITECE-CE	2.558,71	0,00
Banco do Brasil - 8711-4 - PTE	105.047,99	0,00
TOTAL SEM RESTRIÇÃO	2.569.791,24	222.352,84
TOTAL DE APLICAÇÕES CGEE	26.864.520,63	46.579.912,41

As contas bancárias são classificadas conforme as descrições a seguir:



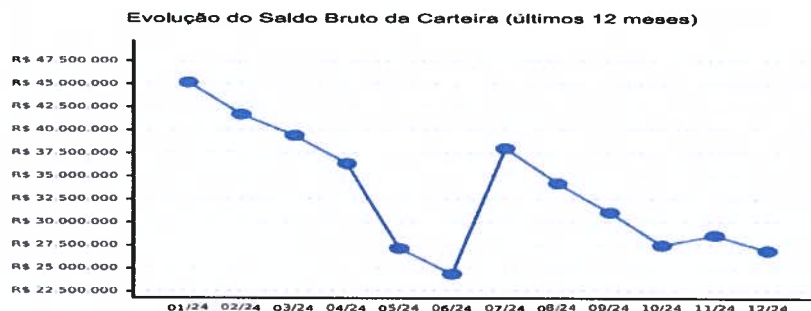
- a) **Sem restrição:** Contas utilizadas para atividades operacionais, incluindo a gestão de contratos administrativos e a aplicação de recursos próprios.
- b) **Com restrição:** Contas destinadas exclusivamente à execução de projetos e convênios que possuem finalidade específica.

As aplicações financeiras vinculadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) oferecem segurança, liquidez imediata e rentabilidade alinhada ao mercado financeiro. Em 2024, os rendimentos financeiros apresentaram uma diminuição devido à menor rentabilidade das aplicações e à redução no volume de recursos disponíveis para investimento. A tabela a seguir apresenta os rendimentos apurados, evidenciando uma queda significativa em comparação a 2023, reflexo de fatores externos e do menor volume aplicado.

TABELA 10 - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO		
CONTRATO DE GESTÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CG - MCTI	3.349.848,49	4.971.923,98
CG - MEC	283.968,56	351.272,01
TOTAL	3.633.817,05	5.323.195,99
SEM RESTRIÇÃO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	36.362,57	343.545,34
RESERVA PRÓPRIA CGEE	29.405,83	12.500,43
TOTAL	65.768,40	356.045,77
TOTAL RENDIMENTOS - CGEE	3.699.585,45	5.679.241,76

O saldo bruto da carteira em 2024 apresentou três fases distintas: uma redução significativa no primeiro semestre devido ao pagamento de despesas, seguida de uma recuperação no meio do ano, impulsionada por aportes financeiros. No segundo semestre, houve estabilização do saldo, resultante da ausência de novos aportes. A manutenção desse cenário pode gerar dificuldades financeiras para honrar compromissos operacionais.

Gráfico 1 – Carteira de Investimentos – Banco do Brasil

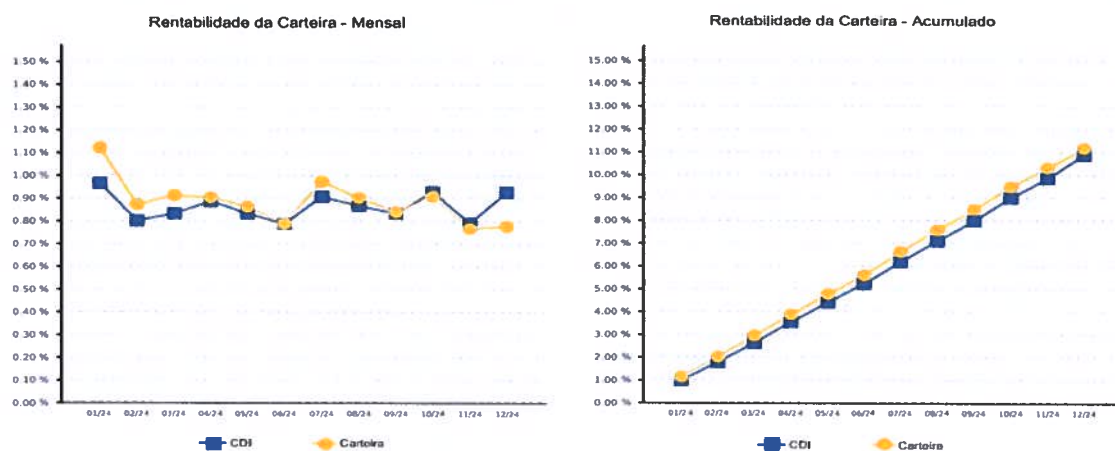




Fonte: Banco do Brasil

A rentabilidade da carteira é analisada mensal e acumuladamente. A análise mensal reflete as variações de cada período, enquanto a acumulada mostra o desempenho consolidado ao longo do tempo, destacando a evolução dos resultados financeiros. Os gráficos a seguir detalham essas informações.

Gráfico 2 – Rentabilidade Comparativa – Saldo Mensal e Acumulado – Banco do Brasil



Fonte: Banco do Brasil

O CGEE detém títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 591.148,00, adquiridos como garantia para o cumprimento do contrato de aluguel da sede administrativa. Esse valor corresponde à distribuição em 20 títulos, que asseguram o cumprimento das obrigações contratuais e facilitam a renovação do contrato de locação, cuja vigência compreende o período de novembro de 2024 a novembro de 2029.

6 RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros representam os valores monetários para viabilizar atividades, projetos e despesas. Em 2024, o CGEE recebeu R\$ 30.542.707,11 e tem como saldo estimado a receber R\$ 101.684.644,67 até o ano de 2030.





TABELA 11 - RECURSOS FINANCEIROS		
CONTRATO DE GESTÃO (COM RESTRIÇÃO)		
DESCRIÇÃO	RECEBIMENTOS (ANO 2024)	A RECEBER (ESTIMADO ATÉ 2030)
MCTI	26.724.046,00	70.539.308,82
MEC	-	26.534.805,32
SUBTOTAL	26.724.046,00	97.074.114,14
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (SEM RESTRIÇÃO)		
DESCRIÇÃO	RECEBIMENTOS	A RECEBER
PNUMA OICS	574.157,89	117.845,89
PNUMA GDF	1.236.454,07	75.540,41
GIZ	103.595,59	-
SENAI	174.500,00	-
IPEM/SP	1.077.465,00	143.661,96
SECTI	212.000,00	1.734.000,00
CENIC	245.517,73	1.494.482,27
IICA	89.970,83	-
SECICETE-CE	-	1.000.000,00
PTE	105.000,00	45.000,00
SUBTOTAL	3.818.661,11	4.610.530,53
TOTAL	30.542.707,11	101.684.644,67

7 ADIANTAMENTOS

O saldo de adiantamentos refere-se a valores antecipados a colaboradores, os quais serão regularizados por meio de descontos em folha de pagamento, incluindo adiantamento de férias e outros créditos. Além disso, abrange valores destinados a fornecedores, cuja regularização ocorrerá mediante a apresentação da documentação fiscal correspondente.

TABELA 12 - ADIANTAMENTOS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Adiantamento de Salários	-	2.736,49
Adiantamento de Férias	13.138,63	35.856,28
Adiantamento de Viagem	-	2.772,36
Adiantamento a Fornecedores	2.600,00	432.381,33
Outros Créditos	21.681,07	1.348,38
SALDO	37.419,70	475.094,84

8 VALORES A REALIZAR

Os registros na conta "Valores a Realizar" referem-se a despesas cobertas com recursos próprios do CGEE, aguardando regularização por repasse financeiro do cliente, conforme os procedimentos contábeis vigentes.

TABELA 13 - VALORES A REALIZAR

Descrição	2024	2023 (Reapresentado)
PNUMA (US\$ 11,713)	193.386,30	424.580,15
GIZ	-	122.920,40
Senai	-	115.962,46
SECTI	161.000,00	-
TOTAL	354.386,30	663.463,01

Dolar em 31/12/24, R\$ 6,1923, BACEN

9 CONTRATOS

9.1 Contratos de Clientes

Os registros de contratos com clientes abrangem contratos de gestão firmados com o MEC e o MCTI, além de contratos administrativos com diversos clientes.

- a) Contratos de Gestão: Valores pactuados por termos aditivos, executados conforme o plano de ação e programação das atividades, com montantes estimados até 2030.

TABELA 14 - CONTRATOS DE GESTÃO A REALIZAR - CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contrato de Gestão - MEC	10.011.708,96	3.337.236,32
Contrato de Gestão - MCTI	3.195.748,00	15.312.994,00
SUBTOTAL CONTRATO DE GESTÃO (CP)	13.207.456,96	18.650.230,32

CONTRATOS DE GESTÃO A REALIZAR - LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contrato de Gestão - MCTI	67.343.560,82	81.950.360,82
Contrato de Gestão - MEC	16.523.096,36	23.197.569,00
SUBTOTAL CONTRATO DE GESTÃO (LP)	83.866.657,18	105.147.929,82

TOTAL DE CONTRATOS DE GESTÃO (CP + LP)	97.074.114,14	123.798.160,14
---	----------------------	-----------------------

- b) Contratos Administrativos: Montantes definidos em contrato para prestação de serviços de consultoria especializada, com valores efetivos e realização prevista até 2025.

TABELA 15 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS A REALIZAR - CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
SECTI	1.734.000,00	-
SECTTECE - CE	1.000.000,00	-
CENIC	830.922,78	-
IPEM/SP	143.661,96	1.221.126,96
PTE	45.000,00	-
PNUMA - GDF	117.845,89	2.030.694,51
PNUMA - OICS	75.540,41	972.455,11
GIZ	-	104.595,59
SENAI	-	174.500,00
SUBTOTAL CONTRATO ADMINISTRATIVO (CP)	3.946.971,04	4.503.372,17

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS A REALIZAR - LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CENIC	663.559,49	-
SUBTOTAL CONTRATO ADMINISTRATIVO (LP)	663.559,49	-
TOTAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (CP + LP)	4.610.530,53	4.503.372,17

9.2 De Bens e Serviços

O crescimento nos registros de contratos de bens e serviços decorreu pela renovação do contrato de locação das salas e estacionamento do CGEE (11/2024 a 10/2029) e da contratação de um novo fornecedor para o benefício de cartão alimentação e refeição (10/2024 a 10/2027). Os valores registrados como contratos a realizar refletem obrigações financeiras futuras em conformidade com os cronogramas estabelecidos pelos contratados.

TABELA 16 - CONTRATOS COM TERCEIROS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contratos de Bens e Serviços	21.139.344,26	8.835.127,98

TABELA 16.1 - CONTRATOS DE TERCEIROS COM VALORES ESTIMADOS - EM 2024			
FORNECEDOR	VALOR	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	VIGÊNCIA FINAL
Previ - Caixa de Previdência dos Func. BB	8.732.383,69	Locação de imóvel	out/29
Senior Instituição de Pagamento Ltda	8.201.632,33	Benefícios (VA/VR - WIPO)	out/27
AGM - Miranda Turismo e Representações	2.516.021,14	Agência de viagens	jul/25
Esplanada serviços Terceirizados Eireli	1.269.181,40	Serviços Gerais	mar/27
Demais contratos abaixo de R\$ 1.000.000,00	420.125,70	Diversos	Diversos
TOTAL ESTIMADO	21.139.344,26		

10 ATIVO IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado compreende bens tangíveis classificados como "com restrição", vinculados ao Contrato de Gestão - MCTI, com destinação exclusiva e regras específicas para gestão e devolução. A composição detalhada desses ativos está apresentada na Tabela 17.

TABELA 17 - IMOBILIZADO			
BENS EM OPERAÇÃO - COM RESTRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)	
Equipamentos de Informática - Com Restrição	2.541.361,24	2.464.140,07	
(-)Depreciação Equipamentos de Informática - Com Restrição	- 1.974.020,74	- 1.947.726,47	
Instalações - Com restrição	549.393,80	550.593,80	
(-)Depreciação Instalações - Com restrição	- 549.255,61	- 550.378,44	
Máquinas e Equipamentos de Escritório - Com Restrição	163.307,48	71.178,74	
(-)Depreciação Máquinas e Equipamentos de Escritório - Com Restrição	- 55.900,38	- 44.432,61	
Móveis e Utensílios - Com Restrição	396.672,61	447.526,57	
(-)Depreciação Móveis e Utensílios - Com Restrição	- 393.499,65	- 442.697,74	
Equipamento de Audiovisual - Com Restrição	443.509,44	272.897,70	
(-)Depreciação Equipamento de Audiovisual - Com Restrição	- 274.140,66	- 264.543,03	
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Com Restrição	146.962,24	318.812,24	
(-)Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Com Restrição	- 146.962,24	- 318.812,24	
Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	11.188.550,12	2.241.747,20	
(-)Depreciação Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	- 2.616.906,44	- 640.499,20	
Bens Inservíveis/Obsoletos	14.042,70	-	
(-)Depreciação Bens Inservíveis/Obsoletos	- 12.336,70	-	
IMOBILIZADO	9.420.777,21	2.157.806,59	



O aumento do Ativo Imobilizado em 2024, em comparação a 2023, deve-se principalmente à incorporação do contrato de renovação da locação do espaço físico utilizado pela entidade. Esse reconhecimento segue as diretrizes do CPC 06 – Arrendamentos, no qual os direitos de uso são registrados como ativos, depreciados linearmente, e os passivos são ajustados conforme os pagamentos realizados.

TABELA 18 - ARRENDAMENTO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Curto prazo	1.625.656,56	1.587.983,78
Longo Prazo	6.945.987,12	
TOTAL	8.571.643,68	1.587.983,78

11 ATIVO INTANGÍVEL

O Ativo Intangível compreende direitos não físicos adquiridos pela entidade, como licenças de software e sistemas de gestão. Esses ativos são reconhecidos pelo custo de aquisição e amortizados ao longo do período de vida útil estimado, conforme as práticas contábeis vigentes.

TABELA 19 - INTANGÍVEL

INTANGÍVEL - SOFTWARE - COM RESTRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Sistemas Aplicativos - software - Com Restrição	104.698,57	1.053.883,75
(-) Amortizações Acumuladas - Com restrição	- 63.904,13	- 996.870,85
INTANGÍVEL	40.794,44	57.012,90

12 CONTAS A PAGAR

Os registros de Contas a Pagar referem-se a obrigações financeiras pendentes, como faturas de fornecedores, salários, tributos, encargos sociais, serviços contratados e outros compromissos.



TABELA 20 - CONTAS A PAGAR

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTAS A PAGAR	5.765.869,67	5.277.237,77
Obrigações Trabalhistas		
Encargos Sociais a Recolher	552.125,20	545.434,87
Encargos Tributários a Recolher	500.292,77	488.317,12
Obrigações Vinculadas - Materiais e Serviços	2.389.093,59	2.082.597,35
Fornecedores	730.609,63	490.662,43
Cartão de Crédito	32.827,40	3.951,14
Arrendamentos a pagar	1.625.656,56	1.587.983,78
Provisões	2.249.197,67	2.035.026,57
Provisão de Férias	2.249.197,67	2.035.026,57
Provisão de 13º Salário	-	-
Outros Créditos	75.160,44	125.861,86
Transitória	75.160,44	-
Contingência Trabalhista	-	110.000,00
Empréstimo Consignado	-	15.172,20
Pensão Judicial	-	689,66

13 ADIANTAMENTO DE CONTRATOS - CLIENTES

Os valores recebidos antecipadamente de clientes estão relacionados à entrega futura de serviços ou bens contratados e ainda não tiveram suas respectivas receitas reconhecidas.

TABELA 21 - ADIANTAMENTO DE CONTRATOS

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTRATO DE GESTÃO	3.767.151,32	10.684.975,03
Contrato de Gestão - MCTI	1.770.000,00	6.577.488,93
Contrato de Gestão - MEC	1.997.151,32	4.107.486,10
CONTRATO ADMINISTRATIVO	90.985,95	-
IPEM/SP	90.985,95	-
TOTAL	3.858.137,27	10.684.975,03

14 CONTINGÊNCIAS

14.1 Contingências Provisionadas

As provisões para contingências incluem riscos fiscais, como divergências tributárias, autuações e litígios, com registros contábeis que refletem possíveis passivos, multas e custos

adicionais. As provisões correspondem ao que segue:

- a) Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS):** Refere-se a recolhimentos complementares pendentes de 2019 a 2022, cujas providências para regularização estão em avaliação. Ressalta-se que, desde janeiro de 2023, os recolhimentos estão em conformidade com as regras tributárias aplicáveis.
- b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Em 2018, o CGEE iniciou o provisionamento da COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras, retroativo a 2015, ajustando valores possivelmente prescritos ao longo dos exercícios. Em 2024, alinhada a entendimentos jurisprudenciais e administrativos, a diretoria colegiada aprovou a reversão desse provisionamento. No entanto, o monitoramento dos normativos fiscais continua de forma a garantir a conformidade tributária, visto que o tema ainda não está definitivamente pacificado.

A movimentação registrada como Riscos Fiscais estão apresentadas conforme segue:

TABELA 22 - RISCOS FISCAIS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
FPAS	1.060.005,77	1.298.602,71
COFINS	-	769.274,13
TOTAL	1.060.005,77	2.067.876,84

14.2 Contingências Não Provisionadas

Com base em pareceres jurídicos e em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores listados na Tabela 23 se enquadram nas classificações de probabilidade possível. Eventuais alterações na classificação jurídica serão reavaliadas para possível constituição de provisão.

TABELA 23 - PROCESSOS JUDICIAIS				
Polo Ativo	Polo Passivo	Descrição	Valor	Probabilidade de Perda
Ex Colaborador	CGEE	Reversão de justa causa e indenizações.	475.747,71	Possível em partes
Ex Colaborador	CGEE	Gratificação por substituição e indenização por danos morais.	74.221,08	Possível em partes
Ministério Público Federal	CGEE	Improbidade administrativa relacionada a contratos com o Instituto Nacional de Pesquisa e Ensino (INPE)	1.102.732,73	Possível

15 PARCELAMENTOS FISCAIS

Em 2021, o CGEE formalizou dois parcelamentos fiscais com a Receita Federal para quitação de débitos relacionados ao Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2010-01041-3. As penalidades aplicadas referem-se a infrações de 2007 e 2008, decorrentes da ausência de retenção do IRRF sobre diárias, do descumprimento de obrigações acessórias e da falta de recolhimento de contribuições previdenciárias sobre diárias e auxílio-moradia. O parcelamento permitiu a regularização da situação fiscal da instituição, assegurando a conformidade tributária e a previsibilidade financeira para a liquidação dos débitos.

TABELA 24 - PARCELAMENTOS FISCAIS A PAGAR

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Parcelamento INSS (16 parcelas)	609.060,01	961.118,57
Parcelamento IRRF (15 parcelas)	128.185,80	213.514,11
TOTAL	737.245,81	1.174.632,68

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os contratos administrativos são incorporados ao patrimônio social do CGEE sem restrições específicas, enquanto os contratos de gestão, com restrição, têm seus resultados realocados para "contratos a realizar". As reservas técnicas, também com restrição, permanecem no patrimônio líquido e sua utilização é vinculada às condições do Contrato de Gestão. Excedentes financeiros do Contrato de Gestão não são distribuídos a terceiros, sendo destinados exclusivamente à execução de contratos futuros, conforme pactuado com o contratante.

As apurações do ano de 2024 estão evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

17 RESERVA TÉCNICA

A Reserva Técnica do CGEE destina-se à cobertura de despesas potenciais, como obrigações trabalhistas, vinculadas aos contratos de gestão firmados com o MCTI e MEC. Os valores referem-se ao montante original apresentado no Termo Aditivo do Contrato de Gestão.

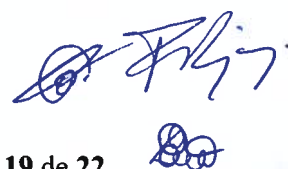


TABELA 25 - RESERVA TÉCNICA

CONTRATO	2024	2023
		(Reapresentado)
MCTI (9º TA - CG Atual)	835.366,12	709.759,45
MEC (1º TA - CG Atual)	800.000,00	800.000,00
TOTAL	1.635.366,12	1.509.759,45

18 RESULTADO APURADO

Em 2024, o CGEE registrou um superávit consolidado de R\$ 6.819.814,36, refletindo o desempenho no exercício. Esse montante é composto por R\$ 2.885.006,25 provenientes dos contratos de gestão e R\$ 3.934.808,11 oriundos dos contratos administrativos. Informações detalhadas estão disponíveis no Demonstrativo de Déficit/Superávit de 2024, anexo a esta nota.

19 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária compara o limite orçado com as despesas registradas, permitindo à Administração monitorar e acompanhar sua execução. No Contrato de Gestão, as alocações podem ser plurianuais, enquanto as despesas anuais são registradas no exercício correspondente. Nos contratos administrativos, o orçamento é definido com base no valor firmado, sendo as despesas alocadas entre categorias conforme as regras internas do CGEE.

TABELA 26 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONTÁBIL

CONTRATO DE GESTÃO (COM RESTRIÇÃO)	ORÇADO	REALIZADO	DISPONÍVEL
MCTI	65.210.228,64	51.106.332,57	14.103.896,07
Projetos	32.969.854,81	18.822.140,72	14.147.714,09
Pessoal e Encargos - MCTI	26.099.025,16	25.791.223,73	307.801,43
Manutenção e Operação - MCTI	6.141.348,67	6.351.188,49	209.839,82
Investimentos	-	88.392,16	88.392,16
MCOM	796.186,49	53.387,47	742.799,02
Projetos	796.186,49	52.852,76	743.333,73
Pessoal e Encargos - MCOM	-	-	-
Manutenção e Operação - MCOM	-	534,71	534,71
Investimentos	-	-	-
MEC	6.027.993,00	2.169.393,26	3.858.599,74
Projetos	4.600.813,56	351.785,01	4.249.028,55
Pessoal e Encargos - MEC	1.427.179,44	758.561,98	668.617,46
Manutenção e Operação - MEC	-	1.059.046,27	1.059.046,27
Investimentos	-	-	-
SUBTOTAL	72.034.408,13	53.275.725,83	17.962.495,81
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (SEM RESTRIÇÃO)	ORÇADO	REALIZADO	DÍSPONÍVEL
SENAI	35.312,76	140.469,23	175.781,99
IPEM/SP - Reposicionamento Estratégico	1.337.495,03	719.278,14	618.216,89
SECTI	1.946.000,00	483.755,63	1.462.244,37
CENIC	1.740.000,00	133.061,72	1.606.938,28
IICA	89.970,83	-	89.970,83
SECITECE - CE	1.000.000,00	69,32	999.930,68
PTE - Panorama de Tecnologias Estratégicas	150.000,00	-	150.000,00
SUBTOTAL	6.298.778,62	1.195.695,58	5.103.083,04

20 OUTRAS INFORMAÇÕES

- Todos os bens móveis foram inventariados por empresa especializada, em conformidade com as normas contábeis vigentes.
- O teste de recuperabilidade (*impairment*) foi conduzido por empresa especializada, não sendo identificada variação que exija contabilização.
- O CGEE possui apólice de seguro suficiente para cobrir eventuais sinistros envolvendo os bens do ativo imobilizado.
- Os rendimentos de 2023, provenientes dos contratos de gestão com o MEC e o MCTI, foram transferidos em 2024 para a conta bancária denominada Reserva Técnica, onde permaneceram enquanto aguardavam definição quanto à sua destinação durante o exercício. No caso específico do Contrato de Gestão com o MCTI, a destinação foi definida como incorporação à reprogramação, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo.




21 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) O saldo contábil e financeiro do projeto PNUMA será regularizado com a efetivação do último repasse financeiro, previsto para evidenciação no balancete de janeiro de 2025.
- b) O saldo bancário da Reserva Própria do CGEE apresentou crescimento em 2024 em relação ao valor registrado em 2023 (R\$ 41.203,47), impulsionado pela incorporação de rendimentos de contratos administrativos, pelo saldo final do contrato encerrado com o SENAI e pelo saldo do patrocínio da empresa organizadora da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Após a conclusão da prestação de contas das despesas relacionadas à 5ª Conferência, o montante correspondente ao patrocínio será transferido para a conta bancária do Contrato de Gestão (MCTI), com previsão de evidenciação no balancete de janeiro de 2025.



Fernando Cosme Rizzo

Diretor Presidente



Geraldo Nunes Sobrinho

Diretor de Administração e Finanças



Jeniffer T. de S. R. da Silva

Coordenação de Finanças e
Contabilidade/Contadora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Ilmos. Srs.
Administradores do
CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2023, originalmente preparadas antes dos ajustes conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 05 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2023.

Tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
Roberto Caldas Bianchessi
CRC 1RS040078/O-7 'T' SP

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**Brasília - DF****RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA Nº 03/25****(Revisão do Contrato de Gestão - 2024)****1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de revisão de arrecadação de receitas e execução de despesas, referentes à auditoria independente voltada ao exame do contrato de gestão firmado entre o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos e a União, relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, essa Entidade foi auditada em dezembro de 2024 e janeiro de 2025.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, abrangendo a posição contábil do contrato de gestão em referência dos meses de janeiro a dezembro de 2024.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.
- (1.4) O presente relatório destina-se, exclusivamente, ao gerenciamento interno por essa Entidade dos assuntos apresentados, não sendo autorizada a sua utilização para quaisquer outros fins.

2 REVISÃO CONTÁBIL DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS E EXECUÇÃO DE DESPESAS

(2.1) CONTEXTO OPERACIONAL

O trabalho teve como base o contrato firmado com o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, voltado para a avaliação das operações de arrecadação e aplicação de recursos, envolvendo as contas vinculadas ao contrato de gestão com a Entidade e a União, envolvendo as transações ocorridas entre o período de janeiro a dezembro de 2024.

Verificou-se se as atividades desenvolvidas pelo CGEE estão vinculadas as metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, termo de parceria formalizado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002 e, renovado em 2010 por mais um ciclo de 06 (seis) anos, no qual foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo uma nova renovação do Contrato de Gestão para o exercício de 2023.

Em jul./2024, foi assinado o Termo Aditivo 5º, com a reprogramação dos saldos financeiros do Contrato de Gestão de 2023 e Planejamento Anual de 2024.

No transcorrer do exercício de 2024, foram assinados mais 04 (quatro) Termos Aditivos com aportes financeiros, referente ao Contrato de Gestão 2022-2030.

(2.2) RECEBIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS

Conforme nossas análises efetuadas na documentação suporte, apresentamos no quadro a seguir, a movimentação financeira no exercício de 2024:

DEMONSTRAÇÃO DE ARRECADAÇÃO / RECEBIMENTOS – 2024						
Contrato de Gestão	Dados dos Termos Aditivos					
	Nº Termo	Valor - Termo	Data - Termo	Valor - Recebido	Data - Recebimento	Valor - A Receber
MCTI	4º	1.330.000,00	Dez./2023	1.330.000,00	Jan./2024	-
	5º	47.853.391,18	Jul./2024	-	-	47.853.391,18
	5º	19.924.046,00	Jul./2024	19.924.046,00	Jul./2024	-
	6º	3.700.000,00	Out./2024	3.700.000,00	Nov./2024	-
	7º	1.770.000,00	Dez./2024	1.770.000,00	Dez./2024	-
	8º	1.210.800,00	Dez./2024	-	-	1.210.800,00
	9º	21.475.117,65	Dez./2024	-	-	21.475.117,65
MEC	1º	26.534.805,32	Dez./2022	-	-	26.534.805,32
TOTAIS		123.798.160,15	-	26.724.046,00	-	97.074.114,15

Durante o ano de 2024, foi recebido o montante de R\$ 26.724.046,00 (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil e quarenta e seis reais), sendo que desse valor R\$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil) refere-se ao 4º TA de 2023 e R\$ 25.394.046,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil e quarenta e seis reais), referem-se aos TAs 5º, 6º e 7º do exercício de 2024.

No exercício de 2024, ainda foram assinados os TAs 8º e 9º no montante de R\$ 22.685.917,65 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), sem repasses de valores.

Com relação ao Contrato de Gestão do CGEE e o Ministério da Educação e Cultura - MEC, não houve assinatura de novos Termos Aditivos no exercício de 2024, bem como não ocorreram repasses de valores financeiros no exercício.

As receitas contabilizadas referentes ao contrato de gestão seguem os critérios técnicos definidos na Nota Técnica 16b do CGEE, e encontram-se registradas de forma adequada.

(2.3) DESEMBOLSOS COM EXECUÇÃO DE PROJETOS

No exercício de 2024, o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, efetuou desembolsos no montante de R\$ 53.222.338,00 (cinquenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e oito reais) tendo um acréscimo nos gastos de 49%, se levarmos em consideração os Contratos de Gestão firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o Ministério da Educação e Cultura - MEC.

A seguir, demonstramos a evolução dos principais gastos efetuados nos exercícios de 2024 e 2023, segregados pelos principais tipos de gastos, conforme dados extraídos da contabilidade:

Descrição dos Gastos/Despesas	Saldo - 2024 (R\$ 1,00)	Saldo - 2023 (R\$ 1,00)	Varição (R\$ 1,00)	Varição (%)
MCTI	51.052.945	33.142.527	17.910.419	54%
Projetos	18.822.141	4.479.995	14.342.146	
Pessoal e Encargos	25.791.224	22.610.181	3.181.043	
Manutenção e Operação	6.351.188	5.881.679	469.509	
Investimentos	88.392	170.671	(82.279)	
MEC	2.169.393	2.514.375	(344.982)	(14%)
Projetos	351.785	260.833	90.952	
Pessoal e Encargos	758.562	1.194.144	(435.582)	
Manutenção e Operação	1.059.046	1.059.398	(352)	
TOTAIS	53.222.338	35.656.901	17.565.437	49%

Com relação aos gastos realizados no período, efetuamos a análises nos principais contratos de prestações de serviços e folhas de pagamentos, no primeiro e segundo semestre/2024, e não detectamos inconsistências que possam desabonar os gastos alocados aos contratos de gestão.

Salientamos que com relação aos gastos executados em 2024, a proposta orçamentária do respectivo período, até o término dos nossos trabalhos, ainda não tinha sido aprovada, sendo registrado como ponto de controle no relatório circunstanciado do Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, do primeiro e segundo semestre/2024.

(2.4) OUTROS ASSUNTOS

Com relação aos gastos realizados no exercício de 2024 - R\$ 51.052.945, (cinquenta e um milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais), estão em conformidade com o 5º TA, assinado em jul./2024, entre o CGEE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, que define um Plano de Ação para 2024 no montante de R\$ 58.538.193 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais).

3 CONCLUSÃO

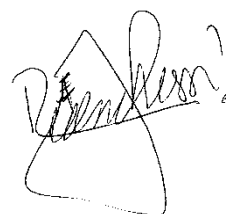
A execução dos trabalhos, conforme definidos em nosso planejamento, foi voltada às análises das informações contábeis referentes ao exercício de 2024 vinculado ao contrato de gestão, conforme indicado no item 1.1, bem como a verificação dos controles internos pertinentes, observando o cumprimento das normas e procedimentos internos, a verificação da documentação comprobatória que dá suporte às informações contábeis apresentadas e verificação das normas contábeis vigentes.

Os valores das receitas e das despesas vinculadas aos contratos de gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o Ministério da Educação e Cultura - MEC, firmado em parceria com o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos são registrados em conjunto com as informações contábeis do próprio CGEE, controlados em centros de custos específicos, de forma gerencial, para identificação e acompanhamento de valores registrados.

Concluídos os exames da documentação, suporte para escrituração dos registros contábeis, bem como dos controles internos utilizados na Entidade, concluímos que a posição do contrato de gestão apresentada está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pois nada constatamos nas análises realizadas no período sob exame e nas amostras selecionadas, referentes ao exercício de 2024, que pela sua relevância devêssemos destacar no presente relatório circunstanciado, não elidindo outras revisões e novas amostragens.

26 de fevereiro de 2025.

AudiLink & Cia. Auditores



Roberto Caldas Bianchessi

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2024

O Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, reuniu-se em 10 de março de 2024, às 09:30hs, por meio de vídeo conferência, com a finalidade de verificar os demonstrativos contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, resultante de uma série de trabalhos realizados e descritos a seguir.

I. ESCOPO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CONSELHO FISCAL

Foram desenvolvidas as avaliações e observações sobre as Demonstrações Contábeis elaboradas pela Administração do CGEE, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, documentos que foram distribuídos e apresentados aos membros desse Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Reuniões presenciais e virtuais através de processos eletrônicos e telefônicos, com os responsáveis pela Contabilidade, Finanças, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Diretoria Administrativa e Financeira e com o Presidente da Entidade, abordando os principais aspectos relativos à preparação das demonstrações contábeis e os itens relevantes que compõe as Notas Explicativas dessas demonstrações.
- b) Reuniões com a Auditoria Interna para avaliação e exame dos relatórios de auditoria realizados, conforme o Plano Anual de Auditoria para 2024, aprovado pelo Conselho de Administração.
- c) Reunião com a auditoria independente, Audilink & Cia. Auditores (CRC 2RS003688/O-2 T'SP), para avaliação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024, emitido em 26 de fevereiro de 2025.
- d) Além dos documentos acima citados, faz parte dessa avaliação, todas as apresentações escritas ou por via oral realizadas pela Administração, circunstanciadas por reuniões formais, contatos por telefone e por recursos providos pela internet, ao longo do exercício social de 2024 até a data de emissão do presente relatório.

II. DESTAQUES ÀS PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES

1. Ajuste no Patrimônio Líquido do Exercício de 2024

- a. Em reunião realizada em 27/02/2024, o Conselho de Administração do CGEE, aprovou, por unanimidade, as contas do exercício de 2023, ressaltando as contas do Patrimônio Líquido cuja manifestação segue parcialmente transcrito a seguir

“aprovar as contas com ressalva relacionada ao registro no patrimônio líquido do superávit acumulado ao longo dos anos pelo CGEE. Determinar que se mantenha o Conselho de Administração informado do trabalho de regularização da ressalva apontada, no sentido de detalhar a origem dos R\$ 40 milhões, e de alocá-los no passivo do CGEE”.

- b. A Administração do CGEE contratou empresa de prestação de serviços de contabilidade e auditoria (Premium Contabilidade) para realizar uma análise contábil sobre o tema, resultando em um detalhado estudo técnico que apresentou a necessidade de um ajuste de R\$ 45 milhões, mantido no Patrimônio Líquido.
- c. O ajuste em questão foi realizado no exercício de 2024, está refletido em suas demonstrações contábeis e devidamente explicado em sua Nota Explicativa (NE) nº 4, cujos principais destaques elencamos abaixo:
 - ✓ NE 4.2.1 Contextualização (pag. 5 de 21)
 - ✓ NE 4.3 Premissas para Realocação de Saldo com Restrição no Patrimônio Líquido (pag. 6 de 21)
 - ✓ NE 4.4 Demonstrações Financeiras de 2023 – com destaque a Tabela 4, para efeito de ajustes para comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2024 (pag. 7 e 8/21)
 - ✓ NE 4.5 Procedimentos Contábeis – Ajuste do saldo com restrição no Patrimônio Líquido – com destaque ao Quadro 1, demonstrando os lançamentos contábeis de ajuste efetuados (pag. 9 e 10/21)
- d. O auditor independente Audilink examinou os lançamentos de ajustes acima abordados e assim se manifestou em seu relatório (parecer):

“As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2023, originalmente preparadas antes dos ajustes conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 05 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2023.

Tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomada em conjunto”.

2. Relatório dos Auditores Independentes

Os auditores independentes, Audilink & Cia. Auditores (CRC 2RS003688/O-2 `T`SP), certificaram sem ressalvas, que os demonstrativos contábeis do CGEE estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no conforme reproduzido a seguir:

“Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos revelamos , a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, após o cumprimento do escopo de trabalho descrito no item I acima, considerando os ajustes feitos no patrimônio líquido do exercício, descritos no item II e ao relatório sem ressalvas dos auditores independentes, é de opinião que as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024 estão em condições de apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 18 de março de 2025

Documento assinado digitalmente

 **SERGIO BENEDITO FERRARA**
Data: 17/03/2025 22:50:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SERGIO BENEDITO FERRARA
(Conselheiro Fiscal, presidente)

Documento assinado digitalmente

 **SERGIO CRUZ**
Data: 18/03/2025 09:17:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Conselheiro Fiscal)

Documento assinado digitalmente

 **WALTER MALLAS MACHADO DE BARROS**
Data: 17/03/2025 22:34:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WALTER MALLAS MACHADO DE BARROS
(Conselheiro Fiscal)

